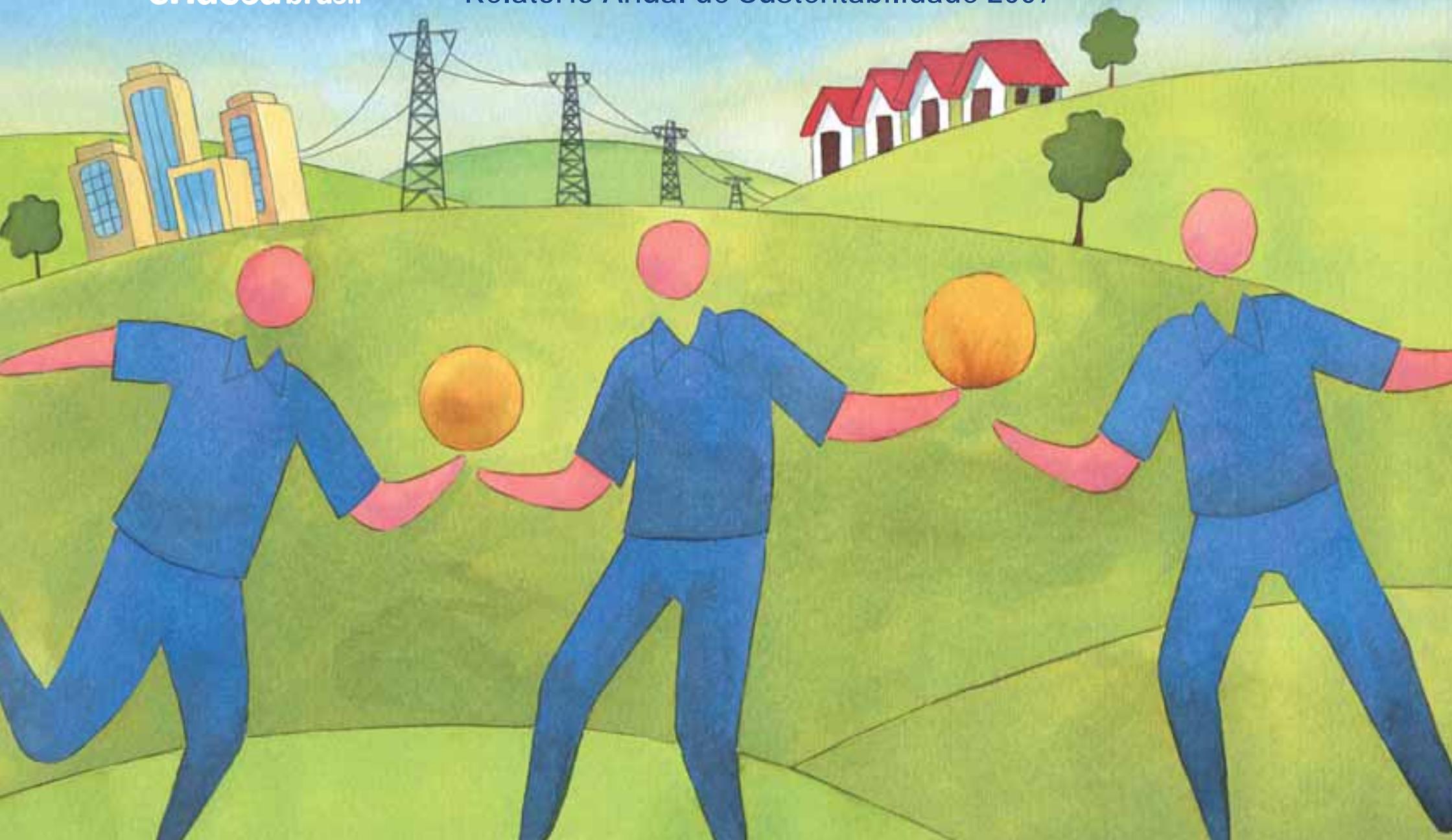




endesa brasil

Relatório Anual de Sustentabilidade 2007





ampla

coelce

endesa cachoeira

endesa cien

endesa fortaleza

PRINCIPAIS INDICADORES

RESULTADOS CONSOLIDADOS (R\$ MIL)

	2006 (RECLASSIFICADO)	2007	VARIAÇÃO
Receita operacional bruta	6.261.611	7.011.843	12,0%
Consumidores, concessionários e permissionários	5.309.754	5.360.744	1,0%
Baixa renda	154.001	266.912	73,3%
Ativo regulatório reposicionamento tarifário	-126.899	-115.731	-8,8%
Recuperação do ativo regulatório	-118.459	-77.044	-35,0%
Suprimento de energia elétrica	687.933	1.245.379	81,0%
Receita de uso da rede elétrica	264.603	197.644	-25,3%
Outras receitas	90.678	133.939	47,7%
Receita operacional líquida	4.106.492	4.964.390	20,9%
Lucro operacional bruto	1.687.870	1.923.352	14,0%
EBITDA	1.427.381	1.730.130	21,2%
Lucro antes das participações	612.256	729.272	19,1%
Participação dos acionistas não-controladores	230.717	252.638	9,5%
Lucro líquido	376.044	470.676	25,2%
MARGENS			
Margem bruta	7,7%	8,2%	0,5 pp
Margem líquida	9,16%	9,48%	- 0,3 pp
Margem EBITDA	34,76%	34,85%	- 0,3 pp
FINANCEIROS			
Ativo total (R\$ mil)	12.152.524	12.380.720	1,9%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	4.047.505	3.853.117	(4,8%)
Dívida bruta (R\$ mil)	2.599.790	3.213.521	23,6%
Dívida líquida (R\$ mil)	1.776.205	2.163.676	21,8%
Dívida líquida/Patrimônio líquido (vezes)	0,44	0,56	-
Dívida líquida/EBITDA (vezes)	1,24	1,25	-
OPERACIONAIS			
Distribuição			
Energia faturada (GWh)	14.182	14.890	5,0%
Número de clientes (mil)	4.860	5.068	4,3%
Energia distribuída por cliente (MWh)	16.050	17.439	8,7%
Número de colaboradores próprios	2.726	2.682	- 1,6%
Número total de colaboradores	16.376	17.164	4,8%
Preço médio da energia vendida aos clientes finais (R\$/MWh)	400,83	388,88	- 3,0%
Energia comprada (GWh)	17.743	17.970	1,3%
Perdas técnicas e comerciais (GWh)	970	3.009	210,2%
Perdas técnicas e comerciais (%)	5,47%	16,74%	206,3%
Produtividade (MWh/colaborador - próprios)	5,202	5,552	6,7%
Produtividade (MWh/colaborador - total)	866	868	0,2%
Nº de clientes/colaborador próprio	1.783	1.890	6,04%
Nº de clientes /colaborador total	297	295	- 0,5%
GERAÇÃO			
Número de colaboradores próprios	194	185	- 4,6%
Número total de colaboradores	479	418	- 12,7%
Energia gerada (GWh)	13.260	13.582	2,3%
Energia vendida (GWh)	12.818	11.049	- 13,8%
Preço médio da energia vendida	93,41	126,82	35,8%
COLABORADORES			
Total de colaboradores	16.869	17.620	4,5%
Próprios	2.933	2.900	- 1,1%
Terceiros	13.587	14.309	534%
Estagiários	341	335	- 1,8%
Menores-aprendizes	8	76	850,0%
AMBIENTAIS			
Investimentos em meio ambiente (R\$ mil)	32.548	40.560	24,6%
SOCIAIS			
Investimento Social Externo (R\$ mil) - recursos próprios	211.052	244.474	16,0%



SUMÁRIO

Perfil	4
Mensagem da administração	10
Apresentação do relatório	12
Relacionamento com partes interessadas	14
Compromissos	18
Conduta	22
Acionistas	30
Pessoas	42
Clientes	50
Meio ambiente	54
Sociedade	60
Inovação e criatividade	66
Sumário GRI e Correlação com o Pacto Global	72
Demonstrações financeiras	78
Informações corporativas	118

Perfil



GRI **ENDESA BRASIL**

2.1
2.2
2.4
2.5
2.7

A Endesa Brasil é uma *holding* de empresas que atuam em distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia. Está presente em quatro estados do País (Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul), além de converter a frequência e transmitir energia entre o Brasil e a Argentina. No início de 2008 transferiu sua sede da cidade do Rio de Janeiro para Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

GRI
2.8

No final de 2007, atendia cerca de 5,1 milhões de clientes em 240 municípios brasileiros, com uma população total de aproximadamente 15 milhões de habitantes. Empregava 17.620 pessoas, sendo 2.900 colaboradores próprios, 14.309 contratados de terceiros, 335 estagiários e 76 menores-aprendizes. Os ativos de geração somavam potência instalada de 1.004,6 MW, sendo 658,0 MW em uma usina hidrelétrica, 346,6 MW em uma térmica, e ainda 2.200 MW correspondentes a uma linha de interconexão entre os sistemas energéticos do Brasil e da Argentina. Em 2007, gerou 13.582 GW e distribuiu 14.890 GWh de energia, obtendo receita líquida de R\$ 4.964,4 milhões.

GRI
2.6

Controlada pela Endesa S.A., da Espanha, é uma sociedade anônima de capital fechado, criada em 2005, com o objetivo de administrar os negócios de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia no País. A iniciativa simplificou a estrutura acionária da companhia, ao agregar as participações financeiras nas unidades, proporcionar maior estabilidade nos fluxos de caixa, melhorar o acesso ao financiamento externo, preparar as empresas para o crescimento e aproveitar ganhos de sinergia operacional.

Distribuição:

- o Ampla – Distribui energia elétrica a uma região de 32.188 quilômetros quadrados no Estado do Rio de Janeiro, que compreende aproximadamente 73% do território do Estado e população de cerca de 7,0 milhões de pessoas. Distribui ainda energia à parte do município de Bocaina de Minas, no Estado de Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2007, atendia cerca de 2,4 milhões de clientes.
- o Coelce – Distribui energia elétrica a uma região de 148.825 quilômetros quadrados, que abrange todo o Estado do Ceará, com população de aproximadamente 7,5 milhões de pessoas em 184 municípios. No final de 2007, mantinha aproximadamente 2,7 milhões de clientes.

Geração, transmissão e comercialização:

- o Endesa Cachoeira – A Central Hidrelétrica Cachoeira Dourada gera energia elétrica na usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada, localizada no Rio Paranaíba, nos municípios de Itumbiara e Cachoeira Dourada, no Estado de Goiás. Possui dez unidades de geração, com capacidade instalada de 658,0 MW.
- o Endesa Fortaleza – A Central Geradora Termelétrica Fortaleza gera energia elétrica na usina termelétrica de Fortaleza, no município de Caucaia, no Estado do Ceará, com 346,6 MW de capacidade instalada.
- o Endesa Cien – A Companhia de Interconexão Energética – Endesa Cien administra a linha de interconexão entre Argentina e Brasil, com potência de 2.200 MW e 1.000 quilômetros de extensão. Faz a transformação de frequência (de 60 para 50 hertz e vice-versa) e transmite a energia entre os dois países. Até o início de 2007 também comercializava energia importada da Argentina com

GRI
2.3

clientes no Brasil, entre eles as empresas Ampla e Coelce, que integram a Endesa Brasil.

Endesa S.A.

A Endesa S.A., maior empresa elétrica da Espanha e principal do setor privado no mercado de energia da América do Sul, atende mais de 23 milhões de clientes nos 11 países em que está presente, na Europa (Espanha, Itália, França, Portugal e Polônia), África (Marrocos) e América do Sul (Brasil, Chile, Argentina, Colômbia e Peru). Atua nos mercados de eletricidade, gás, co-geração e energias renováveis, com instalações eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, aproveitamento de resíduos e biomassa.

Por meio de suas participações, controla 49.169 MW de potência instalada, com capacidade de geração em 2007 de 183.966 GWh. Fora da Espanha, produz 50,5% do total de eletricidade que gera. As vendas de energia, nos mercados em que opera, totalizaram 227.502 GWh em 2007, incremento de 3,3% em relação ao ano anterior. Mais da metade das vendas de energia também foi efetuada fora da Espanha. O Brasil concentra 25% dos ativos da Endesa na América do Sul.

Em outubro de 2007, ocorreu uma reorganização societária na companhia. Os acionistas Enel S.P.A. (Enel) e Acciona S.A. (Acciona), então proprietários de 24,97% e 21,04% do capital social total e votante da Endesa S.A., respectivamente, realizaram Oferta Pública de Ações (OPA), visando à compra de 100% das ações de emissão da Endesa, que se encontravam pulverizadas em diversos mercados. Ao final do processo, Enel e Acciona assumiram o controle acionário, tornando-se proprietárias de, respectivamente, 67,05% e 25,01% do capital social total e votante. Em março de 2008, alguns ativos da Endesa na Itália, França, Polônia, Turquia e Espanha foram vendidos para o grupo alemão E.ON, como parte do acordo firmado em 2007 para viabilizar a conclusão da OPA.

Fundada em 1944, na Província de Leon (noroeste da Espanha), o primeiro negócio da empresa foi a Central Térmica de Compostilla, seguido da construção de várias usinas naquele país. Na década de 1970, fundiu-se com a Hidrogalícia, passando a atuar também em exploração mineral. Em 1988, abriu seu capital nas Bolsas de Valores de Madri e Nova York. Ingressou na América Latina em 1992, com a aquisição de empresas no Chile, na Argentina, no Peru e na Colômbia, países em que é líder de mercado. Está presente no Brasil desde 1996, quando adquiriu a distribuidora Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj), atual Ampla.

GRI

2.9

GRI VALORES

4.8

Respeito pela vida (pessoas / ética / integridade): Pautar nossas ações por meio de uma conduta responsável e ética, agindo com transparência e sustentando o compromisso de respeito à vida e à integridade de colaboradores, parceiros e clientes.

Simplicidade: Buscar a simplicidade em nossas atividades, desde o envio de um e-mail até mesmo ao fechamento de grandes negócios, preservando um ambiente informal e agradável em nossas relações.

Criadores de Valor (sustentável / crescimento / resultado): Fortalecer nossa cadeia de valor sustentável com todos os públicos, oferecendo produtos e serviços personalizados e inovadores, estabelecendo um relacionamento transparente e garantindo resultados eficazes.

MARCOS HISTÓRICOS

1996 >> Início das operações da Endesa, no Brasil, ao adquirir o controle da Ampla, então denominada Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (Cerj), durante leilão de privatização.

1997 >> Aquisição da maior parte do capital da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada, com usina localizada no Rio Paranaíba, em Goiás, e capacidade instalada de 658 MW.

Constituída a Companhia de Interconexão Energética S.A. – Cien, para facilitar o comércio de energia entre Brasil e Argentina. A companhia vence a licitação para importação de 1.100 MW de energia elétrica comprada na Argentina.

1998 >> Em leilão público, o Consórcio Distriluz Energia Elétrica S.A., formado por Endesa España S.A., Enersis S.A., Chilectra S.A. e a atual Ampla, adquirem o controle da Coelce, distribuidora que atua no Estado do Ceará.

2000 >> Entra em operação a primeira unidade da Endesa Cien, a Garabi I, instalada em Garruchos (RS), com capacidade total de transferência de energia de 1.100 MW.

2001 >> Início da construção Central Geradora Termelétrica Fortaleza, em Caucaia, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, a 50 quilômetros de Fortaleza (CE).

2002 >> Inauguração da Endesa Cien-Garabi II, que dobra a capacidade total de transferência de energia para 2.200 MW.

2003 >> Início das operações da Endesa Fortaleza, com capacidade instalada de 346,6 MW.

2004 >> Inauguração oficial da Endesa Fortaleza.

2005 >> Criação da *holding* Endesa Brasil.

2006 >> Ações da Coelce passam a integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores de São Paulo.

2007 >> Ampla e Coelce são incluídas no *ranking* das 150 melhores empresas para trabalhar no Brasil, do *Guia Exame-Você S/A*.

- Coelce ganha o Prêmio Abradee, como melhor distribuidora da Região Nordeste.
- Endesa Cien passa a centralizar sua atuação na transmissão de energia e não mais na comercialização.
- Mudança do controle acionário da Endesa S.A., na Espanha.

PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

GRI

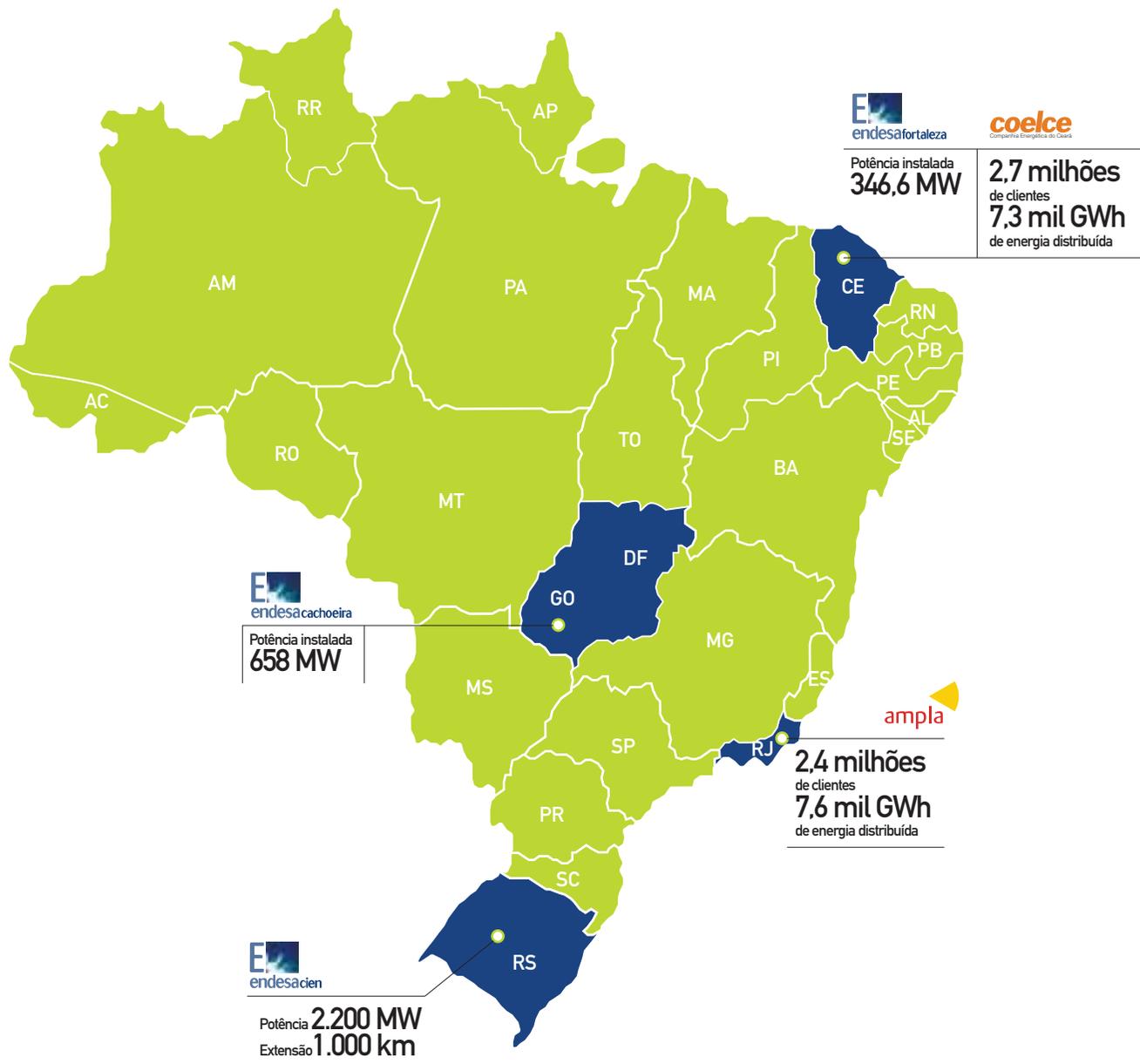
2.10

- **Prêmio Abradee 2007** – Coelce foi eleita a melhor distribuidora de energia elétrica do Nordeste, pelo segundo ano consecutivo, e a sétima do Brasil.
- **Melhores empresas para se trabalhar** – Ampla e Coelce integraram o *ranking* de 150 empresas publicado pelo *Guia Exame-Você S/A*.
- **Maiores inovações da década** – O Ampla Chip – hoje presente em cerca de 300 mil clientes – foi considerado uma das dez maiores inovações brasileiras da última década, de acordo com pesquisa da revista Exame e consultoria Monitor, que avaliou 228 projetos apresentados por mais de cem empresas brasileiras e multinacionais.
- **Prêmio Transformação de Negócios Wharton** – Concedido à Ampla, pela Infosys 2007, da Wharton Business School, como reconhecimento ao modelo Rede Ampla.
- **Prêmio Apex de Soluções Inovadoras e Uso de Novas Tecnologias** – Com o Ampla Chip, de medição eletrônica, recebido durante o VIII Seminário Nacional de Telecomunicações da Associação de Empresas Proprietárias de Infra-estrutura e de Sistemas Privados de Telecomunicações (APTEL).
- **Prêmio Fundação Coge 2007** – Primeiro lugar nas categorias Ações Ambientais, com o projeto Coelce Solidária com a Saúde Pública, e Ações de Responsabilidade Social, com o programa Compartilhar, de voluntariado.
- **Melhores da Região** – Endesa Fortaleza integrou *ranking* da revista *Exame* para a Região Nordeste, também na categoria Cliente Aprovou.
- **Melhores Códigos do Brasil** – Código de Ética da Endesa Geração Brasil foi reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios que analisou os documentos das 500 maiores companhias em atuação no País.
- **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa** – Pelo segundo ano consecutivo, a Coelce faz parte do seletivo grupo de empresas reconhecidas nacionalmente por seu compromisso com o desenvolvimento sustentável.
- **Prêmio Aberje 2007** – Vencedora na categoria Comunicação de crises empresariais, com o *case* Ampla contra o furto e pela legalidade.
- **Prêmio Fiec** (Federação das Indústrias do Estado do Ceará) por Desempenho Ambiental 2007 – Coelce foi a primeira colocada na categoria Integração com a Sociedade, com o programa Ecoelce.
- **Prêmio Consumidor Moderno** – Concedido à Central de Relacionamento da Ampla, na categoria Energia Elétrica. Organizado pela Padrão Editorial, é considerado um dos mais importantes prêmios de relações de consumo do mercado brasileiro.

GRI

2.7

PRESENÇA DA ENDESA NO BRASIL



GRI

1.1

1.2

Mensagem da administração



Marcelo Llêvenes



Mario Santos

O ano de 2007 foi o melhor na história de pouco mais de uma década em que a Endesa está no Brasil. Tivemos bons resultados nas quatro perspectivas em que trabalhamos, que são nossos acionistas, colaboradores, clientes e a comunidade.

Todos esperam alguma coisa da gente e só teremos sucesso se criarmos valor para os quatro de forma sustentável, permanente no tempo e rica para todos. E é nesses aspectos que avaliamos o desempenho do ano.

Entregamos resultado para os acionistas: a receita líquida cresceu 21%, para R\$ 4,96 bilhões, e o lucro líquido chegou a R\$ 470,7 milhões, mais 25%. Também nos tornamos um dos grupos mais eficientes em custo por cliente e quilowatt distribuído. Isso é consequência de um bom serviço para os clientes, de uma política de atração e retenção de bons colaboradores e da construção de uma relação amistosa com a sociedade.

Em termos de pessoas, estamos muito satisfeitos em ter excelência profissional nas nossas empresas, pois isso é fundamental no resultado. Procuramos trazer e manter gente talentosa e também subsidiar o desenvolvimento das pessoas. Queremos colaboradores satisfeitos, comprometidos, competentes e interessados no que fazem. Uma mostra de que estamos no bom caminho foi a inclusão de Ampla e Coelce entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, do *Guia Exame-Você S/A*. Isso cria um círculo virtuoso de

bom atendimento ao cliente. E cliente satisfeito paga melhor suas contas, dá valor aos nossos serviços.

Também melhoramos muito no aspecto qualidade do fornecimento de energia, o que contribuiu para a Coelce ganhar o Prêmio Abradee de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Nordeste. Na Ampla, tivemos resultados importantes na redução de perdas de energia. Esse é um problema histórico do Rio de Janeiro que está sendo resolvido com uma criativa tecnologia. Mais de 60 mil famílias de baixa renda, que antigamente furtavam energia, passaram a ter acesso seguro e legal ao abastecimento, a um custo que elas podem pagar. Isso é buscar uma relação sustentável com o entorno, para que as pessoas tenham uma relação mais racional com a energia, com foco na educação do consumo.

Avançamos ainda em certificação ambiental e gestão de saúde e segurança em nossas operações. Nosso compromisso com a conduta ética foi reconhecido pela inclusão das empresas da Endesa Geração na lista dos melhores códigos do Brasil elaborada pelo Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios. E a Coelce, pelo segundo ano consecutivo, logrou fazer parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bovespa.

Todas essas realizações se alinham para termos uma relação de longo prazo com os clientes, pois vemos o nosso negócio como um negócio de relacionamento. Em um futuro talvez não muito distante teremos a concorrência não só por clientes, mas também por uso de outras fontes de energia, como a solar, por exemplo. Devemos estar preparados para isso, construindo novas alternativas de relacionamento, de produtos e serviços. Hoje, o segmento que mais

crece no nosso negócio é o de serviços não-elétricos, que já representa cerca de 7% de nosso lucro líquido.

Nesse sentido, a revolução que tentamos incorporar é construir a empresa de fora para dentro. É não enxergar o cliente como a ponta, mas sim como o início de todo o processo. Nós é que somos a ponta e só sustentaremos a criação de valor se tivermos capacidade de manter um bom relacionamento com o cliente, com respeito, confiança, tratamento personalizado e, assim, conquistar a sua fidelidade.

Essa é a função da *holding*: deixar claro às empresas o que se espera de cada uma delas e olhar para o futuro, identificando novas oportunidades de crescimento. Representamos principalmente nossos milhares de acionistas, somos guardiões de seus interesses e temos de garantir um investimento de longo prazo, sustentável.

O nosso desafio é crescer sem descuidar da capacidade atual de gerar valor. Isso significa atrair e desenvolver as pessoas certas nas funções certas, para que elas tenham prazer em trabalhar, se empolguem e acreditem no que fazem. Implica surpreender permanentemente o cliente com qualidade de serviço, novos benefícios e respeito no atendimento. É cultivar relações que sejam permanentes no tempo e contribuam para o desenvolvimento da sociedade.

Mario Fernando de Melo Santos
Presidente do Conselho
de Administração

Marcelo Llévènes
Diretor-presidente

Apresentação do relatório



Este é o primeiro ano em que a Endesa Brasil publica seu Relatório Anual de Sustentabilidade baseado nas diretrizes G3 da Global Reporting Initiative (GRI). As subsidiárias Ampla e Coelce utilizam esse modelo há três anos, enquanto as empresas Endesa Cachoeira, Endesa Cien e Endesa Fortaleza adotaram essas diretrizes a partir de 2006.

As informações deste Relatório cobrem o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007 e basearam-se em levantamentos de indicadores de desempenho relativos a todas as subsidiárias e foram consolidados integralmente. Os indicadores econômico-financeiros são baseados no padrão brasileiro de contabilidade e foram auditados pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Os indicadores sociais e ambientais refletem levantamentos e verificações internas, sem participação de auditoria externa. Com ciclo anual, o relatório anterior foi publicado em maio de 2006.

GRI

3.1

3.2

3.3

3.6

3.7

3.8

3.9

3.13

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI) | A GRI é uma rede de ação global que conta com a participação de diversas instituições de diferentes setores de vários países. Sua missão é desenvolver e disseminar diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizadas voluntariamente por empresas de todo o mundo. Nessa abordagem, são considerados aspectos relacionados à sustentabilidade, o que envolve as dimensões econômica, social e ambiental das empresas.

GRI 3.10 3.11 Determinados dados financeiros sofreram alteração com relação aos publicados em 2006, em razão do despacho Aneel n.º 3.073, de 28 de dezembro de 2006, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2007. Ele determinou que as naturezas de gastos relativos ao Programa de Eficiência Energética (PEE), Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta Consumo de Combustível (CCC) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) passassem a ser classificadas como deduções da receita bruta. As demonstrações financeiras para o exercício concluído em 31 de dezembro de 2006 foram reclassificadas, quando aplicável, para permitir melhor condição de comparabilidade com o padrão adotado nas demonstrações financeiras relativas ao exercício finalizado em 31 de dezembro de 2007.

Na elaboração deste documento, a Endesa Brasil seguiu as orientações da GRI e realizou a aplicação do teste de materialidade, em processo que contou com orientação de consultoria externa. A avaliação da relevância de inclusão dos temas teve a participação de 18 pessoas, sendo sete representantes do público interno e 11 do público externo. Os questionários foram respondidos internamente por cinco colaboradores de nível técnico e operacional, um colaborador parceiro e um representante da alta direção da empresa. A avaliação pelos públicos externos foi obtida por meio da participação de representantes dos seguintes *stakeholders*: analistas de mercado financeiro, acionistas, governo e mídia.

Após a consolidação dos resultados dos públicos externos e internos, os temas foram submetidos à avaliação de representantes da diretoria da empresa. Com base no direcionamento estratégico de responsabilidade social corporativa, do planejamento da Endesa Brasil e dos princípios do Pacto Global, foi realizada a avaliação final da relevância desses temas e a consolidação da matriz de materialidade, que é apresentada no Sumário GRI e Correlação com o Pacto Global, localizado na página 72 deste relatório. Depoimentos colhidos entre participantes de projetos socioambientais das empresas da Endesa no Brasil foram registrados em um DVD, que se encontra encartado ao final deste relatório, com o objetivo de apresentar um breve retrato da realidade das comunidades onde estão inseridas.

Dessa maneira, a *holding* reforça o seu compromisso com a transparência e respeito no diálogo estabelecido com todos os seus públicos estratégicos, apresentando os impactos econômicos, sociais e ambientais de suas atividades de acordo com a importância desses temas para a empresa e para todos aqueles que fazem parte de seu negócio.

Contatos para esclarecimentos sobre o conteúdo desta publicação podem ser feitos com Bonança Mouteira, da Diretoria de Relações Institucionais, Responsabilidade Social e Meio Ambiente da Endesa Brasil, pelos telefones (21) 2613-7954 / 3607-9500 ou e-mail bmouteira@endesabr.com.br.

GRI
3.5

GRI
3.4

Relacionamento com partes interessadas



GRI 4.14 Os negócios da Endesa Brasil têm impacto direto e indireto sobre um grande número de pessoas e entidades. Na gestão desse relacionamento, as empresas que integram a *holding* Brasil mantêm uma série de canais de relacionamento e adotam várias ações para aprofundar esses contatos e alcançar um diálogo construtivo.

Diversos canais de comunicação são colocados à disposição dos públicos estratégicos da companhia, entre eles relatórios financeiros e de sustentabilidade, informes, boletins digitais, campanhas publicitárias, matérias jornalísticas e entrevistas na imprensa, informações divulgadas nas contas de energia das distribuidoras, sites na Internet das empresas controladas (www.endesageracaobrasil.com.br; www.ampla.com; www.coelce.com.br), entre outros.

As empresas Endesa Brasil realizam periodicamente pesquisa com formadores de opinião – autoridades, políticos e jornalistas da área de negócios –, que busca identificar a percepção sobre a qualidade de serviço prestado, investimentos em novas tecnologias e no entorno, e imagem. O Indicador de Líder de Opinião (ILO Externo), que tem como base entrevistas colhidas por uma empresa independente, atingiu as seguintes notas em dezembro de 2007: Ampla (7,1), Coelce (8,2), Cachoeira (9,0), Cien (9,3) e Fortaleza (8,6).

PRINCIPAIS TEMAS E PREOCUPAÇÕES

Parte Interessada	Tema/preocupação	GRI
Acionistas e Investidores	<ul style="list-style-type: none"> ● Criação de valor; ● Desempenho econômico-financeiro; ● Acesso a informações de desempenho. 	4.17
Clientes	<ul style="list-style-type: none"> ● Qualidade da prestação de serviços; ● Qualidade do atendimento; ● Falta de segurança com o uso da energia elétrica; ● Corte de energia por falta de pagamento; ● Desperdício no consumo de energia. 	
Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> ● Empregabilidade; ● Remuneração e benefícios; ● Qualidade de vida; ● Gestão participativa; ● Relacionamento com colaboradores de empresas parceiras. 	
Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> ● Integração com a empresa; ● Qualidade da gestão de empresas fornecedoras de serviços; ● Apoio ao desenvolvimento. 	
Governo	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolvimento socioeconômico; ● Cumprimento dos contratos de concessão; ● Reclamações em órgãos de defesa do consumidor, Judiciário e agência reguladora. 	
Entidades sem fins lucrativos e organizações socioambientais	<ul style="list-style-type: none"> ● Promoção de projetos que visam ao empreendedorismo e evitam dependência da companhia; ● Recursos para desenvolvimento de projetos; ● Fontes alternativas de energia; ● Uso de recursos naturais. 	
Associações empresariais e organizações nacionais e internacionais	<ul style="list-style-type: none"> ● Discussão de temas de interesse relacionados à área ou públicos atendidos por cada associação/organização. 	
Meios de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ● Dúvidas e denúncias de consumidores por meio de matérias veiculadas em jornais, emissoras de rádio e televisão. 	

PARTE INTERESSADA

Acionistas da Endesa Brasil

IDENTIFICAÇÃO

- Companhia Eléctrica Cono Sur S.A.
- Endesa Internacional S.A.
- Enersis S.A.
- Chilectra S.A.
- Edegel S.A.
- Luz de Rio Ltda.
- Chilectra Inversud S.A.
- International Finance Corporation (IFC)

CANAIS DE RELACIONAMENTO

- Conselho de Administração
- Diretoria Financeira e de Relações com Investidores
- Área de Relações com Investidores
- Reuniões, áudio e videoconferências com os gestores da empresa
- Assembléias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias
- Intranet e correio eletrônico
- Visitas dos acionistas e/ou seus representantes às unidades de negócios

PRINCIPAIS AÇÕES

- Relatórios mensais de desempenho econômico-financeiro e de fatos relevantes
- Orcamentos anuais e de médio e longo prazo
- Relatórios periódicos de departamentos (jurídico, comunicação, etc.)
- Revista *Endesa América*
- Sistema de gestão SAP/R3
- Informações financeiras trimestrais auditadas das empresas controladas
- Relatório Anual de Sustentabilidade

Clientes

- 5,1 milhões de clientes na área de distribuição
- 46 clientes em geração, comercialização e transmissão

- Centrais de relacionamento (*call centers*)
- Websites (*chats* on-line 24 horas)
- Lojas comerciais e postos de atendimento
- Celulares (SMS)
- Ouvidoria Externa
- Conselho de consumidores
- Conta de energia
- Projetos sociais e de relacionamento com os clientes das comunidades
- Visitas e reuniões com clientes corporativos
- Pesquisas de satisfação Abradee, Aneel e de universidades

- Investimentos na melhoria de redes de distribuição
- Avanço nos indicadores de qualidade (duração e frequência de interrupção de fornecimento de energia das distribuidoras)
- Projeto Hora Marcada, pelo qual os clientes das distribuidoras podem escolher o horário de atendimento
- Publicações (*Conexão com o cliente*, *Cliente Coelce Plus*)
- Folderes explicativos
- Novo layout de lojas da Ampla permite que o consumidor e o atendente fiquem lado a lado, podendo visualizar, juntos, os dados no computador

Colaboradores (próprios, parceiros terceiros, estagiários e menores-aprendizes) e representantes

- 17.620 colaboradores, sendo 2.900 próprios, 14.309 terceiros, 335 estagiários e 76 menores-aprendizes
- 6 sindicatos: Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica (de Niterói, do Norte e Noroeste Fluminense, do Ceará, de Goiás e do Rio Grande do Sul) e dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro

- Chat interno com executivos
- Encontros de Diretivos
- Conversa com o Presidente
- Reuniões de diretorias e lideranças
- Ouvidoria Interna
- Comunicados e reuniões com sindicatos
- Pesquisas de clima
- Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião (ILO) interno
- Reuniões com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa)
- Programa Orientação ao Negócio
- Intranet e correio eletrônico

- Código de Conduta
- Publicações (revista *Parceria*, *Linha Direta*, *Dica Cultural*, *Dica Ambiental*, informativos via e-mail)
- Clipping de notícias
- Campanhas internas
- Grupos de trabalho para objetivos estratégicos
- Comitês setoriais
- Avaliação 360°
- Banco de idéias
- Relatório Anual de Sustentabilidade

Fornecedores

- 3.760 empresas fornecedoras de materiais;
- 3.420 empresas fornecedoras de serviços

- Website
- Portal de Relacionamento com Fornecedores
- Grupos de trabalhos com fornecedores de materiais e serviços
- Ouvidoria de Fornecedores

- Encontro com fornecedores de Ampla e Coelce, para alinhamento de interesses. Na ocasião, são premiados os melhores fornecedores
- Seminário de Gestão Social e Ambiental dos fornecedores Ampla
- Informativo Ação Coelce
- Relatório Anual de Sustentabilidade

	PARTE INTERESSADA	IDENTIFICAÇÃO	CANAIS DE RELACIONAMENTO	PRINCIPAIS AÇÕES
	Governo	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos da administração direta e indireta nos âmbitos federal, estadual e municipal 	<ul style="list-style-type: none"> Diretoria e gerências de Regulação e Mercado Reuniões e eventos com autoridades, órgãos e programas públicos Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião (ILO) externo <i>Website</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios, comunicados Informações financeiras trimestrais das empresas Relatório Anual de Sustentabilidade
	Organizações sociais e ambientais	<ul style="list-style-type: none"> Entidades parceiras em projetos sociais e de pesquisa e desenvolvimento organizações comunitárias universidades entidades de classe; institutos e fundações relacionados à área socioambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Sustentabilidade e Meio Ambiente Reuniões de associações Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião (ILO) externo <i>Website</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Projetos sociais e ambientais Relatório Anual de Sustentabilidade
GRI				
4.13	Entidades empresariais e organizações nacionais e internacionais	Entidades do setor (Abradee, ASBCE, Apine), federações industriais (Firjan, Fiec, Fiergs) organismos internacionais (ONU, OIT, GRI)	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões de grupos de trabalho Visitas <i>Website</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Adesão ao Pacto Global Participação em projetos Relatório Anual de Sustentabilidade
	Meios de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> Rádios; Revistas; Jornais; Televisão; Canais de notícias na Internet; 	<ul style="list-style-type: none"> Diretoria de Comunicação e Gerências de imprensa Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião (ILO) externo Visitas de jornalistas às instalações Visitas às redações 	<ul style="list-style-type: none"> Comunicados e coletivas para a imprensa Envio de <i>releases</i>/notas para a imprensa Entrevistas Relatório Anual de Sustentabilidade

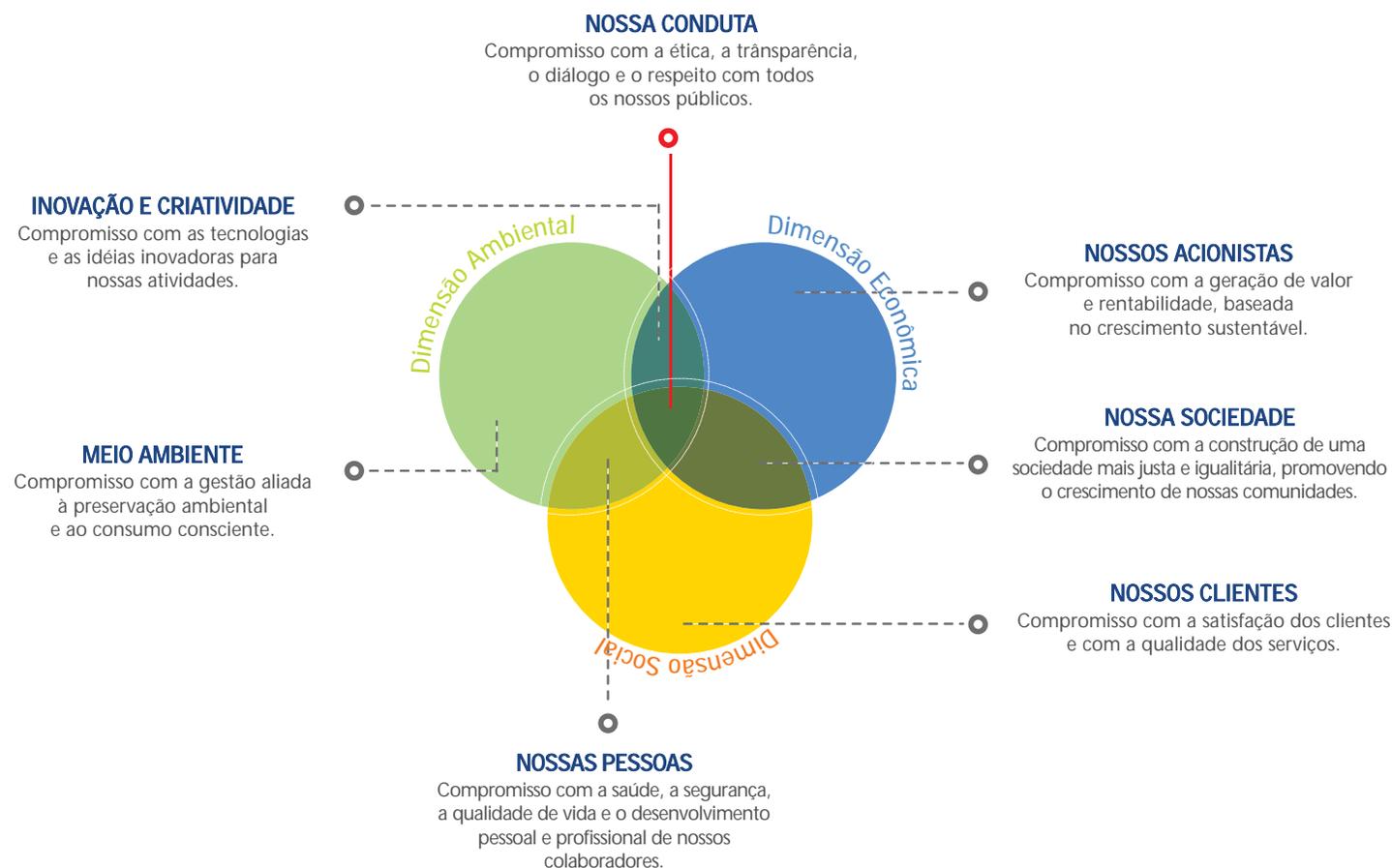
Compromissos



GRI 4.12 A atuação da Endesa Brasil é direcionada por Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável, disseminado globalmente pela Endesa e incorporados ao planejamento estratégico, às políticas e às operações brasileiras a partir de 2005. Com base nesses princípios, as ações são planejadas em busca da satisfação dos

clientes, com prioridade à qualidade dos serviços e em um relacionamento próximo; à gestão de pessoas, com o desenvolvimento de suas competências; à rentabilidade significativa aos acionistas e à melhoria da imagem corporativa, reforçando os investimentos em projetos socioambientais.

SETE COMPROMISSOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



PACTO GLOBAL

Em sintonia com esses compromissos, a *holding* e suas empresas aderiram, em 2005 e 2006, ao Pacto Global, como reforço ao empenho em promover o crescimento dos negócios em harmonia com as comunidades e o meio ambiente. O Pacto Global é resultado de um convite feito ao setor privado, em 1999, pelo ex-secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, para que as empresas contribuam na busca de uma economia global mais sustentável e inclusiva, a partir do atendimento a dez princípios de sustentabilidade.

Como um indicador da adesão ao Pacto Global, a Endesa Brasil também apóia os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), um desafio a ser atingido até 2015 por meio de ações concretas dos governos e da sociedade. A Declaração do Milênio foi aprovada em 2000 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e subscreta por 191 países, entre eles o Brasil, alinhando compromissos com erradicação da fome e da miséria; educação de qualidade e para todos; não-discriminação; redução da mortalidade infantil; saúde das gestantes; combate às doenças; qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e universalização do trabalho.

Objetivos
do Milênio



ACABAR COM A FOME
E A MISÉRIA

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

Direitos Humanos
Direitos do Trabalho

Objetivos
do Milênio



MELHORAR A SAÚDE
DAS GESTANTES

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

Direitos Humanos

Objetivos
do Milênio



EDUCAÇÃO BÁSICA
DE QUALIDADE PARA
TODOS

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

Direitos Humanos

Objetivos
do Milênio



COMBATER A AÍDS,
A MALÁRIA E OUTRAS
DOENÇAS

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

Direitos Humanos

Objetivos
do Milênio



IGUALDADE ENTRE
SEXOS E VALORIZAÇÃO
DA MULHER

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

Direitos Humanos
Direitos do Trabalho

Objetivos
do Milênio



QUALIDADE DE VIDA
E RESPEITO AO MEIO
AMBIENTE

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

Proteção Ambiental

Objetivos
do Milênio



REDUZIR A
MORTALIDADE INFANTIL

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

Direitos Humanos

Objetivos
do Milênio

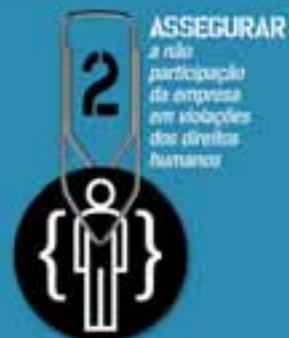


TODO MUNDO
TRABALHANDO PELO
DESENVOLVIMENTO

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

Direitos Humanos
Direitos do Trabalho
Proteção Ambiental
Contra a Corrupção

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL



Conduta



Compromisso com a ética, a transparência, o diálogo e o respeito com todos os nossos públicos

Os princípios de transparência, ampla divulgação de informações e tratamento equânime dos acionistas são observados pela Endesa Brasil em suas práticas de governança corporativa. Como a controladora Endesa negocia suas ações nas Bolsas de Madri e Nova York, mantém um estruturado sistema de procedimentos e controles internos para emissão de relatórios financeiros. Segue, dessa forma, as determinações da Lei Sarbanes-Oxley, que se aplica a empresas com papéis listados no mercado norte-americano.

Os controles internos são baseados nos padrões do Comitê of Sponsoring Organizations (COSO), ou Comitê das Organizações Patrocinadoras, que reúne as principais associações de profissionais de auditoria dos Estados Unidos. Esse modelo, adotado mundialmente pela Endesa, estabelece a melhoria dos processos por meio da ética, da efetividade dos controles internos e da governança corporativa.

Na adequação da estrutura de controles aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, foi criada uma comissão interna, composta por 11 avaliadores (supervisores e analistas técnicos), oito legitimadores (gerentes) e cinco certificadores (diretores). A comissão avalizou, legalizou e certificou todos os controles internos que afetam as informações da empresa.

As práticas da companhia seguem recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entre elas:

- Emissão exclusivamente de ações ordinárias, que dão direito a voto;
- Divulgação de quantidade de ações pertencentes a cada acionista;
- Auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, seguindo os princípios de independência – o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, não deve exercer funções gerenciais nem advogar pelo cliente;
- Estatuto Social com definições claras sobre forma de convocação de Assembléia Geral, atribuições da Assembléia, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, sistema de votação, eleição, destituição e mandato de conselheiros e diretores.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A Endesa detém 97,3% do capital acionário da Endesa Brasil, dividido entre a Endesa S.A., suas controladas Cono Sur, Enersis e Chilectra e outras empresas controladas. Desde julho de 2006, tem também a participação do International Finance Corporation (IFC), membro do Banco Mundial com foco em investimentos sustentáveis no setor privado, que adquiriu 2,7% do capital. A Endesa S.A., por sua vez, é controlada desde outubro de 2007 pelos acionistas Enel S.P.A. e Acciona S.A., proprietários de 67,05% e 25,01% do capital total e votante da companhia.

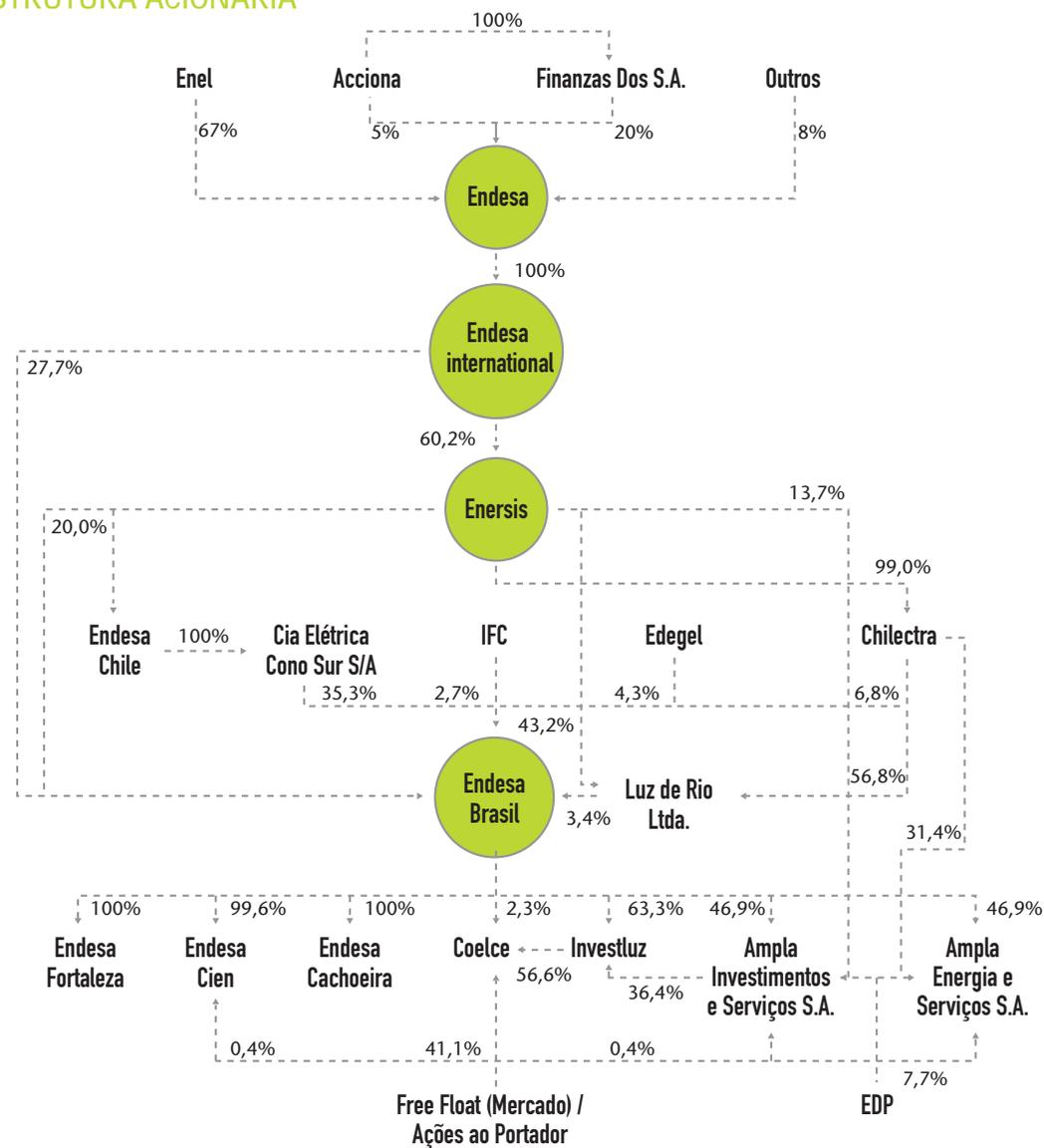
ENDESA BRASIL – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL (%)
Companhia Eléctrica Cono Sur S.A.	60.299.607	35,29
Endesa Internacional S.A.	47.354.669	27,71
Enersis S.A. Agência Ilhas Cayman	19.460.714	11,39
Enersis S.A.	14.702.746	8,6
Chilectra S.A.	7.735.702	4,53
Edegel S.A.	6.957.053	4,07
Luz de Rio Ltda.	5.809.529	3,4
Chilectra Inversud S.A.	3.939.013	2,31
Chilectra S.A. Agência Ilhas Cayman	40	-
International Finance Corporation - IFC	4.618.298	2,7
Outros	7	-
Total	170.877.378	100

PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS DA ENDESA BRASIL

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO (%)	DIRETA (%)	INDIRETA (%)
Endesa Fortaleza	100,0	100,0	-
Endesa Cien	100,0	100,0	-
Endesa Cachoeira	99,6	99,6	-
Ampla	91,9	46,9	45,0
Coelce	48,0	2,3	45,7
Investluz	80,7	63,6	17,1
Ampla Investimentos	91,9	46,9	45,0

ESTRUTURA ACIONÁRIA



GRI **ESTRUTURA DE GOVERNANÇA**

4.1 Os seguintes órgãos são responsáveis pela governança da Endesa Brasil: Assembléia Geral, Conselho de Administração e Diretoria Executiva. O Conselho de Administração e os membros da Diretoria Executiva estimulam a adoção de diretrizes e indicadores que promovam os Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável da Endesa, como forma de acompanhar a evolução do desempenho da companhia nos aspectos econômico, social e ambiental. Todas as áreas da estrutura organizacional são responsáveis em transformar os conceitos em ações integradas às suas atividades.

GRI 4.4 Qualquer *stakeholder* pode comunicar-se com o Conselho por meio de correspondência enviada ao presidente do órgão. Pelo menos uma vez por ano ocorre a Assembléia Geral Ordinária, quando os acionistas manifestam-se sobre a gestão da companhia, as demonstrações financeiras, a proposta de destinação do lucro líquido e o pagamento de dividendos.

GRI 4.6 Para evitar conflitos de interesses entre os acionistas, o Conselho de Administração é responsável por assegurar que normas legais, regulamentos e disposições contratuais sejam rigorosamente observados, norteando-se também pelos valores de ética e integridade assumidos pela companhia.

Assembléia Geral de Acionistas

Constituída por todos os acionistas, aprova as demonstrações financeiras da *holding*, elege o Conselho de Administração, tendo a responsabilidade por deliberar e verificar a legitimidade e legalidade das ações realizadas pelos demais órgãos da Administração.

Conselho de Administração

Responsável pela definição da estratégia da companhia, aprovação de projetos de investimentos, planos de expansão ou reestruturação e do orçamento anual. Também elege os diretores-executivos e supervisiona os riscos ambientais e sociais. É formado pelo presidente, vice-presidente e quatro conselheiros, todos representantes de acionistas. Exceto o presidente, que exerce exclusivamente essa função, os integrantes são executivos da Endesa, no Brasil ou no exterior. Não há conselheiros independentes, já que os conselheiros possuem vínculos financeiros com a organização. Os mandatos são de dois anos, permitida a eleição total ou parcial dos membros. Todos os conselheiros são homens e brancos, sendo dois com mais de 50 anos e quatro com menos de 50 anos de idade. Em 2007, apresentava a seguinte composição:

Mario Fernando de Melo Santos – Presidente – Nascido em Recife (PE), em 1938. Com formação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco, já atuou no Departamento Nacional de Combustíveis, do Ministério de Minas e Energias, e na Eletrobrás. Também é membro do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico e do Comitê Consultivo da Comissão de Integração Energética Regional (Cier).

José Maria Calvo-Sotelo Ibáñez-Martin – Vice-presidente – Licenciado em Ciências Físicas (1987), pela Universidade Complutense de Madrid, e MBA (1993) pela Escola de Negócios da Universidade de Harvard. Ingressou na Endesa S.A. em 1997, como diretor de Planejamento e Finanças do negócio de diversificação e telecomunicações. Atualmente, é subdiretor-geral da Endesa Internacional S.A., que engloba os negócios latino-americanos da Endesa, e também conselheiro da Endesa Chile.

GRI
4.2
4.3
LA13

Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque – Nascido no Rio de Janeiro (RJ), em 1962. Ocupa a função de diretor jurídico da Endesa Brasil desde 2003. É graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Rafael Lopez Rueda – Nascido em Granada (Espanha), em 1957. Formado em Ciências Econômicas e Administração pela Universidade de Málaga e bacharel pela IESE – Universidade de Navarra, ambas na Espanha. Atua na Endesa desde 1997, quando assumiu o cargo de subdiretor-geral de negócios. É gerente-geral da Chilectra S.A. desde julho de 2003.

Rafael Mateo Alcalá – Nascido em Alcañiz (Espanha), em 1959. Graduado em Engenharia Industrial pela Universidade de Zaragoza (Espanha), em 1982, e pós-graduado em direção-geral de empresas pelo IESE e pelo INSEAD. Iniciou sua carreira na Endesa, onde ocupou várias posições. Desde setembro de 2005 é gerente-geral da Endesa Chile.

Ignácio Antoñanzas Alvear – É engenheiro de minas, com especialidade em energia e combustíveis, formado pela Universidade de Madri. Ingressou na Endesa S.A. em 1994, sendo subdiretor-geral de Estratégia entre 2003 e 2006. Atualmente é gerente-geral da Enersis S.A.

Diretoria Executiva

Encarregada da gestão dos negócios, suporte e acompanhamento do desempenho das empresas controladas. Eleita pelo Conselho de Administração para mandato de dois anos, com possibilidade de reeleição, é composta por um diretor-presidente e cinco diretores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os administradores estão proibidos de votar em qualquer assembleia de

acionistas ou de atuar em qualquer negócio ou operação em que exista conflito de interesses com a companhia. Todos os diretores são homens, brancos, sendo 71% com idade entre 30 e 50 anos de idade e 29% com mais de 50 anos.

Marcelo Andrés Llévénos Rebolledo – Presidente – Nascido em Santiago (Chile), em 1963. Formou-se em Engenharia Comercial pela Universidade do Chile em 1986, onde também cursou pós-graduação em Finanças e Administração. Tem mestrado em Administração de Empresas pelo Instituto de Estudios de Empresas em Buenos Aires, Argentina, e concluiu curso em Marketing Estratégico pela Kellogg School of Management, Northwestern University, Chicago, Estados Unidos. Iniciou sua carreira profissional como professor de micro e macroeconomia em diversas universidades em Santiago, Chile, de 1984 a 1992. Atua na Endesa desde 1986, inicialmente no Chile e depois na Argentina. Foi presidente da Ampla entre 2001 e 2007, acumulando a presidência da Endesa Brasil desde 2005.

Francisco Javier Bugallo Sánchez – Diretor vice-presidente – Nascido em La Coruña (Espanha), em 1956, formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Politécnica de Cartagena (Espanha). Iniciou sua carreira na Endesa em 1980, ocupando várias posições. Atua no Brasil desde 1999, quando foi responsável técnico pela implantação da interconexão Brasil-Argentina da Endesa Cien. Atualmente, é também presidente da Endesa Cien e da Endesa Cachoeira.

Carlos Ewandro Naegele Moreira – Diretor de Recursos Humanos – Nascido em Itacoara (RJ), em 1956, é responsável pelos processos de gestão de pessoas. Desenvolve políticas de captação, retenção e manutenção de pessoas, além de cuidar da saúde, segurança e bem-estar dos colaboradores. Mantém controle sobre a gestão de parceiros. É graduado em Engenharia Elétrica pela Escola de Engenharia Veiga de Almeida, com pós-graduação em análise de projetos e gerência de energia pela Fundação Getúlio Vargas. Atua na companhia desde 1977, quando ingressou como estagiário na antiga Cerj, desempenhando diferentes funções.

Luiz Carlos Laurens Ortins de Bettencourt – Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações Institucionais – Nascido em Belém (PA), em 1958. Formado em Ciências Econômicas pela PUC, em 1982, iniciou sua carreira profissional como consultor na APC Skills. Ocupou diversos cargos no Banco Bahia de Investimentos S.A., sendo o último como gerente-adjunto do controle financeiro. Foi supervisor de Operações Financeiras na Westinghouse do Brasil S.A. e ocupou diversas posições na Cyanamid Química do Brasil Ltda., entre elas gerente de Controladoria. Ingressou na

Ampla em 2001, como gerente financeiro e assumiu a Diretoria Financeira em 2007. É membro suplente do Conselho de Administração da Coelce, desde abril de 2006.

Antonio Basílio Pires de Carvalho e Albuquerque – Diretor Jurídico – Nascido no Rio de Janeiro (RJ), em 1962. Ocupa a função de diretor jurídico da Endesa Brasil desde 2003. É graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e iniciou sua carreira em 1983, como *trainee* do escritório Gouvêa Vieira Associados, onde ocupou a função de sócio sênior.

Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira – Diretor de Planejamento e Controle – Nascido no Rio de Janeiro (RJ), em 1968, formou-se em Contabilidade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atuou anteriormente na Reynolds Latasa e nas Ceras Johnson. Ingressou na Endesa em 1999, como gerente administrativo-financeiro da Endesa Cachoeira. Em 2004 passou a desempenhar a função de diretor de Planejamento, Controle e Contabilidade das empresas de geração da Endesa e assumiu o cargo na *holding* em 2005.

Eugenio Cabanes Durán – Diretor de Relações Institucionais e Comunicação – Nascido em Sabadell (Espanha), em 1951. Formou-se em Jornalismo pela Universidade Autônoma de Barcelona. Atuou em vários veículos de comunicação na Espanha e de abril de 2002 a junho de 2004 foi membro do conselho de Administração do Centro de Telecomunicações da Generalitat de Catalunya. Desde agosto de 2004 é diretor de Relações Institucionais da Endesa.

Enrique de Las Morenas – Diretor de Desenvolvimento e Planejamento Estratégico – Nascido em Madri (Espanha), em 1971.

É formado em Administração pela Pontifícia Universidade de Comillas, com MBA pela Columbia Business School. Iniciou sua carreira na Arthur Andersen, foi diretor associado no banco de investimentos UBS Warburg, trabalhou no Goldman Sachs International e na Lazard Asset Management. Ingressou na Endesa em 2003, para atuar na Direção Corporativa de Estratégia. É diretor da Endesa Brasil desde 2007.

José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação – Nascido em Juiz de Fora (MG), em 1957. Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com especialização em Operação de Sistemas Hidrotérmicos e mestrado em Engenharia Elétrica na área de planejamento energético pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atuou nas divisões de produção de energia, planejamento energético da operação e assessoria de comercialização de energia da diretoria de operação da Eletronorte, foi superintendente da Aneel e superintendente da diretoria de mercado atacadista da Light Serviços de Eletricidade S.A. Também é diretor da Abradee e integra o Conselho de Administração da Coelce.

CONDUTA

A *holding* mantém canais de comunicação internos que abordam e divulgam valores, como a ética e a integridade corporativa. O Código de Ética é uma das principais ferramentas de gestão corporativa e instrui os funcionários para a adoção de princípios de conduta ética, profissionalismo e confidencialidade. Ampla, Coelce e as empresas da Endesa Geração Brasil têm códigos específicos, todos alinhados aos Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável e o Pacto Global. São mantidos, de forma comum, códigos de Conduta Empresarial, dos Empregados e dos Administradores.

Código de Conduta Empresarial – O documento, disponível na Intranet e no *website* na Internet, reúne as principais políticas que devem ser adotadas por todos os colaboradores em suas atividades e no relacionamento com as partes interessadas – acionistas, parceiros, clientes, fornecedores, governos e sociedade. O Código expressa o posicionamento contra qualquer forma de corrupção e estabelece que a companhia não aceita exigências, pressões ou condicionamentos ilícitos e rejeita esse procedimento por parte de seus funcionários em relação a terceiros.

Código de Conduta dos Empregados – A publicação, que reúne as diretrizes de boa conduta profissional, é entregue a todos os profissionais, que assinam um termo de compromisso sobre as questões abordadas. Entre as normas, está a de agir com respeito e ética e vivenciar os valores da Endesa.

Código de Postura dos Administradores – Aplica-se a toda a Diretoria, norteando as ações dos executivos em nome da ética e do profissionalismo.

Canal Ético – Recebe denúncias sobre práticas corporativas inadequadas referentes a contas e auditorias, apropriação indevida, conflitos e interesses, meio ambiente, saúde e segurança e relacionamento com fornecedores. Foi introduzido em 2005 no *website* da Endesa S.A., na Espanha, e também nas páginas das controladas, atendendo às exigências da Lei Sarbanes-Oxley. Para garantir confidencialidade e segurança no tratamento das informações, a gestão desse canal foi entregue à Ethicspoint, empresa independente que possui abrangente experiência nessa área.

Comissão de Ética – Busca zelar pelo respeito ao Código de Conduta dos Empregados e ao Código de Ética Empresarial.

Ações contra a corrupção

O tema combate à corrupção é tratado com os diferentes públicos da companhia, de forma alinhada ao décimo princípio do Pacto Global, de combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno. Essas diretrizes integram o Código de Ética das empresas e são disseminadas em quadros de divulgação nos locais de trabalho, na Intranet, no *website* e em anexos aos contratos com terceiros.

No relacionamento com clientes dos setores público e privado, é exigida dos funcionários uma relação profissional transparente, evitando, principalmente, qualquer risco que possa prejudicar sua imagem corporativa. A companhia não financia partidos políticos nem participa de *lobbies* em favor do poder público.

Nas relações com concorrente, busca manter um relacionamento respeitoso e leal, empenhando-se em oferecer serviços e produtos que se destacam por vantagens e mérito próprios. Não é admitida prática comercial antiética, bem como a formação de trustes ou cartéis que causem prejuízo à livre concorrência e aos consumidores. Em 2007, não esteve envolvida em nenhuma ação judicial por concorrência desleal, práticas de truste ou monopólio.

ESTRATÉGIA E MODELO DE GESTÃO

Criada em 2005, inicialmente como *holding* financeira de um conjunto de empresas de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, a Endesa Brasil avançou em 2007 na consolidação de um modelo de serviços compartilhados. Foi montada uma estrutura única e mais simplificada para desempenhar funções estratégicas e de apoio às operações, com ganhos de sinergias e agilidade, para impulsionar de forma planejada o crescimento da organização. Atividades de recursos humanos, finanças, planejamento e controle, regulação, jurídico e comunicação institucional assumem funções centrais, prestando serviços às áreas de negócios, que ficam assim liberadas para manter a atenção concentrada na eficiência operacional e nos serviços prestados aos clientes, proporcionando um maior potencial de criação de valor.

GRI

SO2

SO3

GRI

SO6

GRI

SO7

GRI

1.2

A estratégia direcionada à criação de valor sustentável para as suas principais partes interessadas: acionistas, colaboradores, clientes e comunidades. Para a sua execução, são identificados seis principais desafios:

1) Plano estratégico de crescimento – Com a aspiração de tornar-se um ator relevante no setor energético brasileiro, a empresa avalia permanentemente oportunidades de crescimento no Brasil, atualmente tendo como prioridade o segmento de geração. A demanda por energia no País é crescente e novos projetos de geração têm recebido especial atenção. Abrangem tanto crescimento orgânico, com eventual ampliação de capacidade de geração térmica da Endesa Fortaleza, como novos investimentos em fontes tradicionais e alternativas de energia (a exemplo de biomassa, eólica e solar), em projetos que podem ser desenvolvidos por meio de parcerias. Para sustentar seu crescimento, conta com a capacidade de alavancagem – a relação dívida líquida/ EBITDA é baixa, de 1,3x no final de 2007 – e com a expertise em projetos de geração hidráulica e térmica no Brasil, além do apoio internacional da Endesa e sua experiência em fontes renováveis de geração de energia. Outra importante alavanca para o crescimento é a inovação, que é estimulada em todas as empresas pelo potencial de criação de valor.

2) Desafios das empresas – O papel da *holding* é apoiar as empresas a superarem seus principais desafios: redução das perdas comerciais, na Ampla; execução do programa de universalização, na Coelce; reconstrução de energia na Endesa Cachoeira; abastecimento de gás natural na Endesa Fortaleza; e negociação de uma remuneração estável e permanente para a prestação dos serviços de transmissão pela Endesa Cien.

3) Otimização das áreas de apoio – Consolidar e tornar eficiente a estrutura de apoio às empresas, exercendo as funções de um centro de serviços compartilhados, em um modelo eficiente de gestão dos negócios.

4) Temas financeiros relevantes – Auxiliar as empresas na gestão dos fluxos financeiros, para otimizar a alocação de recursos financeiros e apoiar os processos de financiamento, aproveitando a escala de negócios e o potencial de geração de caixa para contratar empréstimos em condições mais vantajosas.

5) Criação de valor por meio de novos negócios – Impulsionar a agregação de valor representada por novos produtos e serviços não-elétricos, a exemplo de assistência técnica e manutenção de equipamentos, seguros, entre outros. No final de 2007, esses novos negócios, não diretamente relacionados à geração, transmissão e distribuição de energia já representavam 7% do lucro líquido consolidado.

6) Atrair, reter e desenvolver talentos para sustentar o crescimento – A Endesa Brasil considera seus colaboradores um dos principais diferenciais competitivos para assegurar o crescimento dos negócios. Busca criar uma relação de compromisso com as pessoas, fazendo das empresas um bom lugar para trabalhar e proporcionando oportunidades de desenvolvimento e capacitação, com avaliações periódicas de desempenho e construção de mapas de carreira. Mais do que estimular competências técnicas, procura manter profissionais com competências comportamentais, capacidade de trabalho em equipe, conduta ética e identificação com os valores da empresa.

Acionistas



Compromisso com a geração de valor e rentabilidade, baseada no crescimento sustentável

OS NEGÓCIOS DA ENDESA BRASIL

Distribuição

Os negócios de distribuição são desenvolvidos por duas empresas controladas, a Ampla e a Coelce, concessionárias desse serviço, que atendem 5,1 milhões de clientes e uma população total de 13,5 milhões de pessoas.

Ampla – Atua em 66 cidades no Estado do Rio de Janeiro, na Região Sudeste do Brasil, em área que corresponde a 73% do território estadual. No final de 2007, atendia 2,4 milhões de clientes e uma população de aproximadamente 7 milhões de habitantes. A maior parte da energia faturada pela Ampla (89,7%) é destinada a clientes residenciais.

Coelce – Fornece energia para cerca de 2,7 milhões de clientes e uma população de aproximadamente 8 milhões de habitantes do Estado do Ceará, na Região Nordeste do País, sendo a terceira maior distribuidora regional. Em 2007, teve entre os clientes residenciais o maior volume de distribuição de energia (32,9%), seguidos de comércio e serviços (18,3%).

DISTRIBUIDORAS	AMPLA	COELCE
MERCADO		
Estado	Rio de Janeiro	Ceará
Municípios atendidos	66	184
Habitantes (milhões)	7,0	8,0
Clientes (mil)	2.379	2.689
Área de concessão (mil km ²)	32,2	149,0
Energia vendida a clientes finais (GWh)	7.563	7.327
Nº total de colaboradores	8.757	8.310
INFRA-ESTRUTURA		
Nº de subestações	114	94
Capacidade instalada (MVA)	4.349	2.101
Linhas de transmissão (km)	3.706	3.979
Rede de distribuição (km)	46.623	102.161
Nº de transformadores de distribuição	98.001	98.738

Desempenho Operacional

O volume de vendas de energia atingiu 14.890 GWh, 5% acima dos 14.182 GWh de 2006. No ano, as duas distribuidoras incorporaram 209 mil clientes à sua base, representando crescimento de 4,3%.

O aumento da renda, do emprego e as condições favoráveis de crédito, que possibilitam a aquisição de maior quantidade de eletroeletrônicos, são os principais fatores de estímulo ao consumo de energia elétrica da classe residencial.

Na Ampla foram comercializados 7.563 GWh, acréscimo de 4% em relação ao ano anterior. A classe residencial representa quase 90% do total de consumidores, 45% da demanda em MWh e é responsável por 46% da receita bruta da empresa. A segunda classe mais

representativa é a comercial, com 7% dos clientes. Durante o ano, o consumo médio anual por consumidor se manteve em linha com o registrado em 2006 (3,04 MWh anuais por consumidor), porém as classes industrial, comercial e serviços registraram evolução de 3% no consumo médio. Os domicílios incluídos no programa Baixa Renda somaram 708 mil no ano, o que equivale a 35,3% do total de residências atendidas pela distribuidora. A receita de faturamento representa 14,48% do total da receita obtida na classe residencial.

A energia elétrica distribuída (mercado cativo e livre) na área de concessão da Coelce atingiu 7.327 GWh, volume 6,5% superior aos 6.877 GWh do ano anterior. Por categoria, o segmento residencial consumiu 2,4 mil GWh, em 2007, representando 33% do total, sendo 1,2 mil GWh consumidos por clientes de baixa renda. Os setores industrial e comercial tiveram participações respectivas de 16% (1,2 mil GWh) e 18% (1,3 mil GWh). Os clientes rurais corresponderam a 9% do total de energia comercializada.

GRI Perdas de energia

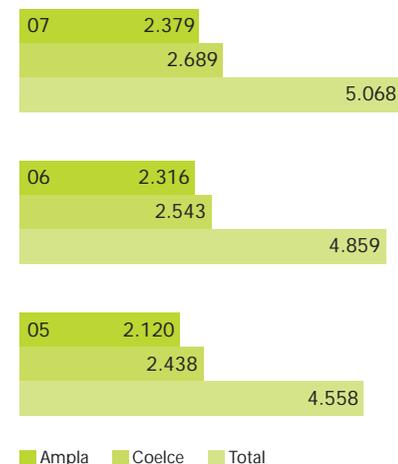
1.2

As duas distribuidoras intensificaram os programas de combate às perdas de energia vinculadas ao sistema elétrico (técnicas) e ao consumo irregular (comerciais), que representam um grande impacto sobre os resultados. A Ampla registrou o menor índice de perdas dos últimos sete anos, com 19,91%, redução de 0,46 ponto percentual em relação a 2006. Na Coelce, o índice atingiu 12,35%, 0,65 ponto percentual abaixo do ano anterior, sendo que as perdas técnicas representaram aproximadamente 10,81% do total da energia comprada, percentual superior ao registrado em 2006 (10,74%), enquanto as perdas comerciais, de 1,54%, ficaram baixo dos 2,23% do ano anterior.

A Ampla tem investido na utilização de modernos processos de gestão e de tecnologias de ponta, com destaque para os Projetos Integrais, Rede Ampla, Ampla Chip, Sentinela e Máquinas Antifurto para grandes clientes. Essas iniciativas foram premiadas nos dois últimos anos como exemplos de soluções inovadoras.

- o **Rede Ampla** – O sistema consiste na elevação da rede secundária (baixa-tensão) até o nível da rede primária (média-tensão) com a utilização de cabo pré-reunido. Ambas ficam a nove metros do solo, o que dificulta ligações clandestinas. Em dezembro de 2007, estavam conectados 447.468 clientes, dos quais 343.937 com medição eletrônica instalada.
- o **Ampla Chip** – Acoplado à Rede Ampla, o sistema prevê a leitura, corte e religação digitais e análise diária do consumo de energia dos clientes. Essas informações são enviadas, via banda celular, para a base de dados da Ampla e transformadas em informações (quilowatts hora e reais). Os clientes têm acesso a esses dados por diversos canais de atendimento, gratuitamente, possibilitando o acompanhamento diário do consumo. No encerramento de 2007, 298.683 clientes foram faturados por intermédio dessa tecnologia.
- o **Máquina Antifurto** – Com foco em grandes clientes, conectados em média e alta-tensão, consiste de uma caixa blindada e encapsulada, na qual estão instalados transformadores de potência e corrente, chave de aferição, medidor eletrônico e telemetria, responsável pela transmissão via celular dos dados de medição de energia para a central de controle. Até dezembro de 2007, foram instalados 4.741 equipamentos, o que proporcionou ganho médio de aproximadamente 2,6 MWh/cliente por mês.
- o **Sentinela** – Sistema de medição individualizado, com telemetria, concebido em caixa metálica instalada na ponta da cruzeta,

NÚMERO DE CLINTES (MIL)



próxima à rede de média-tensão e com tranca especial para impossibilitar a sua abertura por pessoas não autorizadas. No ano foram instaladas 325 Sentinelas, proporcionando ganho médio de 1,8 MWh/cliente por mês.

- **Projetos Integrais** – Desenvolvidos em São Gonçalo, Magé, Itaboraí e Duque de Caxias (áreas que representam 42% das perdas totais da empresa) utilizam de forma massiva essas tecnologias e têm o apoio de projetos de geração de renda, como alternativa para combater os furtos de energia. Apresentam os melhores resultados no combate às perdas, chegando à redução de 5,6 pontos percentuais em Magé.

Na Coelce, as principais iniciativas envolveram:

- Projetos de geração de renda em comunidades carentes, a exemplo dos Projetos Integrais de Ampla. A distribuidora também oferece aos clientes de baixa renda condições especiais e diferenciadas de parcelamento de débitos anteriores, sem a cobrança de juros e multas.
- Utilização de novas tecnologias para a melhoria do processo de inspeção de unidades consumidoras;
- Telemedicação em mais de 4.600 clientes ligados às redes de média e alta-tensão;
- Investimentos de aproximadamente R\$ 9,5 milhões em projetos de redes antifurto (rede DAT), na qual se encontram conectados mais de 28 mil clientes.
- Aquisição do programa Pertec (Perdas Técnicas), que possibilita a identificação mais detalhada dos segmentos do sistema de distribuição responsáveis pelas maiores parcelas das perdas técnicas, permitindo o desenvolvimento de ações mais específicas.

Geração, transmissão e comercialização

As atividades de geração da Endesa Brasil reúnem potência total instalada de 3.204,6 MW, em três empresas, que geraram 13.582 GW no ano:

Endesa Cachoeira – Mantém a usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada, no Rio Paranaíba, no Estado de Goiás. Possui dez unidades de geração, com capacidade instalada de 658,0 MW, e comercializa energia com empresas públicas e privadas, sendo seu maior cliente Celg D, distribuidora do Estado de Goiás.

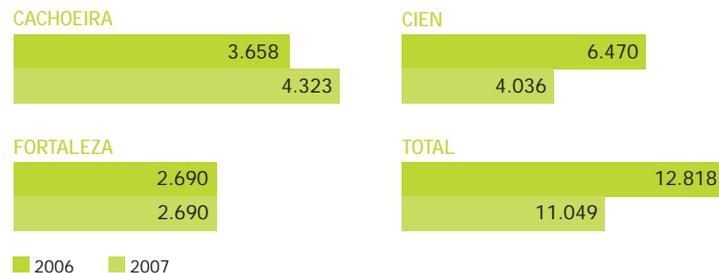
Endesa Cien – Comercializadora e transmissora, administra a linha de interconexão entre Argentina e Brasil, com potência de 2.200,0 MW e 1.000 quilômetros de extensão. Em 2007 reposicionou a atuação, com foco na transferência de energia entre os dois países.

Endesa Fortaleza – Possui a usina termelétrica de Fortaleza, em Caucaia, no Estado do Ceará, com 346,6 MW de capacidade instalada. Atende um único cliente, a Coelce, empresa também controlada pela Endesa Brasil.

INFRA-ESTRUTURA	POTÊNCIA (MW)	ENERGIA ASSEGURADA (MW)
Endesa Cachoeira	658,0	415,0
Endesa Cien	2.200,0	-
Endesa Fortaleza	346,6	318,5
Total	3.204,6	733,5

No ano, as três empresas comercializaram 11.049 GW (12.818 em 2006). Destacou-se o desempenho de Endesa Cachoeira, com alta de 18,2%, batendo recorde histórico de comercialização de energia. As operações da Endesa Fortaleza mantiveram-se estáveis, enquanto a Endesa Cien registrou recuo de 37,6% no volume vendido, reflexo do redirecionamento estratégico para a atividade de transmissão.

VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA (GW/ANO)



GRI

criação e distribuição de riqueza

EC1

As empresas controladas pela Endesa Brasil distribuíram, em 2007, um valor adicionado de R\$ 4,2 bilhões em 2007. Ele reflete a agregação de riqueza proporcionada pela atividade empresarial e representa a diferença entre a receita bruta do ano e os gastos com aquisição de materiais e serviços de terceiros e deduções de depreciação e amortização. A maior parcela (61%) foi transferida aos governos federal, estaduais e municipais, na forma de impostos, taxas e contribuições. A distribuição por públicos relacionados foi a seguinte, em 2007:

VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (R\$ MIL)

	AMPLA	COELCE	CACHOEIRA	CIEN	FORTALEZA
Total	1.996.010	1.283.814	318.916*	185.400	434.056*
Colaboradores (salários, encargos, benefícios)	104.347	81.162	8.116	10.907	7.835
Governo (impostos, taxas e contribuições)	1.401.208	779.155	73.814	-33.641	231.614
Financiadores (despesas financeiras e aluguéis)	337.124	108.761	11.552	191.574	81.710
Acionistas (dividendos e juros sobre o capital próprio)	44.083	244.751	225.434	0	112.897
Lucro retido	109.248	69.985	221.378	16.560	112.897

*Dados do lucro retido em Cachoeira e Fortaleza não foram computados no total, pois já estão considerados nos valores distribuídos aos Acionistas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ambiente macroeconômico

O bom desempenho da atividade econômica no Brasil em 2007 permitiu crescimento de 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB), em um cenário marcado por taxas de juros reais mais baixas, maior nível de emprego e renda e acelerado crescimento da oferta de crédito, que evoluiu 29,3% no ano, de acordo com indicadores do Banco Central. O forte aumento de investimentos estrangeiros e o saldo positivo de US\$ 38,4 bilhões na balança comercial levaram a uma valorização de 17% do real em comparação ao dólar.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o consumo das famílias teve alta de 6,5%, em 2007, conseqüência do aumento da massa salarial, de 3,6%. O dinamismo do consumo foi beneficiado por taxas de juros reduzidas, estabilidade de preços e prazos dilatados para pagamentos, o que estimula compras de produtos de maior valor e aumenta tanto a produção interna quanto as importações.

A resistência da economia nacional à volatilidade dos mercados internacionais, demonstrada após as ameaças da crise de hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos, reforça a expectativa de que 2008 será um ano de manutenção do crescimento econômico.

Consumo de energia

O consumo brasileiro de energia elétrica cresceu 4,8% em 2007, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O percentual ficou abaixo da variação do PIB, mas superior aos 3,5% registrados no ano anterior. Esse comportamento, na avaliação do ONS, pode indicar aumento da autoprodução de energia por grandes consumidores e maior participação de segmentos não intensivos em energia na economia brasileira, a exemplo do setor de serviços.

A carga de energia atingiu 49.734 MW médios em 2007, em comparação a 47.473 MW médios em 2006, um indicador que inclui consumo e perdas de eletricidade no sistema. A maior alta de consumo (5%) ocorreu nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, que representam 62% da carga de energia do País. Na Região Nordeste, o crescimento foi de 4,8%; no Sul, de 4%, e no Norte, de 3,7%. Os riscos de desabastecimento de energia, especialmente para o período 2009-2011, voltaram a ser debatidos pelo setor elétrico brasileiro em 2007. Essa preocupação decorre especialmente de atrasos em licenciamento e obras de centrais hidrelétricas e de problemas de fornecimento de gás natural da Bolívia, que abastece centrais termelétricas.

Ambiente regulatório

O ano de 2007 foi marcado por importantes definições regulatórias no setor energético brasileiro, com destaque para o início da Audiência Pública 052/2007 que tem como objetivo obter subsídios e informações adicionais para aprimorar a Resolução Normativa Aneel nº 234/2006. Essa Resolução estabelece conceitos, metodologia e procedimentos para o segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica das distribuidoras de energia elétrica e está relacionada, entre outros temas, à Empresa de Referência, Fator X, Perdas Técnicas, Perdas Não-Técnicas, Receitas

Irrecuperáveis e Base de Remuneração. A Endesa Brasil tem participado ativamente com sugestões para aprimorar essas metodologias.

A revisão tarifária, que ocorre a cada quatro anos no caso de Coelce e a cada cinco anos em Ampla, tem a finalidade de reavaliar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar ao consumidor ganhos de produtividade das concessionárias. Dessa forma, os índices de reposicionamento tarifário divulgados até o momento são provisórios para todas as distribuidoras. A primeira revisão tarifária da Coelce ocorreu em 22 de abril de 2003, e a segunda, em 22 de abril de 2007. A segunda revisão da Ampla ocorrerá em março de 2008.

Reajuste da Coelce – A Aneel fixou reajuste de tarifas negativo de 6,35% para a Coelce em abril de 2007. O reajuste médio percebido pelos clientes foi de menos 9,33%, em decorrência de ajustes de 3,5% nos custos da parcela A (custos não-gerenciáveis) referentes a anos anteriores. O reajuste teve aplicação diferenciada por categoria de consumo, com o objetivo de eliminar gradualmente os subsídios cruzados existentes entre eles. Dessa forma, os consumidores de baixa-tensão tiveram redução de 9,42% em suas contas de energia, enquanto os consumidores de alta-tensão perceberam retração de 8,81%.

Reajuste da Ampla – Para a Ampla, em março de 2007, o reajuste foi de 1,9%. Considerando a diminuição dos custos com a compra e o transporte de energia, a redução de encargos setoriais, e, ainda, a inflação no período, as tarifas foram reduzidas em média 4%, sendo que o consumidor residencial percebeu em média um reajuste de -5%. A Parcela B da tarifa, que é composta pelos custos gerenciáveis pela distribuidora, como, por exemplo, a remuneração dos ativos, teve aumento médio de 9,6%.

Medição Eletrônica – Por meio da Resolução Normativa nº 292, de 04/12/2007, a Aneel regulamentou definitivamente, para todo o País, a medição eletrônica externa. De acordo com a Portaria Inmetro 371, de 28 de setembro de 2007, tornam-se necessárias a instalação de terminais de consulta individuais e a aprovação dos modelos de medidores de acordo com os critérios determinados pelo Inmetro, permanecendo suspensas as instalações de novos medidores. As unidades consumidoras cujos medidores já foram instalados estão recebendo os mostradores individuais e sendo faturadas de acordo com o prazo de adequação estabelecido na Portaria Inmetro 378, de 16 de outubro de 2007, o qual terminará em abril de 2008.

Leilões de Energia – Ao longo de 2007, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizou oito leilões de energia. A Ampla adquiriu um total de 143,629 MW médios, sendo 6,299 MW médios para o início do suprimento a partir de 2010 e o restante a partir de 2012.

Resultados

A receita operacional bruta evoluiu 12% em 2007 comparativamente ao ano anterior, para R\$ 7.012 milhões, e a receita líquida totalizou R\$ 4.964 milhões, 20,9% acima de 2006. O maior impulso foi registrado nas atividades de geração, com crescimento de 81,0% nas receitas de suprimento de energia. Nas atividades de distribuição, o fornecimento de energia a consumidores, concessionários e permissionários manteve-se praticamente estável, com variação de 1%, mas registrou forte evolução (73,3%) no segmento baixa renda. Adicionalmente, houve retração de 8,8% no reposicionamento tarifário, reflexo da redução média de 6,35% aplicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nas tarifas da Coelce. Para a Ampla, o reajuste concedido no ano foi de 1,9%.

A geração de caixa, expressa pelo EBITDA (lucro antes de impostos, juros, depreciações e amortizações), foi de R\$ 1.730 milhões, 21,2% acima de 2006, com margem de 34,76%. O lucro líquido, de R\$ 471 milhões, registrou evolução de 25,2%, representando margem líquida de 9,2% (9,5% em 2006) e retorno sobre o patrimônio líquido de 12,2% (9,3% no ano anterior).

A variação de -4,8% observada no patrimônio líquido foi causada pela transferência da reserva de lucros a realizar para o passivo circulante e posterior pagamento de dividendos durante o ano.

Endividamento

No encerramento de 2007, a dívida bruta de Endesa Brasil totalizava R\$ 3.214 milhões, ante R\$ 2.560 milhões em 2006. A dívida líquida somava R\$ 2.164 milhões (R\$ 1.776 milhões no ano anterior), representando relação de 1,3x o EBITDA. Da dívida bruta, R\$ 2.000,5 milhões (62% do total) têm vencimento em longo prazo.

Em 2007, a controlada Ampla fez duas captações para pagamento do principal e de juros de parte da dívida de debêntures e recursos para cobrir a perda de uma liminar judicial que concedia à distribuidora o direito de compensação integral de prejuízos fiscais para efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social. A primeira captação de debêntures, de R\$ 240 milhões, foi realizada no primeiro trimestre, e a segunda, de R\$ 290 milhões, em dezembro. Essa captação foi estrategicamente antecipada para aproveitar as boas condições de crédito existentes naquele momento.

RECEITA OPERACIONAL (R\$ MILHÕES)

07	7.012
06	6.362

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MILHÕES)

07	4.964
06	4.106

EBITDA (R\$ MILHÕES)

07	1.730
06	1.427

LUCRO LÍQUIDO (R\$ MILHÕES)

07	471
06	376

ATIVO TOTAL (R\$ MILHÕES)

07	12.381
06	12.153

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ MILHÕES)

07	3.853
06	4.048

Remuneração dos acionistas

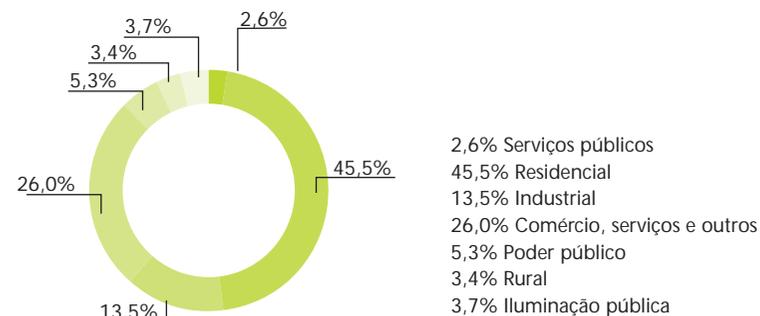
O Estatuto Social da Endesa Brasil estabelece o pagamento anual de dividendo mínimo obrigatório de 25%, de acordo com a determinação da Lei das Sociedades por Ações. Durante o ano de 2007, a companhia pagou e antecipou dividendos a seus acionistas, decorrentes dos lucros retidos em 2006 e resultados preliminares auferidos no ano de 2007, no montante total de R\$ 403.000 mil (sendo R\$ 217.922 mil referente a lucros retidos anteriormente e R\$ 185.078 mil relativos ao lucros preliminares auferidos durante o período de 2007). Desse montante, R\$ 401.563 mil foram pagos até 31 de dezembro de 2007. De acordo com a política da empresa, de distribuição total do lucro ajustado como dividendo, foi provisionado o montante de R\$ 262.041 mil referentes a lucros remanescentes de 2007.

Reserva Legal – Foi constituída, em 2007, reserva legal de R\$ 23.534 mil (R\$ 18.803 mil em 2006), equivalente ao percentual de 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com os termos da legislação societária em vigor, limitado a 20% de seu capital social.

Investimentos

Os investimentos de 2007 totalizaram R\$ 844,5 milhões, sendo R\$ 823,1 milhões nas atividades de distribuição e R\$ 21,4 milhões nos negócios de geração, transmissão e comercialização. O volume manteve-se estável em relação ao anterior (R\$ 834,9 milhões).

COMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA (POR CLASSE E ESTRUTURA DE CONSUMO)



CRONOGRAMA DE AMORIZAÇÃO DÍVIDA DE LONGO PRAZO

após 12	280,0
12	464,5
11	437,0
10	478,3
09	340,7

INVESTIMENTOS EM DISTRIBUIÇÃO (R\$ MILHÕES)

	AMPLA	COELCE	TOTAL
Redução de perdas	143,1	56,3	199,4
Reforma e manutenção da rede	9,4	10,9	20,3
Ampliação da rede	29,2	16,1	45,3
Novas ligações	61,9	38,8	100,7
Luz para Todos	20,2	149,1	169,3
Universalização	54,7	38,9	93,6
P&D	3,0	1,6	4,6
Eficiência energética	11,5	9,5	21
Outros	94,0	74,9	168,9
Total	427,0	396,1	823,1

INVESTIMENTOS EM GERAÇÃO (R\$ MILHÕES)

	CACHOEIRA	CIEN FORTALEZA	TOTAL
Melhorias de instalações e equipamentos	12,2	1,0	8,2
			21,4

Distribuição – O maior volume de investimentos concentrou-se em projetos para redução de perdas, especialmente na Ampla, que destinou R\$ 109,3 milhões a esse objetivo, sendo R\$ 43,8 milhões à instalação de medidores eletrônicos em clientes já conectados à rede da distribuidora. Os recursos aplicados em normalizações totalizaram R\$ 64,7 milhões. Na área da Coelce, o maior investimento (R\$ 149,1 milhões, ou 37,6% do total) foi representado pelo Programa Luz para Todos, que atende consumidores com baixo poder aquisitivo e é parcialmente subsidiado pelos governos federal e estadual e consumidores de outras categorias.

Geração – Os investimentos em melhorias de instalações e equipamentos somaram R\$ 21,4 milhões, 20,1% menos que no ano anterior. O maior projeto foi realizado na Endesa Cachoeira, com a reforma da unidade de geração 3 (UG3), que ganhou pás e rotor novos em aço inoxidável e passou a ter seu sistema de controle todo digitalizado. Na Endesa Fortaleza, os destaques foram a construção da Pré-Estação de Tratamento de Água, que entrará em funcionamento em 2008, e de um almoxarifado para a estocagem de produtos sensíveis à umidade e ao calor. Na Endesa Cien, os recursos foram destinados à manutenção das estações Garabi I e Garabi II.

GESTÃO DE RISCOS

A Endesa Brasil tem como base uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que identifica os principais fatores que podem representar impacto sobre os resultados. Ela estabelece procedimentos para identificar, analisar, parametrizar e tratar esses riscos, assim como o uso de ferramentas e modelos estatísticos para apoio ao processo e à tomada de decisões.

Os padrões do Comittee of Sponsoring Organizations (COSO), ou Comitê das Organizações Patrocinadoras, são adotados mundialmente para os controles internos de todas as controladas da Endesa. Eles se apoiam em cinco elementos: ambiente de controle, avaliação e gerenciamento dos riscos, atividade de controle, informação e comunicação e monitoramento. Além de atender às diretrizes da Lei Sarbanes-Oxley, aperfeiçoa os sistemas de controle, que foram informatizados em 2007. Os controles dos processos financeiros envolvidos nas demonstrações financeiras são monitorados e

INVESTIMENTOS (R\$ MILHÕES)

GERAÇÃO



COELCE



AMPLA



TOTAL



■ 2006 ■ 2007

GRI

1.2

GRI 4.11 certificados de acordo com as determinações do Projeto Normas y Procedimientos (NyP), adotado globalmente pela Endesa. O processo é ainda orientado pelo Princípio da Precaução, segundo o qual a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a ameaça de danos sérios ou irreversíveis de degradação ambiental ou danos à saúde humana. Esse princípio foi consagrado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Eco92), e é considerado padrão de desenvolvimento sustentável.

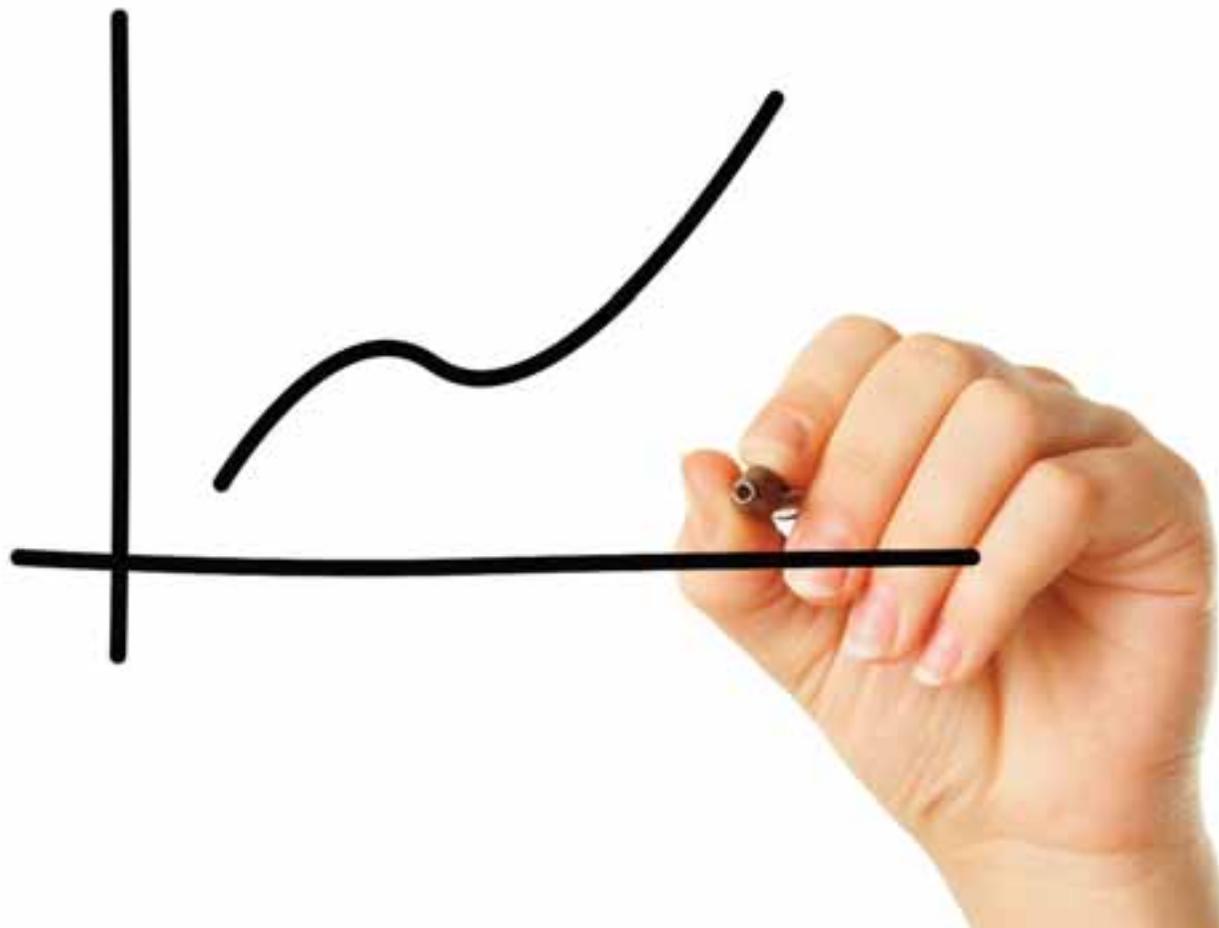
No ano, as empresas de geração também lançaram manuais como a abordagem de diferentes situações de crise, abrangendo temas técnicos, operacionais, ambientais, jurídicos e de comunicação, com a definição de medidas que devem ser adotadas em cada situação. Todos os colaboradores afetados receberam essas publicações.

Operacional – A práticas de gerenciamento desse risco buscam mitigar perdas inesperadas provocadas tanto por falhas de infra-estrutura como de controles, decorrentes de erros ou fraudes. Equipes especializadas realizam manutenção preventiva em todas as empresas da Endesa Brasil, com o objetivo de evitar quebras inesperadas de equipamentos ou falhas de operação. São ainda mantidos controles de estoques de equipamentos, constantes investimentos em modernização e automação de sistemas. Os controles internos são supervisionados pela Unidade de Controles Internos, detalhada no capítulo Governança, na página 23.



Energético – Também parte de um planejamento global, o risco energético é minimizado com o apoio de uma equipe especializada, responsável por traçar cenários de oferta e demanda de energia. Modelos econométricos apóiam a definição de volumes ótimos de contratação, incorporando variáveis macroeconômicas e setoriais que afetam o mercado de energia. Esse modelo permite gerenciar potenciais impactos sobre a área de distribuição, para assegurar a energia suficiente para o suprimento futuro dos clientes a um custo compatível e sem impactos nos resultados financeiros.

Mercado – O comportamento da economia e a evolução da renda do consumidor interferem diretamente no consumo de energia. Na distribuição, esse risco é atenuado pela atuação em duas regiões distintas do País (Sudeste e Nordeste), com características econômicas diferentes. Enquanto no Estado do Rio de Janeiro o consumo se concentra em clientes residenciais, no Estado do Ceará há participação relevante de consumidores industriais e dos setores de comércio e serviços. Adicionalmente, o marco regulatório do setor energético dispõe de mecanismos compensatórios, que preservam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Na geração, esse risco é mitigado por estratégias específicas de cada empresa, de acordo com características individuais dos negócios. A Endesa Cachoeira busca a pulverização de clientes; a Cien redirecionou a atuação em 2007 para a atividade de transmissão, reduzindo o impacto representado pela interrupção no fornecimento de energia pela Argentina.



Regulação – As atividades de distribuição são uma concessão pública do governo federal e estão sujeitas a cumprimentos legais especificados nos contratos de concessão e na estrutura regulatória do setor energético brasileiro. A Aneel é responsável por regular e fiscalizar essas atividades no País. Na área de geração hídrica, há um contrato de concessão para a Endesa Cachoeira, enquanto a atividade desenvolvida pela Endesa Fortaleza é qualificada como Produtor Independente de Energia (PIE), cuja autorização e obrigações estão definidas na Resolução Aneel nº 433/01. A Endesa Cien detém uma autorização para importar e comercializar energia, sendo sujeita à fiscalização da Aneel, e está negociando autorização para atuar como agente de transmissão. A Endesa Brasil mantém uma Gerência de Regulação e Mercado responsável por acompanhar aspectos que podem interferir no desempenho do negócio e assegurar os requerimentos dos contratos das empresas controladas.

Hídrico – Uma das unidades de geração, a Endesa Cachoeira, vale-se do mecanismo de realocação de energia como forma de blindar sua operação de eventual risco representado pela falta de chuvas. A receita da venda não é vinculada à energia efetivamente gerada, mas sim à energia assegurada, em volume determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. Esse risco, no entanto, é mitigado pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que determina o abastecimento entre as usinas hidráulicas.

Financeiros – Volatilidades de taxas de juros e câmbio podem ter impacto sobre despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e sobre a rentabilidade das aplicações de disponibilidades de caixa. Esses riscos são geridos com o uso de instrumentos financeiros de proteção, por meio de operações de *swap* e derivativos, buscando a melhor relação de custo de capital de longo prazo e preservar níveis adequados de liquidez e segurança. No encerramento de 2007, 12,7% do endividamento da *holding* era denominado em moeda estrangeira. Adicionalmente, a Política de Gestão de Riscos Corporativos estabelece limites de exposição e critérios para aplicações financeiras, restritas a bancos de primeira linha.

Crédito – Esse risco surge da possibilidade das controladas da Endesa Brasil virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. As empresas têm o direito contratual de interromper o fornecimento ou transporte de energia elétrica, conforme o caso, em situações em que o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas ou contratos pactuados entre as partes envolvidas.

Ambientais – Todas as empresas controladas desempenham suas atividades com base em Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), certificados pela normal ISO 14001, e no princípio da precaução, para evitar riscos ao meio ambiente e à saúde da população. Na área de geração, foi criado em 2007 um comitê único para as três empresas, além de um grupo de trabalho para atender a todas as decisões que se referem ao meio ambiente.

Pessoas



Compromisso com a saúde, a segurança, a qualidade de vida e o desenvolvimento pessoal e profissional de nossos colaboradores

A inclusão das duas empresas de distribuição, Ampla e Coelce, no ranking das 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, elaborado pelo *Guia Exame-Você S/A.*, é um indicador da visão da Endesa Brasil sobre a importância dos colaboradores na construção de resultados sustentáveis. Para isso, procura criar um ambiente de trabalho que combine o desafio da superação de desempenho com um elevado nível de satisfação pessoal e profissional.

As práticas de gestão de pessoas não são unificadas nas cinco empresas. As políticas da área de geração passaram a ser comuns em 2006 e planeja-se, com a consolidação da *holding*, adotar padrões comuns para as atividades de geração e distribuição, respeitando características locais de cada operação.

EMPREGO

A Endesa Brasil encerrou o ano de 2007 com 17.620 colaboradores, 4,5% acima do ano anterior. Pelas características das operações, especialmente na distribuição, a maior parte desse contingente é de contratados de terceiros, que executam principalmente funções externas, como manutenção de redes, leitura de consumo e entrega de fatura de cobrança e atendimento nas centrais de relacionamento.

COLABORADORES POR REGIÃO

	SUDESTE	NORDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
Próprios	1.480	1.324	26	52
Terceiros, estagiários, menores-aprendizes	7.432	7.113	86	89
Total	8.912	8.455	112	141

No ano, a movimentação de pessoal significou o desligamento de 257 empregados próprios e a contratação de 233, com taxa de rotatividade geral de 8,8%. Nas atividades de geração e transmissão, as taxas de rotatividade são parcialmente explicadas pela transferência de colaboradores que estavam alocados na Endesa Cien para as empresas Endesa Cachoeira e Endesa Fortaleza.

ROTATIVIDADE

	AMPLA	COELCE	CACHOEIRA	CIEN	FORTALEZA	HOLDING	TOTAL
Número de admitidos	124	62	3	14	10	20	233
Número de demitidos	132	78	2	33	10	2	257
Rotatividade							
Total	9,2%	6,0%	3,27%	31,67%	16,67%	8,7%	8,8%

Recrutamento e Seleção – A companhia privilegia os talentos internos nos processos de recrutamento e seleção. As vagas são divulgadas na Intranet e análise dos candidatos baseada no perfil do cargo e das competências técnicas e comportamentais necessárias. Em 2007, das 124 vagas abertas na Ampla, 60% foram preenchidas por meio de recrutamento interno. Na Coelce, 65 empregados concorreram a 12 vagas abertas para o processo de seleção interna, das quais nove foram preenchidas por colaboradores. O processo de contratação externa é rigoroso e envolve várias entrevistas com gestores, para a seleção de candidatos identificados com a cultura e os valores das empresas.

GRI

LA1

GRI

LA2

GRI EC7 Não existe uma política formal de contratação local de colaboradores, mas essa é a prática predominante na seleção para cargos administrativos e operacionais. Para gestores, o critério de maior relevância é a experiência anterior em empresas Endesa. Na Endesa Brasil, três dos sete diretores-executivos são estrangeiros.

GRI Relação com parceiros

HR5 Os profissionais terceirizados representam 81,3% do total de colaboradores da Endesa Brasil e totalizavam 14.309 pessoas em HR6 2007 (13.587 no ano anterior). Periodicamente, são realizadas HR7 inspeções nas empresas parceiras, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, a qualidade dos serviços e a segurança no ambiente de trabalho. Os contratos estabelecem claramente o repúdio ao trabalho forçado e ao uso de mão-de-obra infantil.

A companhia estimula o desenvolvimento profissional e educacional desses colaboradores, de forma a assegurar o crescimento dos parceiros e a qualidade dos serviços prestados aos clientes. Promove cursos de capacitação e ações de saúde e segurança, integra os colaboradores em projetos que estimulam o comportamento ético e a disseminação dos valores da Endesa e em eventos de comemoração.

Remuneração e benefícios

A política de remuneração e benefícios segue valores de mercado, apurados a partir de pesquisas de média salarial nas regiões de atuação. A remuneração é composta de parcela fixa e variável, valorizando competências como forma de incentivar o desenvolvimento pessoal e profissional. Em todas as empresas, o salário mais baixo supera o salário mínimo estabelecido pela

COLABORADORES POR TIPO DE EMPREGO

PRÓPRIOS

2.933
2.900

TERCEIROS

13.587
14.309

MENORES-APRENDIZES

8	76
---	----

ESTAGIÁRIOS

341	335
-----	-----

TOTAL

16.869	17.620
--------	--------

■ 2006 ■ 2007

PLANOS DE PREVIDÊNCIA – BENEFÍCIO DEFINIDO

	AMPLA	COELCE *	CACHOEIRA	CIEN	FORTALEZA	HOLDING
Contribuição da empresa (R\$ mil)	4.242,2	8.862,0	153,5	153,4	58,9	115,0
Participantes ativos	1.389	1.329	53	56	59	17
Contribuição dos participantes (% salário)	A partir de 2%	6,90%	6%	4%	4%	A partir de 2%
Contribuição da empresa (% folha)	De 2% a 5%	13,36%	6%	4%	4%	De 2% a 5%

* A Coelce também mantém um plano de contribuição definida, com 5,65% do salário do participante e da patrocinadora.

SALÁRIO MAIS BAIXO X SALÁRIO MÍNIMO

	AMPLA	COELCE	CACHOEIRA	CIEN	FORTALEZA	HOLDING
	2,46	1,69	4,52	3,5	4,17	2,26

GRI

EC3

GRI

EC5

GRI EC5 legislação, em proporções que variam de 1,69 vez (Coelce) a 4,52 vezes (Endesa Cachoeira) o valor do mínimo estabelecido em 2007, de R\$ 380,00. A variação reflete condições regionais de oferta e demanda de mão-de-obra e características das operações.

Foram destinados, em 2007, R\$ 141,4 milhões à remuneração de 2.900 colaboradores próprios, além de R\$ 54,3 milhões em encargos sociais obrigatórios e R\$ 64,3 milhões em benefícios como assistência médica, transporte, alimentação e previdência privada.

O Programa de Participação nos Resultados (PPR) abrange todos os empregados que atingirem, pelo menos, 80% das suas metas. Também são reconhecidos os colaboradores que apresentem atitudes de empreendedorismo.

GRI LA3 Os benefícios são os normalmente mantidos no mercado: planos de assistência médica e odontológica extensivos aos familiares, vale-alimentação, creche ou creche-escola e vale-transporte, entre outros. Os benefícios não são oferecidos a empregados temporários ou que atuem em regime de meio período.

Todas as empresas mantêm planos de previdência, que significaram contribuição das patrocinadoras de R\$ 13,0 milhões em 2007. O número de participantes ativos era de 2.886 pessoas, equivalente a 99% do quadro de pessoal.

GRI LA11 **Aposentadoria** – Além dos planos de previdência privada, as distribuidoras mantêm programas de preparação para aposentadoria. Promovem seminários que tratam de temas como planejamento financeiro, relacionamento interpessoal e atividades pós-carreira,

assim como palestras de consultores sobre aspectos comportamentais dessa nova fase de vida. A Coelce, em parceria com a Universidade sem Fronteiras (Unisf), ainda oferece cursos direcionados a partir do perfil do aposentado (inglês, informática, empreendedorismo) e, por último, cursos livres, a fim de estimular a atividade cerebral e o convívio social entre os participantes. Na Ampla um plano de incentivo à aposentadoria tem adesão média anual de 27% dos elegíveis.

Diversidade

Dos 2.900 empregados, 76,6% são homens, 76,8% são brancos e 57,8% têm entre 30 e 50 anos de idade. As empresas têm avançado na diversidade de seu quadro de pessoal, especialmente com a ampliação do número de mulheres. Em 2007, foi contratada a primeira diretora mulher da Coelce e foi registrado aumento de 4% no número de mulheres que atuam na produção, em funções normalmente desempenhadas por eletricitas homens. Na Endesa Cien, a participação feminina foi ampliada em 56,5% no período, elevando-se de 23 para 36 mulheres, que passaram a representar 60% dos empregados.

Do total de 1.297 empregados da Coelce, 50 possuem necessidades especiais, percentual de 7,2%. Nessa base de cálculo estão excluídos os empregados que atuam em atividades de alta periculosidade (eletrotécnicos, eletricitas e operadores de subestação). Na Ampla, eram mantidos dez colaboradores portadores de deficiência.

Capacitação e desenvolvimento

As atividades de educação, treinamento e desenvolvimento visam qualificar, formar e aperfeiçoar os profissionais e receberam investimento de R\$ 5,7 milhões em 2007. O processo valoriza o talento dos profissionais e cria oportunidades para que novos conhecimentos, habilidades e atitudes sejam adquiridos e aplicados no dia-a-dia e ampliem a empregabilidade.

GRI LA11 O Espaço de Desenvolvimento de Pessoas, mantido na sede da *holding* e da Ampla, em Niterói, tem o objetivo de orientar os profissionais e coloca à disposição salas, recursos tecnológicos (TV, DVD, computador etc.) e uma biblioteca, que são instrumentos para aprimorar competências. As ações desenvolvidas no espaço podem ser individualizadas ou em grupo, internas ou apoiadas por instituições acadêmicas e consultorias de treinamento, agrupando temas diretamente relacionados à estratégia, aos planos e aos principais processos da companhia.

Em todas as empresas há programas específicos de desenvolvimento de lideranças. Um exemplo é o Programa de Coaching direcionado a executivos, entre diretores e gerentes, para orientação individual dos planos de desenvolvimento. Em outra frente, são concedidos subsídios a bolsas de estudos (ensino técnico, curso superior, pós-graduação e línguas).

GRI LA12 **Avaliação** – Ampla e Coelce mantêm sistemas estruturados de avaliação de competências. Na Ampla, regularmente 100% dos empregados recebem análises de desempenho (feedbacks) e de desenvolvimento de carreira por meio do Mapa de Carreira – que identifica pontos fortes e oportunidades de melhoria nas

DIVERSIDADE

	AMPLA	COELCE	CACHOEIRA	CIEN	FORTALEZA	HOLDING	GRI LA13
GÊNERO							
Homens	75,5%	78,6%	86,0%	40,0%	92,0%	61%	
Mulheres	24,5%	21,4%	14,0%	60,0%	8,0%	39%	
COR							
Branca	78,8%	71,7%	94,0%	92,0%	95,0%	100%	
Negra	21,0%	28,3%	6,0%	8,0%	5,0%	-	
Amarela	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	
Indígena	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	
FAIXA ETÁRIA							
Até 30 anos	35%	10%	13%	33%	33%	18%	
De 30 a 50 anos	58%	75%	62%	51%	64%	70%	
Mais de 50 anos	7%	15%	25%	16%	3%	12%	

EMPREGADOS POR GÊNERO

	AMPLA	COELCE	CACHOEIRA	CIEN	FORTALEZA	HOLDING	TOTAL	GRI LA13
TOTAL DE EMPREGADOS								
Homens	1.045	1.020	56	37	50	20	2.228	
Mulheres	340	277	9	23	10	13	672	
DIRETORES								
Homens	6	6	4	6	5	7	34	
Mulheres	2	1	-	-	-	-	3	

PROPORÇÃO SALARIAL

Mulheres em relação aos homens	AMPLA	COELCE	CACHOEIRA	CIEN	FORTALEZA	HOLDING	GRI LA14
Administrativo	0,93	1,14	0,99	0,88	0,98	6,37	
Nível técnico	1,01	-	-	1,76	-	-	
Gerentes e supervisores	1,07	1,06	1,66	1,19	0,89	0,63	
Produção	-	0,79	-	-	-	-	
Profissionais (ex.: engenheiro, advogado)	0,96	-	-	1,01	-	0,86	
Diretoria	-	-	-	-	-	-	

competências técnicas e comportamentais, requeridas para cada função/área – e de outras ferramentas utilizadas pelas várias diretorias. Na Coelce, pelo segundo ano, os colaboradores participaram da Avaliação Invertida, processo confidencial de avaliar os gestores, que também realizam uma auto-avaliação, em um trabalho de elaboração do Plano de Desenvolvimento de cada gestor. Em 2007, 1.202 empregados avaliaram 110 gestores. Já a Avaliação 360° foi aplicada a 23 gestores, entre gerentes e diretores, que foram avaliados por seus pares, seu superior e seus liderados.

Saúde e segurança

A saúde e a segurança dos colaboradores são condições básicas para a excelência no desempenho operacional. As empresas mantêm um sistema de gestão integrada de Segurança, Saúde e Meio Ambiente que organiza as ações para preservar a saúde e a segurança dos colaboradores, controlar os riscos de acidentes e de doenças ocupacionais, além de gerenciar os impactos de suas atividades sobre o meio ambiente.

As empresas de geração e transmissão obtiveram em 2007 a certificação pela OHSAS 18001 (*Occupational Health and Safety Assessment Series*), que avalia a saúde e a segurança ocupacional. Na Coelce, essa certificação obtida em 2006 teve seu escopo ampliado para mais unidades operacionais. A Ampla obteve a certificação em janeiro de 2008.

GRI
LA6 Na prevenção de riscos, atuam comitês de segurança e Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas), que têm 50% de seus integrantes eleitos pelos empregados e 50% indicados pelas empresas.

Em 2007, o número de acidentes de trabalho recuou 14,7% em relação ao ano anterior, considerando registros com empregados próprios e terceiros. Passou de 327 para 279 ocorrências, sendo 92,5% registradas com parceiros. Os acidentes com afastamento diminuíram 7,1% e os sem afastamento, 26,2%. Os dias debitados decresceram de 25.459 em 2006 para 14.795, ou 41,9% menos.

Qualidade de vida

Programas especiais buscam promover a qualidade de vida dos seus empregados. Os programas Bem Viver, da Ampla, Saúde em Linha, da Coelce, e Equilibra, na Cien, Fortaleza e Cachoeira, visam incentivar o cuidado com a saúde, a prática esportiva e o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. Há também programas de ginástica laboral, de saúde do homem e da mulher e exames periódicos de saúde. Em todas as empresas, vários eventos estimulam a integração entre os colaboradores e parceiros, com a celebração de datas festivas, para a criação de um ambiente de trabalho marcado pela colaboração.

Pesquisa de Clima Laboral

A *holding* Endesa Brasil obteve bom desempenho na Pesquisa de Clima Laboral realizada em dezembro de 2007. Com a expressiva participação de 86% dos funcionários no País, a companhia conquistou média de 80% de favorabilidade. A pesquisa avaliou 11 quesitos, sendo que as categorias que obtiveram os melhores índices foram satisfação e motivação para o trabalho, segurança e saúde ocupacional e inovação. Além disso, o resultado apontou que 91% dos colaboradores estão comprometidos com a empresa.

GRI
LA8

GRI	Relações com sindicatos
LA4	Com exceção das diretorias e gerência, os demais empregados da
LA9	Endesa Brasil são contemplados por acordos de negociação coletiva.
HR5	Isso representa percentuais que variam de 73% na <i>holding</i> a 99% na Coelce. As empresas mantêm diálogo permanente com as entidades sindicais, sendo todos os empregados cobertos por acordos coletivos de trabalho. Esses acordos incluem cláusulas econômicas, revisadas anualmente, a exemplo de Programa de Participação nos Resultados, vale-refeição e/ou alimentação, auxílio-creche/babá, entre outros. No aspecto saúde, prevêem auxílio aos pais de filhos excepcionais, planos de assistência médica e odontológica e seguro de vida, e obrigatoriedade de fornecer itens necessários à segurança no ambiente de trabalho.
GRI	Os acordos não estipulam prazo prévio para notificações sobre
LA5	mudanças operacionais significativas, sendo tratadas conforme sua necessidade. No acordo da Ampla, há uma referência ao assunto, mencionando a convocação de reuniões tanto por parte dos sindicatos como pela empresa.

FORNECEDORES

Na contratação de fornecedores de bens e de serviços, as empresas da Endesa Brasil incluem cláusulas que prevêem o cumprimento dos dez princípios do Pacto Global, com reforço a aspectos de direitos humanos, práticas trabalhistas, preservação ambiental e anticorrupção. A política de relacionamento, seleção e avaliação estabelece princípios de igualdade e transparência, sendo os critérios de responsabilidade socioambiental descritos no Código de Ética, disponível nos sites das empresas na Internet.

Além de estarem de acordo com as políticas sociais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as diretrizes seguem os preceitos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) para empresas multinacionais no que se refere aos direitos humanos, às práticas de investimentos e aos processos de compra. O fato de integrar a Endesa favorece esse tipo de alinhamento.

Em 2007, a Coelce não registrou nenhuma ocorrência de trabalho forçado ou infantil na vistoria realizada em 54 empresas fornecedoras de serviço, escolhidas de forma aleatória. A Ampla inspecionou 100% dos fornecedores. Na área de geração, as empresas não são submetidas a avaliações sobre o cumprimento dessas condições.

Para promover o crescimento profissional das equipes e a melhoria contínua das empresas fornecedoras parceiras, são realizados periodicamente treinamentos, palestras, encontros e premiações, com foco em temas como qualidade dos serviços, padrões de conduta e adesão às práticas de responsabilidade socioambiental.

As empresas não têm uma política definida sobre a contratação de fornecedores locais, mas na prática optam por empresas do entorno de suas unidades quando os preços e as condições são equivalentes. Na Ampla, apesar de as fornecedoras serem de vários estados, a maioria abre filial no Rio de Janeiro, a fim de facilitar o contato e a prestação do serviço.

GRI
HR2
HR6
HR7

GRI
EC6

GRI		TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO						
		AMPLA	COELCE	CACHOEIRA	CIEN	FORTALEZA	HOLDING	TOTAL
LA10	Valor investido (R\$ mil)	2.612	2.544	203	224	147	ND	5.730

HORAS DE TREINAMENTO POR CATEGORIA FUNCIONAL

CATEGORIA FUNCIONAL	AMPLA	COELCE (*)	CACHOEIRA	CIEN	FORTALEZA	HOLDING
Administrativo	7	205,27	76	58	34	ND
Nível técnico	224	-	14	69	73	ND
Produção	4	220,28	18	-	25	ND
Profissionais (ex.: engenheiro, advogado)	58	-	19	45	38	ND
Gerentes e supervisores (*)	222	329,85	48	72	62	ND
Diretoria	180	-	5	10	20	ND

(*) Coelce agrupa gerentes, supervisores e diretores na categoria gestores.

ACIDENTES DE TRABALHO

GRI		AMPLA	COELCE	CACHOEIRA	CIEN ⁽¹⁾	FORTALEZA
ACIDENTES DE TRABALHO						
Acidentes com afastamento		115	58	6	1	3
LA7	Empregados	10	4	1	1	0
	Terceiros	105	54	5	-	3
Acidentes sem afastamento		86	-	4	0	6
	Empregados	4	15	0	0	1
	Terceiros	82	ND	4	0	5
	Dias perdidos	13.926	693	63	1	112
	Absenteísmo	4,40%	2,90%	0,28%	0,03%	0,00%
Óbitos relacionados ao trabalho		2	0	0	0	0
	Empregados	0	0	0	0	0
	Terceiros	2	0	0	-	0
Taxa de Frequência de Acidentes⁽²⁾						
	Empregados	3,44	1,64	92,7	27,63	0
	Terceiros	6,07	3,71	359,28	-	14,26
	Taxa global	5,69	3,41	451,98	-	10,35
Taxa de Gravidade de Acidentes⁽³⁾						
	Empregados	44	13	3.261	1	0
	Terceiros	797	45	1.101	-	532,37
	Taxa global	689	41	4.362	1	386,22

(1) A Endesa Cien iniciará em 2008 o acompanhamento de acidentes com parceiros terceirizados. (2) Número de dias de afastamento em cada 1 milhão de horas trabalhadas. (3) Número de acidentes para cada 1 milhão de horas trabalhadas.

GRI		PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA							
		EDUCAÇÃO/TREINAMENTO		ACONSELHAMENTO		PREVENÇÃO E CONTROLE DE RISCOS		TRATAMENTO	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
LA8	Empregados	x			x	x		x	
	Familiares de empregados		x		x		x		x
	Membros da comunidade	x			x	x			x

An aerial night view of a city, likely Tokyo, showing a dense grid of buildings and streets illuminated by city lights. The sky is a mix of dark blue and orange, with stylized, jagged white and blue cloud-like shapes at the top. A semi-transparent grey box is overlaid on the left side of the image.

Clientes

Compromisso com a satisfação dos clientes e com a qualidade dos serviços

Com 5,1 milhões de clientes, concentrados nas atividades de distribuição, o compromisso com a qualidade dos serviços e do atendimento é essencial para assegurar a satisfação e a fidelidade dos clientes às empresas. As distribuidoras têm seus processos de gestão certificados pela ISO 9001, abrangendo a maior parte das operações das empresas.

Em 2007, Ampla e Coelce registraram melhorias nos principais indicadores que medem a qualidade do sistema elétrico: Duração Equivalente de Interrupção por Cliente (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente (FEC). Para os clientes, isso significa menos ocorrência de falta de energia elétrica e, caso ocorra algum imprevisto o abastecimento é retomado com mais agilidade. O DEC recuou 17,7% na Coelce e 12,5% na Ampla, enquanto o FEC registrou retração de 13,6% na Coelce e 7,9% na Ampla.

O desempenho reflete, entre outros, investimentos em novas subestações, inspeção minuciosa nas redes e linhas de transmissão, redistribuição de cargas e substituição de transformadores.

GRI

Atendimento

PR1

A proximidade com o cliente e a capacidade de entender suas necessidades define a multiplicidade de canais de atendimento. São agências comerciais, postos de atendimento e arrecadação, central de relacionamento (*call center*) e *websites* das empresas. Nas lojas, os clientes têm a opção de marcar o horário de atendimento.

Acompanhando as novas tecnologias de atendimento, clientes e não-clientes podem solicitar informações e serviços pela Internet, com atendimento personalizado e diversas opções de comunicação. Os atendimentos por telefone ou Internet representaram 59% do total na Coelce e 80% na Ampla, significando agilidade para os clientes.

Na Coelce, o principal motivo de reclamações, em 2007, foi a interrupção de serviços (92,79%), enquanto na Ampla referia-se a prazos de execução (22,0%). No ano, a Ampla solucionou 100% das reclamações consideradas procedentes e a Coelce, 98%.

A Ampla iniciou a reforma de agências para criar um *layout* que favoreça a proximidade do cliente, que se senta ao lado da atendente e acompanha passo-a-passo, na tela do computador, as providências tomadas. Na Coelce, foi adotado em dezembro o Projeto Humanização do Atendimento ao Cliente, para que os profissionais da Central de Relacionamento solucionem de forma rápida e efetiva as demandas dos clientes, tratando-os como gostariam de ser tratados.

Foram criadas também estruturas preparadas para o atendimento de grandes clientes institucionais, com profissionais especializados para facilitar o relacionamento e oferecer soluções sob medida para necessidades específicas desses segmentos.

CANAIS DE ATENDIMENTO

	AMPLA	COELCE
Agências comerciais	52	198
Postos de arrecadação e atendimento	58	1.505
Central de Relacionamento - nº de atendentes	478	230
Unidades móveis	1	2

Ouvidoria – Ambas as empresas mantêm uma Ouvidoria Externa, que atua no pós-atendimento e na mediação de conflitos com os clientes, permitindo maior agilidade na resolução de suas demandas, além de minimizar ações em órgãos de defesa do consumidor ou Juizados Especiais Cíveis.

Conselho de Consumidores – Coelce e Ampla aproveitaram uma obrigação regulatória, de criação de Conselhos de Consumidores, para manter um grupo de representantes de todas as classes de consumidores e órgãos oficiais de proteção e defesa do consumidor que auxiliam as empresas a melhorar o atendimento e os serviços.

Pesquisas de satisfação

A obtenção de 79,2% no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) contribuiu para a Coelce ser eleita, pela Abradee, como a melhor distribuidora de energia elétrica do Nordeste e a sétima do Brasil. Realizada anualmente, a pesquisa avalia os seguintes critérios: qualidade de fornecimento de energia; informação e comunicação com o consumidor, atendimento ao cliente; conta de luz e imagem das distribuidoras de energia. A Ampla registrou evolução do indicador e tem como meta atingir índice de 76% em 2008. A meta de Coelce é retomar o índice de 2006, de 83,4%.

DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CLIENTE (DEC)

AMPLA

07	14,47
06	16,54
05	18,44

COELCE

07	9,4
06	11,42
05	12,45

FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CLIENTE (FEC)

AMPLA

07	10,64
06	11,55
05	12,9

COELCE

07	7,87
06	9,11
05	10,44

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DA QUALIDADE PERCEBIDA (ISQP)-ABRADEE

AMPLA

07	72,5%
06	63,8%
05	64,4%

COELCE

07	79,2%
06	83,4%
05	79,2%

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES

	AMPLA		COELCE		TOTAL	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Residencial	1.817.211	1.901.293	2.020.253	2.027.264	3.837.464	3.928.557
-Normal	1.015.798	1.130.205	533.662	651.596	1.549.460	1.781.801
-Baixa renda	801.403	771.088	1.486.591	1.385.387	2.287.994	2.156.475
Industrial	5.228	5.926	6.455	6.015	11.683	11.941
Comercial	140.017	142.144	141.469	146.680	281.486	288.824
Rural	45.802	50.549	218.162	267.709	263.964	318.258
Poderes públicos	10.831	11.635	25.945	27.084	36.776	38.719
Iluminação pública	744	997	2.164	3.977	2.908	4.974
Serviços públicos	920	957	1.508	1.547	2.428	2.504
Subtotal	2.020.753	2.113.501	2.415.956	2.489.995	4.436.709	4.603.496
Revenda	4	5	3	2	7	7
Consumo próprio	296	294	220	241	516	535
Consumidores ativos sem fornecimento	295.198	264.790	127.078	198.508	422.276	463.298
Total de consumidores ativos	2.316.251	2.378.590	2.543.257	2.688.746	4.859.508	5.067.336

Na Endesa Cachoeira e Endesa Cien, as pesquisas com clientes são realizadas desde 2006, com o objetivo de aperfeiçoar os serviços prestados. Abordam temas como canais de comunicação, processo de faturamento, fluxo da informação e a opinião sobre a companhia. Em 2007, o índice de satisfação geral apresentou resultado de 86% nas classificações muito bom e bom, um ponto percentual acima do resultado registrado no ano anterior. A maior avaliação positiva foi dada aos canais de comunicação, considerados muito bons e bons por 98% dos clientes (88% em 2006).

GRI **Responsabilidade pelo produto**

PR1 O cumprimento rigoroso de normas e padrões técnicos busca condições seguras no fornecimento de energia elétrica. As distribuidoras mantêm uma estruturada política de comunicação para informar aos consumidores sobre o uso seguro e racional de energia elétrica. Esse conteúdo é divulgado por meio da conta de energia, veículos de comunicação (rádio, jornal e televisão), folhetos explicativos disponíveis nas lojas de atendimento, cartazes fixados em comércios, escolas e condomínios, dentre outros.

Apesar de todas as campanhas de conscientização sobre os riscos da prática ilícita, ainda é registrado um grande número de furtos de cabos condutores de energia elétrica. Em conformidade com as decisões judiciais, as empresas indenizam os prejuízos decorridos de acidentes, tais como invalidez, morte, degradação de instalações, incêndios e danos ambientais. Também são indenizados danos em equipamentos causados por perturbações no sistema elétrico, seguindo Resolução da Aneel. Em 2007, essas indenizações totalizaram R\$ 2,7 milhões nas duas distribuidoras.

Embora os serviços de geração e distribuição não exijam procedimentos de rotulagem, as distribuidoras registram de forma clara, nos contratos, todas as informações necessárias para a venda de seus seguros e soluções, além de incluir os dados exigidos pela Aneel na conta de energia elétrica.

GRI
PR3
PR4

Privacidade e Ética

O Código de Ética das empresas prevê o adequado manuseio das informações, a fim de garantir a privacidade dos clientes. O Canal Ético, mantido nos *websites*, recebe comunicados sobre eventuais desvios de conduta. Adicionalmente, a área de geração e transmissão contrata um serviço externo independente – Ethiscpoint – para o gerenciamento de reclamações de clientes ou demais partes interessadas. Em 2007, não houve registro de violação desse direito.

GRI
PR8

Na divulgação de campanhas e peças publicitárias, são respeitados os padrões éticos de propaganda adotados no Brasil, tema também incluído no Código de Ética, não existindo registro de violação de regulamentação de propaganda e marketing.

GRI
PR6
PR7

Conformidade

Na Coelce, os esforços para melhorar a qualidade de serviços e o atendimento aos clientes permitiram que a companhia passasse do 1º (2006) para o 16º lugar (2007) no *ranking* de reclamações do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Decon e Procon), com 44% de redução na comparação com 2006, sendo 81% delas consideradas improcedentes. Na Ampla, a adoção de uma postura mais proativa na solução de eventuais problemas auxiliou a reduzir em 17% o número de processos nos Juizados Especiais Cíveis, além de diminuir de R\$ 37 milhões para R\$ 23 milhões o desembolso em razão de processos motivados por reclamações de consumidores.

GRI
PR9

Meio ambiente



Compromisso com a gestão aliada à preservação ambiental e ao consumo consciente

O compromisso com o desenvolvimento sustentável e os dez princípios do Pacto Global leva a Endesa Brasil a investir em iniciativas que minimizem o impacto das operações sobre o meio ambiente e desenvolvam a consciência de colaboradores, parceiros e comunidade sobre a responsabilidade em garantir o futuro das novas gerações. Por meio de diversas ações, incentiva a prática do consumo consciente de recursos naturais e dá prioridade ao desenvolvimento de tecnologias e processos ambientalmente corretos.

GESTÃO AMBIENTAL

Todas as empresas mantêm Sistema de Gestão Ambiental certificado pela norma ISO 14001. São adotados mecanismos de controle que monitoram de forma permanente os aspectos e impactos ambientais decorrentes das operações e asseguram o cumprimento de requisitos legais e diretrizes dessa norma internacional de qualidade de gestão ambiental. Comitês de Meio Ambiente, integrados por representantes de várias áreas de cada empresa, são responsáveis pela avaliação de aspectos técnicos, operacionais, econômicos, de cumprimento de requisitos legais e da visão de partes interessadas para determinar objetivos, metas, programas, ações emergenciais, medidas preventivas e corretivas. Os comitês também são responsáveis por divulgar as ações para todos os colaboradores.

GRI
EN30

No ano, foram investidos R\$ 40,6 milhões, sendo R\$ 19,7 milhões relacionados diretamente à operação e R\$ 20,9 milhões em programas ou projetos externos.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As mudanças climáticas, causadas principalmente pelo aquecimento global, podem representar riscos e oportunidades para a Endesa Brasil. Esse tema é abordado globalmente pela Endesa, que mantém o programa Iniciativa Climática, desenvolvido pelo Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na Espanha. A companhia tem grande experiência em gestão de projetos que visam à redução de emissões e em operações realizadas no mercado global de carbono.

Riscos – A produção de energia elétrica no Brasil é predominantemente de origem hídrica. Mudanças no regime de chuvas podem afetar a capacidade de geração baseada nessa fonte. A restrição na oferta pode ainda elevar o custo da energia, com o impacto sobre o consumo e o resultado das empresas de distribuição.

Oportunidades – Desenvolvimento de projetos de geração a partir de outras fontes de energia, adoção de novos programas de ecoeficiência, ampliação da oferta de novos serviços. A empresa busca identificar em sua operação projetos que possam gerar créditos de carbono e assim obter Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), para posterior comercialização desses créditos por meio de mecanismos baseados em projetos alinhados ao Protocolo de Kyoto. A Ampla, por exemplo, vem levantando informações e visitando projetos em aterros sanitários do Estado de São Paulo para futura contratação de reduções de emissão de gases de efeito estufa.

GRI
EC2

ENERGIA

GRI
EN5 O consumo próprio de energia elétrica reduziu-se 9,5%, de 249.943,9 GJ em 2006 para 226.210,5 GJ em 2007, graças especialmente à retração na Endesa Fortaleza, que operou por menos tempo em razão de falta de gás natural no mercado, e na Endesa Cien, que redirecionou a atuação para transmissão de energia. Os aumentos nas demais operações são justificados por: construção de oito novas instalações, na Coelce e na Ampla; serviços de modernização da Unidade Geradora 3 e o maior tempo em operação das turbinas, na Endesa Cachoeira.

GRI
EN7 Entre as iniciativas para redução de consumo de energia destacam-se desligamento de aparelhos de ar-condicionado e iluminação dos andares do prédio compartilhado pela *holding*, Ampla e Endesa Geração Brasil, instalação de sensores de presença em escadas e banheiro. Todas as empresas realizam campanhas de comunicação interna para combater o desperdício no uso do recurso.

Água e efluentes

O consumo de água totalizou 158,8 mil metros cúbicos, ante 157,1 mil no anterior. O volume refere-se a consumo humano, serviços gerais de limpeza, esgotamento sanitário e jardinagem, com suprimento por empresas de saneamento básico ou poços artesianos. A Endesa Cachoeira utiliza água do Rio Paranaíba para a geração de energia, que ocorre em regime de operação a fio d'água e usa a vazão regularizada do rio também empregada em outros aproveitamentos hidrelétricos situados a montante e a jusante da usina, correspondendo a menos de 0,5% da vazão anual. Essa água é usada também para resfriamento, mas integralmente devolvida ao rio.

INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE EM 2007 (R\$ MIL)

ITEM	AMPLA	COELCE	CACHOEIRA	CIEN	FORTALEZA	TOTAL
Investimento interno	8.929	9.274	569	529	368	19.969
Investimento externo	8.892	11.748	238	13	-	20.891
Total	17.821	21.022	807	542	368	40.860

CONSUMO DE ENERGIA (GJ)

GRI	2006	2007
EN3		
AMPLA	63.980,7	68.383,4
COELCE	36.720,0	38.880,0
CACHOEIRA	17.993,1	18.782,1
CIEN	86.400,0	73.583,0
FORTALEZA	44.850,1	26.582,0
HOLDING	ND	ND
Total	249.943,9	226.210,5

CONSUMO DE ÁGUA (M³)

GRI	2006	2007	FONTE
EN8			
AMPLA	101.336,5	109.051,29	Rede pública
EN9			
COELCE	44.899	38.057	Rede pública
	ND	83	Poços artesianos
CACHOEIRA	9.187,8	9.414,1	Rede pública
CIEN	1.244,8	2.106,2	Poço artesiano
FORTALEZA	431,3	115,3	Açude
HOLDING	ND	ND	Rede pública
Total	157.099,40	158.826,89	

Para reduzir o consumo nas atividades administrativas, as empresas têm instalado torneiras e sistemas de descarga inteligente e intensificado atividades de manutenção das instalações, além de campanhas internas de conscientização. Na sede da *holding*, em Niterói, foram instaladas caixas de captação de água nos aparelhos de ar-condicionado, para utilização em rega de plantas e atividades de limpeza.

GRI

EN21

O efluente gerado refere-se ao funcionamento das sedes administrativas e pontos de apoio às operações. Exceto na Endesa Cachoeira, esses efluentes são captados por redes públicas de saneamento, sem registro de quantidades. Na Cachoeira, os 703 metros cúbicos gerados em 2007 foram previamente encaminhados a uma estação compacta de tratamento de efluentes e depois lançados no Rio Paranaíba.

Emissões

GRI

EN16

EN17

EN20

Exceto nas operações da Endesa Fortaleza, que gera energia a partir de gás natural, as demais empresas não registram emissões relevantes de gases de efeito estufa (GEE). Na termelétrica, essa emissão foi de 11.846,91 quilos de CO₂ (dióxido de carbono), além de 348 quilos de NOx (óxido de nitrogênio) e 5,88 quilos de SOx (óxido de enxofre).

O monitoramento da emissão de gases oriundos da combustão do gás natural é feita de maneira contínua. Em virtude das características menos poluentes do combustível empregado, os valores de concentração das emissões de gases com risco de contaminação são relativamente baixos, bem como a quantidade total emitida. O aumento da eficiência do processo de geração de energia garantiu a redução dessas emissões.

As emissões indiretas desses gases derivam das frotas de automóveis para serviços de poda, medição mensal do consumo nas residências dos clientes, manutenção das linhas, transporte de colaboradores, entre outros. As empresas realizam monitoramento da fumaça preta dos veículos movidos a diesel, da sua frota própria e das empresas parceiras, mas não fazem o inventário dessas emissões. Mesmo sem emissões relevantes, a Ampla iniciou em 2007 a coleta de dados e identificação de processos para esse inventário.

Outra iniciativa foi o estabelecimento de um acordo de cooperação técnica entre a empresa, o Ministério do Meio Ambiente e o governo do Estado do Rio de Janeiro, que resultou no Programa de Substituição de Geladeiras Velhas com Eficiência Energética e Captura de Clorofluorcarbono (CFC). O convênio prevê a troca gratuita dos aparelhos por equipamentos mais modernos, que consomem menos energia e não emitem gases CFC, destruidores da camada de ozônio. Houve pequena quantidade de emissão de SF₆ (hexafluoreto de enxofre), 10 quilos, e de CFC (cloro, flúor e carbono), 25 quilos, decorrente de problemas de manutenção de disjuntores na Endesa Cien. Adicionalmente, a reposição de Freon 22 em aparelhos de ar-condicionado acarretou a emissão de 21 quilos de emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio.

GRI

EN19

Gestão de resíduos

O Sistema de Gestão Ambiental das empresas determina procedimentos de gestão dos resíduos utilizados nas áreas administrativas e operacionais, desde a sua geração e transporte até a disposição final, sempre em conformidade com os requisitos da legislação ambiental. É realizada a coleta seletiva nas unidades operacionais, com correta separação e adequada destinação final.

GRI EN23 **Vazamentos** – Não foram registrados, durante o ano, vazamentos significativos de óleo, produtos químicos ou combustíveis. Periodicamente são aplicadas listas de verificação de conformidade de equipamentos que contém óleo nas áreas operativas. Também é fiscalizada a execução das atividades de empresas parceiras.

GRI EN24 **Transporte** – As empresas não transportam resíduos considerados perigosos pela legislação brasileira ou pela Convenção da Basileia. A atividade de transporte de quaisquer resíduos é exercida por empresas contratadas, especializadas e licenciadas para operações dessa natureza.

GRI EN11 **Biodiversidade**
O impacto sobre a diversidade decorre especialmente da instalação de subestações, redes e linhas de transmissão das distribuidoras, o que determina cuidados especiais com fauna e flora que podem ser afetados. Na área de atuação da Ampla existem 33 áreas protegidas ou de alto índice de biodiversidade. Os principais impactos são efeito de supressão vegetal, fragmentação de áreas para a formação de faixas de servidão, poluição visual (postes, fios e equipamentos), e acidentes com a fauna que entram em contato com a rede energizada.

GRI EN12 **Na geração**, o principal impacto resultante da construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada está relacionado ao aspecto paisagístico, com o desaparecimento de algumas ilhas fluviais. **GRI EN15** A usina está localizada em área de Cerrado, que abriga espécies ameaçadas ou em risco de extinção no Brasil, com destaque para alguns vertebrados na categoria vulnerável, como o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) e o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga*

RESÍDUOS GERADOS

RESÍDUOS	QUANTIDADE	DESTINAÇÃO	GRI	
Resíduos perigosos				
Brita contaminada com óleo	12.600 kg e 7,3 m ³	Aterro sanitário classe I	EN22	
Lâmpadas fluorescentes	84.292 un. e 32.570 kg	Trituramento		
Lâmpadas a vapor sódio	15,7 kg	Trituramento		
Pilhas e baterias ⁽¹⁾	5.824	Reciclagem		
Óleo mineral isolante	134.460 litros	Reciclagem		
Óleo diesel contaminado	30 litros	Co-processamento		
Materiais (estopas e panos contaminados, pó de madeira e transformadores)	27.870 kg	Co-processamento		
Embalagens de tintas e outros produtos	1.940 kg	Co-processamento		
Resíduos médicos ou patológicos	11,2 kg	Incineração		
Outros resíduos perigosos	70 kg	Co-processamento		
Resíduos não-perigosos				
Papel e papelão	52.045 kg	Reciclagem		
Plásticos	4.703 kg	Reciclagem		
Sucatas (transformadores, medidores, metais)	2.906.265 kg	Reciclagem		
Metais	14.255 kg	Reciclagem		
Vidros	1.162 kg	Reciclagem		
Vidros triturados	1.000 kg	Aterro		
Resíduos gerais e orgânicos	2.187.468 kg	Aterro		
Madeira	5.632 m ³	Reciclagem		
Material de decomposição de plantas de água potável	1.530,00	Aterro sanitário		
PVC	10	Reciclagem		
Resíduos de cruzetas	66.570 un.	Reciclagem		
Resíduos de postes	3.607.632 un.	Reciclagem		
Cartuchos, cilindros e toners para impressoras	ND	ND		
Entulhos	90.400 kg	Reciclagem		

(1) Dados só da Ampla e Fortaleza.

tridactyla). O tamanduá-bandeira consta da Lista Vermelha da União Internacional para Conservação da Natureza – UICN. Mas as atividades da empresa não impactam diretamente a vida dessas espécies e seus habitats.

Entre as principais medidas para reduzir o impacto das operações destacam-se:

- Treinamento de parceiros para a execução de poda, de forma a não comprometer o desenvolvimento futuro das árvores.
- Controle manual de vegetação nas subestações e faixas de servidão, para evitar o uso de agrotóxicos.
- Cadastro georreferenciado das árvores ao longo das redes de distribuição, com o objetivo de minimizar as interferências no sistema elétrico.
- Cabos aéreos protegidos, que requerem menor supressão vegetal.
- Utilização de postes de concreto ou de eucalipto tratados com conservantes e, a partir de 2007, de cruzetas produzidas exclusivamente com madeira de origem certificada.

- Mapeamento da ictiofauna do Rio Paranaíba, para análise das condições da água – temperatura, condutividade, turbidez, etc. – e coleta espécies da ictiofauna. O objetivo é fazer o repovoamento das espécies que podem sobreviver na região, beneficiando dessa forma a comunidade de pescadores.

- Proteção de áreas de preservação ambiental e recuperação de regiões degradadas. Em 2007, a Endesa Cien recuperou a cobertura vegetal em áreas degradadas por erosão no entorno da estação conversora de Garabi, num total de 2.193 metros quadrados. GRI
EN14
EN26

Conformidade

Na área de geração, as empresas não receberam nenhuma multa ou sanção em razão do não cumprimento de leis e regulamentos ambientais. Em distribuição, a Ampla recebeu três multas por poda de árvores e supressão vegetal, sobre as quais protocolou defesa; três por instalação de rede sem licença ambiental (pagou o total de R\$ 1.250,22); uma por morte de animal (paga, no valor de R\$ 500,00) e uma por descumprimento de intimação, para a qual também apresentou defesa. GRI
EN28

Sociedade



Compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo o crescimento de nossas comunidades

Alinhada à aspiração de ser, além de uma empresa de energia e serviços, uma empresa de relacionamentos, a Endesa Brasil estimula suas controladas a contribuírem para o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades onde estão presentes. São considerados prioritários programas de geração de renda, educação, cultura e saúde, realizados em parceria com instituições públicas e privadas e identificados como as demandas das comunidades.

GRI
 EC4
 EC8

Essa atuação é direcionada pelos princípios de inclusão, com incentivo à formação da consciência cidadã e à reflexão sobre temas como diversidade, ética, violência, educação ambiental, consumo consciente, reciclagem de resíduos e coleta seletiva, furto e pirataria, doenças sexualmente transmissíveis, cuidados com a saúde, entre outros. Busca, dessa forma, uma atuação responsável e transparente, baseada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD), que determinam os princípios do Pacto Global e os oito objetivos da Declaração do Milênio.

No ano, o Investimento Social Externo consolidado somou R\$ 516,7 milhões, dos quais R\$ 511,8 milhões destinados aos programas Universalização no Atendimento, Luz para Todos e Baixa Renda. Os investimentos incentivados, para esses programas, totalizaram R\$ 271,8 milhões, enquanto Ampla e Coelce destinaram R\$ 239,9 milhões em recursos próprios. As empresas também utilizaram recursos de incentivos fiscais para programas de apoio à cultura, esporte e à infância e adolescência, que somaram R\$ 11,6 milhões.

GESTÃO DOS IMPACTOS

As operações das empresas da Endesa Brasil produzem impactos nas comunidades em que estão presentes. As cinco figuram entre as maiores companhias de suas áreas de operação, em criação de emprego e recolhimento de impostos. Fornecem um bem – a eletricidade – indispensável para o desenvolvimento socioeconômico e o bem-estar da população. Ao mesmo tempo, as redes de energia podem significar riscos de acidentes, pelo contato indevido com sistemas e instalações, tema que motiva permanentes campanhas de conscientização (mais informações na página 63).

Para identificar a extensão desses impactos e dos programas desenvolvidos nas comunidades, a Ampla conta desde 2003 com uma equipe de sociólogos, que analisa a situação socioeconômica das populações e suas relações com a empresa e identifica lideranças locais ou instituições que possam representar a comunidade. As pesquisas permitiram identificar, por exemplo, que os clientes beneficiados pela tarifa Baixa Renda consomem 187% mais de energia do que de fato necessitariam, levando em consideração os eletrodomésticos que possuem. Comprometem com o pagamento de energia elétrica 38,82% do orçamento familiar, percentual bastante alto, principalmente levando-se em conta o baixo nível da renda familiar – em algumas áreas esse índice pode chegar a mais de 60%. Com base nesses resultados são formuladas propostas de ação que contemplem os interesses dos envolvidos e permitam o desenvolvimento sustentável das comunidades.

GRI

ACESSO À ENERGIA

SO5

A natureza dos serviços prestados pelas empresas de distribuição determina o foco das ações em três programas que são considerados prioritários também pelo governo federal: a universalização do acesso à energia elétrica, o Luz para Todos e o Baixa Renda, traduzidos em benefícios como melhoria na qualidade de vida, crescimento econômico e desenvolvimento social das comunidades. Esses programas são executados com recursos das empresas e dos governos federal e estadual.

Universalização no Atendimento – A iniciativa prevê a ligação de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Na Ampla, foram conectados 17.092 clientes em 2007, elevando aproximadamente para 70 mil pessoas beneficiadas na área urbana. A Coelce ultrapassou, um ano antes do prazo, a meta estabelecida pela Aneel, para 2008, de levar energia elétrica para 455 mil novos consumidores. Até o encerramento de 2007, tinham sido beneficiados 514.647 clientes, representando 97,4% dos consumidores potenciais da área de concessão.

Luz para Todos – Iniciado em 2004, o programa visa eliminar o déficit no atendimento de energia elétrica entre a população rural. No Rio de Janeiro, 2.270 clientes passaram a integrar o programa, totalizando 10 mil unidades desde o início do programa. No Ceará, foram beneficiadas 84.374 unidades consumidoras – 21.400 somente em 2007.

INVESTIMENTO SOCIAL EXTERNO (R\$ MIL)

	AMPLA	COELCE	CACHOEIRA	CIEN	FORTALEZA	HOLDING	TOTAL
Recursos próprios	61.938	182.186	444	114	62	0	244.744
Incentivos fiscais	93.654	178.185	-	-	-	107	271.946
Total	155.592	360.371	444	114	62	107	516.690
Número de beneficiados	424.000	136.156	12.200	5.700	1.800	0	579.856

Baixa Renda – Oferece descontos de até 66% no valor da tarifa, sendo o benefício concedido aos clientes residenciais com circuito monofásico, que consomem até 220 kWh por mês e estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (Cartão Cidadão, Vale-gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Bolsa Família). Para os que consomem até 80 kWh, o desconto é automático. O repasse do benefício é transferido para as outras classes de consumo, que financiam, em média, 75% do projeto. Os governos estaduais contribuem com 10% e as empresas distribuidoras de energia elétrica, com mais 15%. Na região da Ampla representou 708 mil domicílios em 2007, equivalente a 35,3% do total. No Ceará, o benefício é concedido a 1,4 milhão de clientes, dos quais 1,0 milhão têm consumo mensal inferior a 80 kWh.

Investimentos Especiais – Pelo contrato de concessão, a Coelce é responsável pela execução de obras e serviços contemplados pelo Programa Anual de Investimentos Especiais do Estado do Ceará, destinando para isso 1% do faturamento líquido da venda de energia (1,5% até 2006). Em 2007, foram atendidos 23 municípios, com obras de construção de linhas de transmissão e subestações, infraestrutura para a iluminação pública, extensão de rede de energia elétrica, aumento de carga, entre outros.

GRI

EC8

Projetos comunitários

Energia Social – Reúne três linhas de ação (Ações Coelce, Educar para Crescer e Conhecer) desenvolvidas a partir da necessidade de contribuir com uma abordagem social para a redução de perdas em comunidades de baixo desenvolvimento socioeconômico. Envolveu 238 famílias, das quais 81 tiveram incremento real no orçamento e 64 foram capacitadas em culinária alternativa e forno solar, e obteve R\$ 12 mil em comércio solidário.

SuperAção – Eventos que reúnem as famílias e buscam conscientizar sobre o uso eficiente da energia. A média de participantes em cada encontro é de 800 pessoas, que recebem lâmpadas econômicas e concorrem ao sorteio de uma geladeira.

Jovem Ligado – Formação de multiplicadores sobre os riscos do uso inadequado de energia.

Guardiões da Energia – procura desenvolver uma atitude responsável e proativa de crianças e jovens em relação ao consumo consciente de energia e temas relacionados, como meio ambiente, cidadania, uso sustentável dos recursos naturais e sociabilidade. No final do ano, as crianças mais participativas, avaliadas com a ajuda de professores, são nomeadas “Guardiões do Ano” e premiadas com bicicletas e brinquedos.

Guardiões da Comunidade – Promove a conscientização sobre os prejuízos causados pelo furto de energia e promove uma mudança de cultura, com foco no uso eficiente da energia elétrica. Ao final de 2007, a equipe formada por 18 guardiões passou a desempenhar o papel de articuladora social, mantendo contato também com lideranças locais, como diretores de escolas, representantes de

associações de moradores e comerciantes, e participando de palestras, reuniões e eventos nas comunidades.

Dona de Casa Eficiente – Programa direcionado à dona de casa, formando-a como multiplicadora de informações sobre o uso sustentável de energia, água, gás, alimentos e do controle do orçamento familiar.

Inclusão Digital – Informatização da Escola Vicente Parreira da Silva para atendimento aos alunos nas atividades pedagógicas e inclusão digital de pessoas da comunidade em Nilópolis, distrito de Cachoeira Dourada (GO).

Apae – Reforma da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Santo Antônio das Missões, entidade que atende 80 crianças e jovens do município e também de Garruchos (RS).

Geração de renda

Primeiro Emprego – Oferece treinamento preparatório a jovens que buscam o primeiro emprego, aumentando suas chances de contratação.

Arte Instalada – Promove a geração de renda, o desenvolvimento cultural e a valorização do indivíduo por meio de oficinas de arte-educação, realizadas em parceria com a ONG Casa Amarela.

Educar para Crescer – Tem foco na capacitação, na geração de renda sustentável e no desenvolvimento de competências, como trabalho em equipe, criatividade e empreendedorismo. Inclui a formação de grupos de trabalho para promover o artesanato local, entre outras fontes de renda.

Projeto Cozinha Brasil – Apoiado pela Endesa Cien, faz parte programa Fome Zero, do governo federal, que ensina a preparar receitas de baixo custo e alto valor nutritivo.

Solidariedade

Geração Voluntária – Incentiva a atuação dos colaboradores das empresas da Endesa Geração Brasil em projetos sociais. O Portal do Voluntário, instituído em 2007, possibilita fazer doações, por meio da Intranet, para entidades credenciadas.

Coelce Solidária – Reúne diferentes iniciativas, como o repasse de 2,5% da arrecadação com seguros; divulgação, na conta de energia, de crianças desaparecidas; e doações feitas pelos clientes e revertidas para entidades.

Ampla Solidária – Presta serviços a famílias em situação de risco social, com a ajuda de uma assistente social que as visita e acompanha regularmente. Os clientes recebem informações sobre o uso eficiente de energia e seus direitos sociais de cidadãos, sendo cadastrados no programa Baixa Renda e encaminhados a outros projetos sociais promovidos pela Ampla e pelo governo.

Desenvolver – Doações que beneficiam famílias em grave risco social. Os valores, recebidos por meio das folhas de pagamento dos colaboradores da Ampla e das contas de energia de clientes, são repassados à Pastoral da Criança e à ONG Casa Amarela.



Compartilhar – Projeto de voluntariado, criado em 2004 para estimular a realização de práticas solidárias entre os colaboradores da Ampla. São realizados mutirões em instituições que atendam crianças e campanhas de doação.

Renascer – Trabalho voluntário realizado em palestra para idosos atendidos pela Secretaria da Promoção e Assistência Social do Município de Cachoeira Dourada (GO).

Capacitação

Novo Horizonte – Programa de capacitação em eletrotécnica, beneficia jovens da comunidade de São Luiz Gonzaga (RS), com a expectativa de criar 5 mil empregos na região.

Profissionalização e capacitação – Pagamento de 80% do valor das mensalidades do curso de técnico eletromecânico realizado em convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) na Escola Instituto Novo Goiás (INGO), em Cachoeira Dourada (GO).

Educação, cultura e esportes

A Endesa Cachoeira finalizou em 2007 a construção do Espaço Endesa de Meio Ambiente e Cultura, que sedia eventos culturais e didáticos, beneficiando 2 mil pessoas da região de Cachoeira Dourada (GO). Além disso, promoveu no ano o Projeto Crescendo com a Geração Futura – Tendas em Cachoeira, de caráter socioambiental, em comemoração ao aniversário da usina. Em outra frente, a empresa patrocinou a reforma das instalações da Escola Instituto Novo, permitindo a expansão do ensino de maternal infantil e fundamental.

Na Coelce, foram patrocinados 53 projetos nas categorias de artes cênicas, audiovisual, literatura, música e patrimônio imaterial, com recursos próprios e por meio de incentivos fiscais oriundos da Lei Estadual de Incentivo à Cultura (Lei Jereissati), da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), do Fundo Municipal e Estadual para a Criança e o Adolescente e da Lei de Incentivo ao Esporte. Eles beneficiaram mais de 900 mil pessoas. Um dos destaques foi a instalação de redes de energia elétrica e de telefonia subterrâneas, a fim de valorizar o centro histórico do município de Sobral, tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional.

Inovação e criatividade



Compromisso com as tecnologias e as idéias inovadoras para nossas atividades

INOVAÇÃO

A inovação é um ativo diferenciado para a Endesa, que estimula seus colaboradores a apresentar idéias e sugestões por meio de um programa corporativo, o Inova. As propostas abrangem desde melhoria de processos, serviços, formas de fazer negócios, proteção ao meio ambiente e chegam a projetos sociais.

Como incentivo à participação, os colaboradores recebem um prêmio em dinheiro e o reconhecimento público. Os valores crescem até a idéia ser efetivamente empregada. O valor é de R\$ 300 quando o projeto é aprovado, e de R\$ 1 mil quando iniciado com êxito, podendo atingir até 10% dos benefícios líquidos anuais de um projeto definitivo introduzido em larga escala (com valor limitado a R\$ 10 mil por projeto).

Para o Novare de 2007, prêmio mundial de Inovação da Endesa, foram enviadas 4,5 mil idéias por parte de 19 empresas. A Endesa Brasil, por meio da Ampla, conquistou o primeiro lugar na categoria de Idéia Mais Inovadora, com o projeto Postes Desmontáveis, e o terceiro lugar na categoria Idéias de Geração, da Endesa Fortaleza, com uma capa de proteção de nylon que substitui as de metais nas bombas de dosagem química.

Ampla – Mais de 1 mil sugestões, das quais 24 transformadas em projetos de inovação ou de melhoria aprovados pela diretoria, ou em projetos estratégicos.

Coelce – 186 idéias, enviadas por 127 empregados. Desse total, 149 foram analisadas, 59 passaram pela seleção do pré-comitê e 19 foram aprovadas pelo Comitê de Inovação e três projetos foram efetivamente adotados.

Endesa Cachoeira – Os 65 funcionários da hidrelétrica mandaram 38 idéias, das quais 22 foram aprovadas pelo processo local.

Endesa Cien – Os 60 funcionários da Cien enviaram 127 idéias, sendo 54 aprovadas pelo processo local.

Endesa Fortaleza – Entre os 60 colaboradores surgiram 277 idéias, sendo 117 aprovadas pelo processo local.

INOVA EM PRÁTICA

Algumas idéias que estão em execução

PROJETO	PERFIL
AMPLA	
Postes desmontáveis	Confecção de poste dividido em três partes para utilização em situações de emergência, em áreas de difícil acesso.
Braço de IP	Desenvolvimento do novo braço de iluminação pública a utilizar na Rede Ampla com eliminação da vulnerabilidade e furto imposta pela manipulação do cabo da luminária.
Chuveiro econômico	Venda de chuveiros de baixa potência nas agências.
Equipe 100% multifuncional	Utilização de uma mesma equipe móvel para realização de serviços de atendimento comercial básico.
Espaço Ampla na Comunidade	Criação de um espaço destinado ao ensino e à leitura, em uma comunidade carente.
Folder informativo nas agências	Folder informativo de documentação necessária para cada tipo de serviço.
Google Earth	Utilização da ferramenta virtual para identificação de potenciais fraudes em residências.
Numeração de dispositivos	Numeração de dispositivos e equipamentos utilizando placas de garrafas PET.
Postes bipartidos	Postes divididos em duas partes a serem montadas somente no momento de instalação na Unidade Consumidora.
Sala de Estudo	Criação de um espaço para estudo, destinado aos colaboradores.
Venda de disjuntor ao cliente	Venda de disjuntores pelas unidades de emergência.
Elos fusíveis coloridos	Desenvolvimento de elos fusíveis padronizados por cor, para permitir identificação visual. Piloto iniciado em Pádua.
Captação de água de ar-condicionado	Coletores da água proveniente da condensação dos refrigeradores de ar para aproveitamento na limpeza da sede da Ampla.
COELCE	
Título de capitalização social	Com o Boa Ação, Boa Sorte o cliente contribui com um valor fixo mensal, de R\$ 3,00. Do total arrecadado, 30% são destinados para instituições de caridade, 30% revertidos em prêmios aos clientes e os 40% restantes seguem para as empresas gestoras do projeto.
Seguro de automóveis, pneus, entre outros	Seguro mais acessível, com garantia de conserto em caso de pequenas panes nos veículos, como problemas elétricos, reboque, troca de
Manutenção e venda de equipamentos	Soluções focadas nas necessidades dos mais variados clientes. No setor de padarias, por exemplo, que precisa de fornos novos para o incremento dos negócios, os executivos de vendas da companhia trabalham na oferta de soluções específicas para esse público.
CIEN	
Cinema na comunidade	Sessões de cinema para os moradores da região de Garruchos (RS), com exibição em telão, em praça pública, como opção de cultura e lazer inacessível na cidade em que a transmissora está instalada.
FORTALEZA	
Capa para bombas	Proteção confeccionada em nylon para substituir as capas de metal nas bombas de dosagem química. A peça pode ser reutilizada, diminuindo o tempo de montagem, custo de manutenção e o descarte de materiais que causam impacto ao meio ambiente.
Manutenção de válvulas	Dispositivo para facilitar a manutenção das válvulas de entrada de água da torre de resfriamento, diminuindo o tempo de parada.

Pesquisa e Desenvolvimento

Como parte dos contratos de concessão, as empresas de geração e distribuição devem destinar 1% da receita líquida a programas de pesquisa de desenvolvimento para o setor elétrico. Porém, mais do que cumprir a determinação regulatória, as empresas identificam nesses projetos oportunidades de inovação tecnológica para a perenidade dos negócios e para o crescimento sustentável.

Os projetos são escolhidos pelas empresas de acordo com a destinação preestabelecida: 0,25% ao Programa de Eficiência Energética; 0,30% para projetos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D); 0,30% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) – administrado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia – e 0,15% para o Ministério de Minas e Energia. Em 2007, esses investimentos somaram R\$ 32,3 milhões.

Destacam-se projetos de redução de perdas e controle de ocorrências do sistema elétrico, como energizações de linhas de transmissão e transformadores; curtos-circuitos; variações de tensão de curta duração – que podem ocasionar a parada de grandes unidades industriais –, entre outros. Essas linhas de pesquisa são desenvolvidas em parceria com universidades e instituições de pesquisa.



Principais projetos de P&D

TEMA	PERFIL
Energia segura – inibidor de furto	Compreende na geração de um sinal que torna a energia indisponível para consumo em um determinado equipamento elétrico ou em parte dele.
Lacre eletrônico	Dispositivo eletrônico de baixo custo instalado nos medidores de energia para aumentar a segurança contra violações.
Perfil de consumo do cliente furtador	Estuda as determinantes culturais do furto de energia, permitindo aperfeiçoar as ações existentes, desenvolver e orientar novas medidas de combate ao furto de energia.
Fechadura com microchip	Faz controle remoto do acesso às caixas onde estão instalados os equipamentos de medição de grandes clientes, dificultando sua adulteração.
Maleta de inspeção	Equipamento microprocessado, portátil, de fácil manuseio, capaz de realizar leituras e fornecer dados que permitam inspeções mais rápidas e seguras em medidores de energia.
Veículos elétricos	Estuda o desempenho de veículos elétricos comparados aos veículos à combustão interna. Será analisada a utilização dos veículos elétricos na frota própria da Ampla.
Mapeamento climatológico	Objetiva reforçar a proteção do sistema nos pontos com maior incidência de fenômenos atmosféricos, e possibilitar que o Centro de Operação do Sistema e os pólos operacionais possam antecipar-se a esses eventos, para restabelecer de forma mais rápida o serviço.
Diagnóstico de falhas em redes elétricas	O objetivo principal é investigar um sistema inteligente de apoio à decisão para a identificação e o diagnóstico de falhas em redes elétricas.
Mercado de gás natural	Visando atender a população de forma cada vez melhor, foi feito um estudo do mercado de energia elétrica que pode, eventualmente, vir a ser atendido e/ou substituído pelo gás natural.
Alocação de recursos	Modelo integrado de gestão de recursos humanos, instalações, materiais e equipamentos, que garanta elevada produtividade no atendimento de ocorrências.
Atendimento Otimizado	Desenvolvimento de <i>software</i> para previsão de atendimento otimizado de emergência.
Corrosão e Degradação	Estudo sobre os efeitos que a alta concentração de sal no meio ambiente no Ceará provoca em materiais elétricos.
Materiais e salinidade	Avaliação do uso de cabo liga de alumínio engraxado em área de alta agressividade salina.
Conformidade de Níveis de Tensão	Desenvolvimento e implantação de sistema indicador de conformidade de níveis de tensão.
Chuvas e energia requerida	Avaliação do grau de correlação entre as chuvas no Estado do Ceará e a energia requerida pela Coelce.
Alta Impedância	Investigações para redução de riscos associados à ocorrência de faltas de alta impedância.
Descargas atmosféricas	Sistema de monitoramento de descargas atmosféricas para o Estado do Ceará.
Tecnologia Bluetooth	Sistema de religamento e corte de unidades consumidoras com tecnologia <i>bluetooth</i> .
Setor de energia	Análise institucional do setor de energia elétrica brasileiro como estratégia de longo prazo para as concessionárias de energia.
Simulador para treinamento	Desenvolvimento de simulador interativo de usinas termelétricas de ciclo combinado para treinamento de operadores e mantenedores.
Temperaturas em turbinas a gás	Modelagem e visualização da distribuição de temperaturas (TAT) em turbinas a gás de alta potência (VisualTemp).
Efeitos geomagnéticos	Simulador de redes para a análise de efeitos geomagnéticos.

Eficiência energética

GRI
EC8
EN6

Desenvolvido em todas as empresas, o programa tem como objetivo combater o desperdício de energia elétrica. Inclui modernização de sistemas de iluminação, incentivo à troca de equipamentos elétricos antigos por outros modernos e mais eficientes do ponto de vista energético. Foram destinados a esses programas R\$ 20,5 milhões em 2007, sendo R\$ 14 milhões em iniciativas dirigidas a consumidores de baixa renda.

Nas distribuidoras, o foco é o atendimento a consumidores de baixa renda, do setor público e unidades hospitalares. Técnicos e consultores das companhias visitam residências e prédios públicos para identificar as ações para ganhos de eficiência. Iniciativas como a troca de lâmpadas, de refrigeradores, condicionadores de ar e reforma da rede elétrica interna podem proporcionar economia mensal de até 15% no consumo de energia. Os projetos incluem ainda eficiência na iluminação pública, com modernização de sistemas de avenidas, ruas e praças.

Sistemas de aquecimento solar estão sendo instalados em instituições sociais e hospitais do Rio de Janeiro e distribuídos para aquecimento de chuveiros elétricos para cerca de 300 famílias do Morro do Juca Branco, em Niterói. Além disso, foi instalado um novo sistema com bombas d'água coletivas, que substituíram as individuais, consideradas pouco eficientes. As estimativas são de uma economia de 335,80 MWh/ano e a retirada de 377,52 kW de demanda no horário de ponta.

Principais projetos de eficiência energética

Ampla

- Novas instalações elétricas: 23.117 residências, beneficiando mais de 83 mil pessoas
- Morro Juca Pato, em Niterói: novo sistema de bombas d'água coletivas
- Prédios públicos: modernização de pontos de iluminação de 35 delegacias de polícia
- 4 hospitais públicos: adequação dos sistemas de iluminação interna e externa e de refrigeração
- Substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas: 286 mil em quatro anos
- Troca de geladeira: 670 unidades
- Energia solar: 6 instituições, 1 hospital e 300 famílias

Coelce

- Instalação de padrão de entrada e/ou reforma da rede interna: 1.965
- Substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas: 2.313
- Troca de geladeira: 7.798 (5.775 em Fortaleza e Região Metropolitana e 2.023 em municípios do interior do Ceará)
- 21 hospitais públicos: troca de equipamentos e modernização de pontos de iluminação
- 23 municípios: modernização da iluminação pública

GRI

SUMÁRIO GRI E CORRELAÇÃO COM O PACTO GLOBAL

3.12

CORRESPONDÊNCIA COM PACTO GLOBAL	PRINCÍPIO PACTO GLOBAL	PÁG.
	Visão e estratégia	
1.1	Declaração do diretor-presidente	10
1.2	Principais impactos, riscos e oportunidades	10, 28, 32, 38, 115, 116
	Perfil organizacional	
2.1	Nome da organização	5
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	5
2.3	Estrutura operacional	5
2.4	Localização da sede	5
2.5	Número de países em que opera	5
2.6	Tipo e natureza jurídica	5
2.7	Mercados atendidos	5, 9
2.8	Porte da organização	contracapa, 5
2.9	Principais mudanças referentes a porte, estrutura ou participação acionária	6
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório	8
	Perfil do relatório	
3.1	Período coberto pelo relatório	12
3.2	Data do relatório anterior	12
3.3	Ciclo de emissão de relatórios	12
3.4	Dados para contato	13
	Escopo e limite do relatório	
3.5	Processo para definição do conteúdo	13
3.6	Limite do relatório	12
3.7	Limitações quanto ao escopo ou limite	12
3.8	Base para consideração de <i>joint ventures</i> e subsidiárias	12
3.9	Técnicas de medição de dados	12, 86 a 88
3.10	Reformulações de informações publicadas anteriormente	13
3.11	Mudanças no escopo, limites ou método de medição	13
3.12	Sumário de conteúdo GRI	72
3.13	Verificação externa de dados	12

CORRESPONDÊNCIA COM PACTO GLOBAL

CORRESPONDÊNCIA COM PACTO GLOBAL	PRINCÍPIO PACTO GLOBAL	PÁG.
	Governança, compromissos e engajamento	
4.1	Estrutura de governança	25
4.2	Presidência do Conselho de Administração	25
4.3	Membros independentes ou não-executivos no Conselho de Administração	25
4.4	Mecanismos para recomendações a órgãos de governança	25
4.5	Relação entre remuneração e desempenho da organização	Não há participação dos membros do CA nos lucros
4.6	Processos para evitar conflitos de interesse	25
4.7	Processos para qualificações dos membros do Conselho de Administração	Não há processo estruturado
4.8	Missão, Visão, Princípios, Valores e Código de Conduta	7, 27
4.9	Supervisão do desempenho econômico, social e ambiental	25
4.10	Auto-avaliação do desempenho do Conselho de Administração	Não há processo estruturado
	Compromissos com iniciativas externas	
4.11	Princípio da precaução	7 39
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas externas	19 a 21
4.13	Participação em associações	17
	Engajamento dos <i>stakeholders</i>	
4.14	Relação dos grupos engajados pela empresa	15 a 17
4.15	Base para identificação e seleção	15 a 17
4.16	Abordagens para o engajamento	15 a 17
4.17	Principais temas e preocupações	15

INDICADORES DE DESEMPENHO

DMA: sigla em inglês para *Disclosure on Management Approach*, que traz as referências específicas sobre as formas de gestão da companhia para cada categoria de indicadores GRI.

CORRESPONDÊNCIA COM PACTO GLOBAL		PRINCÍPIO PACTO GLOBAL	MATERIALIDADE	PÁG.
DESEMPENHO ECONÔMICO				
DMA Formas de gestão			12, 13, 19, 23, 25, 28, 29, 35, 39, 40, 41, 77, 86, 87, 88, 97, 117	
ES	EC1	Valor econômico gerado e distribuído		34
ES	EC2	Riscos e oportunidades relacionados a mudanças climáticas	7	55
ES	EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão		44, 107 a 109
ES	EC4	Ajuda financeira recebida do governo		61
Presença de mercado				
AD	EC5	Proporção entre salário mais baixo e salário mínimo	7	44, 45
ES	EC6	Políticas e gastos com fornecedores locais		48
ES	EC7	Procedimentos para contratação local	6	44
Impactos econômicos indiretos				
ES	EC8	Investimentos em infra-estrutura para benefício público		61, 62, 71
AD	EC9	Impactos econômicos indiretos significativos		-
DESEMPENHO AMBIENTAL				
DMA Formas de gestão			12, 13, 19, 25, 28, 39, 41, 55, 57, 59, 70, 77, 116	
Materiais				
ES	EN1	Materiais usados	8	-
ES	EN2	Materiais provenientes de reciclagem	8 e 9	-
Energia				
ES	EN3	Consumo de energia direta	9	56
ES	EN4	Consumo de energia indireta	9	-
AD	EN5	Energia economizada	8 e 9	56
AD	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia	9	68, 71
AD	EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta	8 e 9	56
Água				
ES	EN8	Total de água por fonte	8	56
AD	EN9	Fontes hídricas afetadas	8	56
AD	EN10	Percentual de água reciclada e reutilizada	8 e 9	-
Biodiversidade				
ES	EN11	Localização e tamanho de área possuída	8	58
ES	EN12	Impactos na biodiversidade	8	58, 59
AD	EN13	Habitats protegidos ou restaurados	8	-
AD	EN14	Gestão de impactos na biodiversidade	8	59
AD	EN15	Número de espécies ameaçadas	8	58, 59

ES Essencial AD Adicional

Emissões, efluentes e resíduos

ES	EN16 Total de emissões de gases de efeito estufa	8	57
ES	EN17 Outras emissões relevantes de gases de efeito estufa	8	57
AD	EN18 Iniciativas para reduzir emissões de gases do efeito estufa	7, 8 e 9	-
ES	EN19 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio	8	57
ES	EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas	8	57
ES	EN21 Descarte total de água	8	57
ES	EN22 Peso, tipo e destinação de resíduos	8	58
ES	EN23 Derramamentos significativos	8	58
AD	EN24 Resíduos transportados	8	58
AD	EN25 Identificação e status de proteção de fontes hídricas	8	-

Produtos e serviços

ES	EN26 Iniciativas para mitigar impactos ambientais de produtos e serviços	7, 8 e 9	59
ES	EN27 Produtos e embalagens recuperados	8 e 9	Não aplicável

Conformidade

ES	EN28 Valor monetário de multas significativas	8 e 9	59
----	-----------------------------------------------	-------	----

Transporte

AD	EN29 Impactos do transporte	8 e 9	-
----	-----------------------------	-------	---

Geral

AD	EN30 Investimento em proteção ambiental	7, 8 e 9	55
----	-----------------------------------------	----------	----

PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE

DMA Formas de gestão

12, 13, 19, 25, 28, 29, 39, 43, 44, 46, 47, 77, 88, 108

Emprego

ES	LA1 Trabalhadores por tipo de emprego e região		43
ES	LA2 Rotatividade	6	43
AD	LA3 Benefícios a empregados		45

Relações com a empresa

ES	LA4 Acordos de negociação coletiva	1, 3	48
ES	LA5 Prazo para notificação sobre mudanças na operação	3	48

Saúde e segurança

AD	LA6 Representação em comitês de saúde e segurança	1, 3	47
ES	LA7 Acidentes e doenças ocupacionais	1	49
ES	LA8 Educação e treinamento	1	47, 49
AD	LA9 Saúde e segurança em acordos com sindicatos	1	48

ES Essencial AD Adicional

Treinamento e educação			
ES	LA10 Horas de treinamento	6	49
AD	LA11 Gestão de competências e aprendizagem contínua		45 e 46
AD	LA12 Análise de desempenho		46 e 47
Diversidade e igualdade de oportunidades			
ES	LA13 Composição dos grupos responsáveis pela governança	1, 6	25, 26 e 46
ES	LA14 Proporção de salários entre homens e mulheres	1, 6	46

DIREITOS HUMANOS

DMA Formas de gestão			12, 13, 19, 25, 28, 29, 39, 48, 77
Investimentos e processos de compra			
ES	HR1 Contratos de investimentos com cláusulas de Direitos Humanos	1, 2, 3, 4, 5 e 6	-
ES	HR2 Contratos de fornecedores com cláusulas de Direitos Humanos	1, 2, 3, 4, 5 e 6	48
AD	HR3 Treinamento em Direitos Humanos	1, 2, 3, 4, 5 e 6	-
Não-discriminação			
ES	HR4 Casos de discriminação e medidas tomadas	1, 2 e 6	Não foram registrados -
Liberdade de associação e negociação coletiva			
ES	HR5 Operações com risco à liberdade de associação e negociação coletiva	1, 2 e 3	44 e 48
Trabalho infantil			
ES	HR6 Operações com risco de trabalho infantil	1, 2 e 5	44 e 48
Trabalho forçado ou escravo			
ES	HR7 Operações com risco de trabalho forçado ou análogo	1, 2 e 4	44 e 48
Práticas de segurança			
AD	HR8 Treinamento da segurança em direitos humanos	1 e 2	-
Direitos indígenas			
AD	HR9 Direitos dos povos indígenas	1 e 2	-

SOCIEDADE

DMA Formas de gestão			12, 13, 19, 25, 28, 29, 33, 39, 61, 64, 77
Comunidade			
ES	SO1 Gestão do impacto das operações nas comunidades		61
Corrupção			
ES	SO2 Avaliação de risco relacionado à corrupção	10	28
ES	SO3 Treinamento em políticas anticorrupção	10	28
ES	SO4 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	10	Não foram registradas denúncias comprovadas -
Políticas públicas			
ES	SO5 Participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10	62
AD	SO6 Contribuições a partidos políticos		28

ES Essencial AD Adicional

Concorrência desleal

AD	SO7 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	28
----	------------------------------------------------------------------------------	----

Conformidade

ES	SO8 Multas e sanções não-monetárias por não-conformidade a leis e regulamentos	Não foram registradas	-
----	--------------------------------------------------------------------------------	-----------------------	---

RESPONSABILIDADE SOBRE O PRODUTO

DMA Formas de gestão 12, 13, 19, 25, 28, 29, 32, 33, 38, 39, 40, 51-53, 67, 68, 70, 71, 77

Saúde e segurança do cliente

ES	PR1 Avaliação de melhoria ao longo do ciclo de vida dos produtos	1	51, 53
AD	PR2 Casos de não-conformidade em relação a códigos voluntários relacionados à saúde e segurança do consumidor	8	Não foram registradas não-conformidades

Rotulagem de produtos e serviços

ES	PR3 Procedimentos de rotulagem de produtos e serviços	1	53
AD	PR4 Não-conformidades em relação à rotulagem	8	53
AD	PR5 Práticas e pesquisas relacionadas à satisfação do cliente		52, 53

Comunicação de marketing

ES	PR6 Adesão a leis, normas e códigos voluntários de comunicação e marketing		53
AD	PR7 Não-conformidade com códigos voluntários de marketing		53

Privacidade do cliente

AD	PR8 Reclamações relacionadas à violação da privacidade de clientes	1	53
----	--------------------------------------------------------------------	---	----

Conformidade

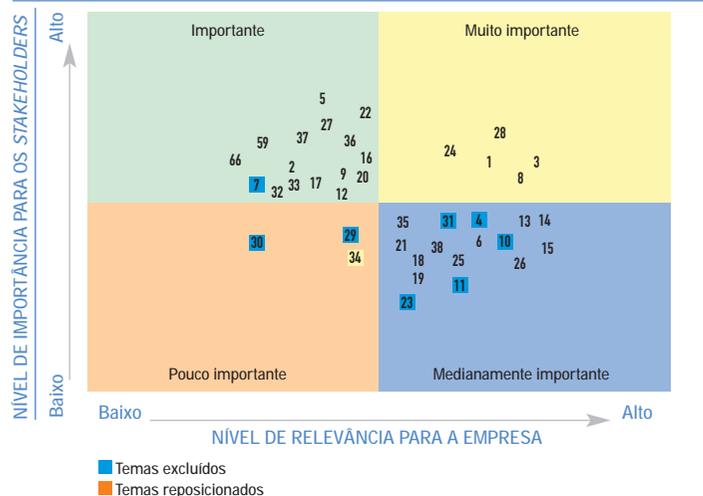
ES	PR9 Multas relacionadas ao fornecimento e uso dos produtos e serviços		53
----	-----------------------------------------------------------------------	--	----

ES Essencial AD Adicional

NÍVEL DE APLICAÇÃO GRI

	C	C+	B	B+	A	A+
Autodeclarado		auditado externamente		auditado externamente		auditado externamente
Examinado por terceiros						
Examinado pela GRI				auditado externamente		auditado externamente

MATRIZ DA MATERIALIDADE



CLASSIFICAÇÃO DOS TEMAS NOS QUADRANTES

TEMA	INDICADOR GRI
Muito importante	
1. Resultados financeiros no período	2.8
3. Valor econômico gerado e distribuição (impostos, receitas, investimentos, etc.)	EC1
8. Programas de universalização	EC4, EC8
24. Transparência e ampla divulgação de informações	2.8, 4.4, 4.6
28. Impactos das instalações no meio ambiente	EN26
Importante	
2. Gestão de risco	1.2, 4.11
5. Investimentos em infra-estrutura e serviços	EC8
7. Incentivos governamentais	EC4
9. Investimentos sociais (programas)	SO1, EC8
12. Fontes alternativas de energia	EN6
16. Eficiência na distribuição	EN6, EN7
17. Relacionamento com os clientes	PR5
20. Qualidade de vida dos colaboradores	LA8

22. Saúde e segurança	LA6, LA7, LA8
27. Gestão ambiental	EN26, EN30
32. Trabalho infantil	HR6
33. Trabalho escravo	HR7
36. Desenvolvimento de fornecedores locais	EC6, HR2
37. Impostos	EC1

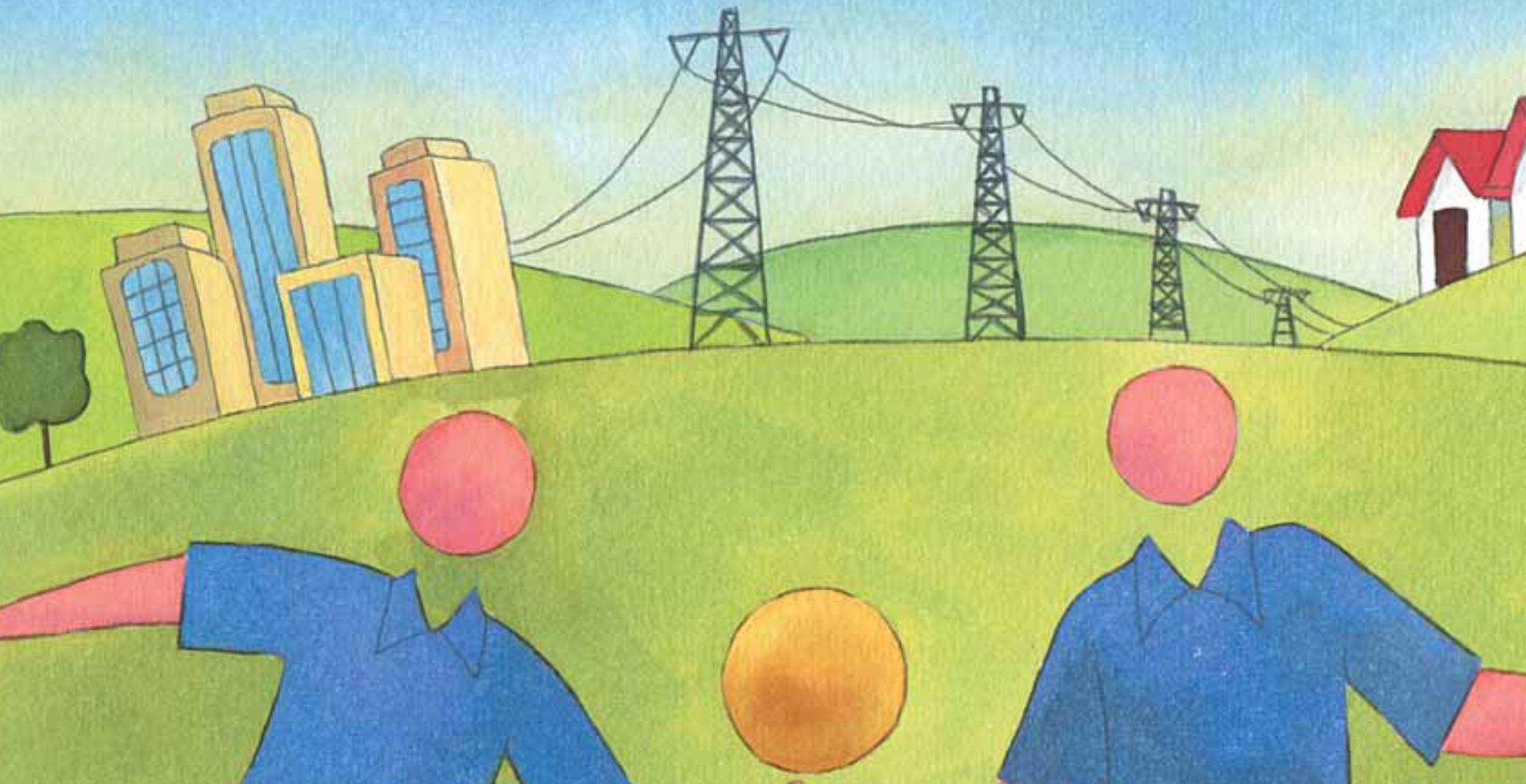
Medianamente importante

4. Investimentos e riscos associados a mudanças climáticas	EC2
6. Presença no mercado	EC6, EC7
10. Investimentos culturais	EC8
11. Voluntariado	EC8, SO1
13. Consumo consciente	EN6
14. Eficiência na geração	
15. Eficiência na distribuição	EN6, EN7
18. Colaboradores terceirizados	EC7, LA1, LA14, HR4
19. Remuneração e benefícios	LA3
21. Diversidade	LA13, LA14
23. Suborno e corrupção	SO2 a SO4
25. Cumprimento legal (normas e legislação)	SO8
26. Código de ética	4.8
29. Emissões atmosféricas	EN16 a EN20
30. Ecoeficiência	EN1 a EN10, EN16 a EN20
31. Biodiversidade	EN11 a EN15
34. Direitos indígenas	HR9
35. Critérios socioambientais para fornecedores	HR2, HR5, HR6, HR7
38. Apoio a políticas públicas	EC8, SO5

Pouco importante

29. Emissões atmosféricas	EN16 a EN20
30. Ecoeficiência	EN1 a EN10, EN16 a EN20
34. Direitos indígenas	HR9

Demonstrações financeiras



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
CIRCULANTE					
Disponibilidades		16.616	1.550	141.462	273.607
Aplicações financeiras	06	3.249	144.948	908.383	549.978
Consumidores, concessionárias e permissionárias	07	-	-	1.758.727	1.603.564
Provisão para devedores duvidosos	07	-	-	(510.883)	(560.546)
Ativos regulatórios	05	-	-	416.361	444.802
Rendas a receber	08	-	-	119.678	63.082
Serviços em curso		-	-	14.525	16.060
Estoques		-	-	6.195	5.583
Devedores diversos	09	-	-	26.075	29.584
Transações com partes relacionadas	19	704	2.590	42.421	30.393
Tributos a compensar	11	6.767	2.509	289.894	314.154
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	10	-	-	170.241	99.480
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		298.249	141.161	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	12.573	12.088
Outros		12	285	43.869	30.576
		325.597	293.043	3.439.521	2.912.405
NÃO-CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Transações com partes relacionadas	19	223.342	223.342	449.041	496.850
Consumidores, concessionárias e permissionárias	07	-	-	36.507	28.439
Ativos regulatórios	05	-	-	231.820	437.447
Tributos a compensar	11	-	-	114.994	126.182
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	10	-	-	644.535	793.195
Despesas pagas antecipadamente		-	-	5.980	7.788
Outros créditos		-	-	28.011	25.349
Investimentos					
Controladas e coligadas	12	3.204.827	3.039.339	-	-
Outros investimentos	12	117	10	1.857	1.741
Imobilizado	13	2.444	1.050	5.924.810	5.673.186
Intangível	13	-	-	87.304	69.563
Ágio/Deságio	12	477.644	606.020	1.405.060	1.572.592
Diferido		-	-	11.280	7.787
		3.908.374	3.869.761	8.941.199	9.240.119
TOTAL DO ATIVO		4.233.971	4.162.804	12.380.720	12.152.524

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	1.413	394	462.994	426.097
Folha de pagamento		97	540	16.768	20.834
Encargos de dívidas	14	-	-	31.600	9.154
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	295.084	148.330
Debêntures	15	-	-	329.986	45.465
Passivos regulatórios	05	-	-	274.871	236.917
Contas a pagar de operações com derivativos	17	-	-	37.943	5.551
Tributos e contribuições sociais	18	1.446	148	254.404	615.635
Participações dos empregados		-	-	6.409	7.653
Dividendos a pagar		264.544	1.067	441.884	121.977
Juros sobre o capital próprio, liq. de Imposto de Renda retido na fonte		-	-	-	70.908
Taxa de iluminação pública arrecadada		-	-	10.454	7.993
Obrigações estimadas	20	-	-	20.539	21.337
Provisão para contingências	25	-	-	1.884	1.615
Obrigações com benefícios pós-emprego	24	-	-	33.454	40.601
Transações com partes relacionadas	19	2.329	2.125	172.796	211.910
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	10	-	-	69.402	58.742
Parcelamento especial	23	-	-	21.519	21.782
Eficiência e Pesquisa Energética	21	-	-	121.397	122.387
Taxas regulamentares		-	-	23.823	39.926
Outras obrigações	22	-	-	84.931	49.133
		269.829	4.274	2.712.142	2.283.947
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo:					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	2.000.536	1.604.993
Debêntures	15	-	-	493.598	774.785
Passivos regulatórios	05	-	-	55.263	95.311
Contas a pagar de operações com derivativos	17	-	-	24.774	11.512
Parcelamento especial	23	-	-	121.024	135.666
Obrigações com benefícios pós-emprego	24	-	-	185.384	187.683
Transações com partes relacionadas	19	-	-	525.592	603.275
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	10	-	-	82.421	172.247
Tributos e contribuições sociais	18	-	-	8.442	8.664
Provisão para contingências	25	-	-	510.985	539.459
Obrigações com o IFC - capital	26	111.025	111.025	111.025	111.025
Outras obrigações	22	-	-	1.643	4.205
		111.025	111.025	4.120.687	4.248.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
> Resultado de Exercícios Futuros		-	-	517.267	517.267
Participação dos acionistas não-controladores		-	-	477.763	434.728
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	26	916.878	916.878	916.878	916.878
Ações resgatáveis no futuro	26	(111.025)	(111.025)	(111.025)	(111.025)
Reservas de capital		3.004.144	3.004.144	3.004.144	3.004.144
Reserva legal	26	43.120	19.586	43.120	19.586
Reserva de lucros a realizar		-	217.922	-	217.922
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.853.117	4.047.505	3.853.117	4.047.505
Participações da Endesa, em controladas, ainda não contribuídas à Endesa Brasil S.A.	04	-	-	699.744	620.252
Total sob controle da Endesa				4.552.861	4.667.757
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.233.971	4.162.804	12.380.720	12.152.524

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
		(Reclassificado)	(Reclassificado)	(Reclassificado)	(Reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL:					
Fornecimento de energia elétrica:					
Consumidores, concessionários e permissionários	27	-	-	5.360.744	5.309.754
Baixa renda	27	-	-	266.912	154.001
Ativo regulatório reposicionamento tarifário	27	-	-	(115.731)	(126.899)
Recuperação do ativo regulatório	27	-	-	(77.044)	(118.459)
Suprimento de energia elétrica	27	-	-	1.245.379	687.933
Receita de uso da rede elétrica	27	-	-	197.644	264.603
Outras receitas	27	-	-	133.939	90.678
Total		-	-	7.011.843	6.261.611
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL					
ICMS	27	-	-	(1.369.410)	(1.320.799)
PIS	27	-	-	(46.166)	(81.613)
Cofins	27	-	-	(309.987)	(353.177)
ISS	27	-	-	(3.308)	(2.550)
Quota para reserva global de reversão	27	-	-	(62.585)	(62.147)
Encargos de capacidade emergencial	27	-	-	(4)	(1.044)
Subvenções CCC/CDE	27	-	-	(220.595)	(306.205)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	27	-	-	(35.398)	(27.584)
Total		-	-	(2.047.453)	(2.155.119)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		-	-	4.964.390	4.106.492
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia elétrica comprada para revenda	28	-	-	(2.161.026)	(1.576.331)
Encargos de uso da rede de transmissão	28	-	-	(103.506)	(111.866)
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e administradores	29	-	-	(149.120)	(133.365)
Entidade de previdência privada	29	-	-	(12.298)	(12.218)
Material	29	-	-	(14.776)	(11.339)
Insumos para produção de energia elétrica	29	-	-	(24.022)	(10.527)
Serviços de terceiros	29	-	-	(230.693)	(206.829)
Depreciação e amortização	29	-	-	(314.407)	(318.902)
Outras	29	-	-	(19.474)	(29.665)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 2007 2006 (Reclassificado)	Consolidado 2007 2006 (Reclassificado)
> CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS A TERCEIROS	29	-	(11.716)
Total		-	(3.041.038)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	1.923.352
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	29	-	(80.888)
Despesas gerais e administrativas	29	(18.229)	(15.861)
Encargo de Serviços do Sistema	29	-	(15.463)
Taxa de fiscalização Aneel	29	-	(13.284)
Compensação financeira por utilização de recursos hídricos	29	-	(15.470)
Depreciação e amortização	29	(167)	(105)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29	-	(144.910)
Outras	29	-	(28.445)
Total		(18.396)	(15.966)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DAS PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES		(18.396)	1.390.699
		(15.966)	1.082.974

	Nota explicativa	Controladora 2007 2006	Consolidado 2007 2006
RESULTADO FINANCEIRO			
Renda de aplicações financeiras	29	7.307	3.015
Acréscimo moratório em conta de energia	29	-	-
Encargos de dívidas	29	-	-
Variações monetárias e cambiais com empresas relacionadas	29	-	-
Variações monetárias e cambiais	29	-	-
Atualização do ativo regulatório	29	-	-
Encargos sobre debêntures	29	-	-
Perda líquida em operações com derivativos	29	-	-
Encargos financeiros	29	(1.510)	-
Transações com partes relacionadas	29	36.966	11.557
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	29	-	-
Total		42.763	14.572
RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES			
Equivalência Patrimonial	12	580.658	505.814
Amortização do ágio	12	(128.376)	(128.376)
		452.282	377.438
RESULTADO OPERACIONAL		476.649	376.044
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	30	-	-
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, DO IMPOSTO DE RENDA E DAS PARTICIPAÇÕES		476.649	376.044
Contribuição Social	10	(1.621)	-
Imposto de Renda	10	(4.352)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	10	-	-
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		470.676	376.044
Participação nos lucros		-	-
Participação dos acionistas não-controladores		-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		470.676	376.044
Participações societárias contribuídas à Endesa Brasil S.A.		-	-
Participações societárias da Endesa, em controladas, ainda não contribuídas à Endesa Brasil S.A.	04	-	-

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais) - Controladora

	Capital social	Ações resgatáveis no futuro	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reservas de Lucros a Realizar	Lucros acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	805.853	-	3.004.144	686	783	14.884	-	3.826.350
Integralizações de capital - IFC	111.025	(111.025)	-	-	-	-	-	-
Reversão de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(14.884)	-	(14.884)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(686)	-	-	(4.203)	(4.889)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(135.116)	(135.116)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	376.044	376.044
Reserva legal	-	-	-	-	18.803	-	(18.803)	-
Destinação para reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	217.922	(217.922)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	916.878	(111.025)	3.004.144	-	19.586	217.922	-	4.047.505
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	470.676	470.676
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(217.922)	(185.078)	(403.000)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(262.041)	(262.041)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	(23)	(23)
Reserva legal	-	-	-	-	23.534	-	(23.534)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	916.878	(111.025)	3.004.144	-	43.120	-	-	3.853.117

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ORIGENS				
Das operações:				
Lucro líquido do exercício	470.676	376.044	470.676	376.044
Despesas (receitas) que não afetam insuficiência do capital circulante				
Depreciação e amortização	128.543	128.481	506.942	511.457
Variação monetária e cambial de longo prazo	-	-	(41.031)	(32.942)
Provisões diversas	-	-	27.978	(223.174)
Resultado de participação societária (líquido dos dividendos)	(165.511)	(104.611)	-	-
Juros líquidos provisionados no longo prazo	-	(11.557)	25.719	55.443
Recomposição tarifária de longo prazo	-	-	(14.276)	(30.650)
Custo líquido dos bens baixados do ativo imobilizado	-	-	24.156	27.445
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	-	-	18.665	(57.435)
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	252.638	230.717
Baixa de depósitos vinculados a litígio	-	-	5.722	(153)
Obrigações com benefício pós-emprego	-	-	4.869	(5.649)
Despesas antecipadas	-	-	(14.047)	(130.478)
Outras	-	-	10.559	21.736
	433.708	388.357	1.278.570	742.361
De terceiros:				
Obrigações vinculadas à concessão	-	-	175.766	102.134
Transferência do passivo circulante para não-circulante	-	-	214.171	252.897
Transferência de ativos de não-circulante para o circulante	-	-	505.755	534.161
Redução do não-circulante	-	11.557	45.180	204.764
Emissão de debêntures	-	-	-	370.000
Empréstimos obtidos	-	-	746.456	1.063.226
Outros	-	111.025	30.594	237.291
	-	122.582	1.717.922	2.764.473
TOTAL DAS ORIGENS	433.708	510.939	2.996.492	3.506.834

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
APLICAÇÕES				
Depósito judicial	-	-	9.490	31.798
No realizável a longo prazo	-	223.342	181.354	168.751
No imobilizado	1.561	1.009	808.352	798.558
No intangível	-	-	25.966	9.639
No diferido	-	-	6.970	8.093
No Investimento	107	10	107	10
Transferência do passivo não-circulante para o circulante	-	-	983.790	1.530.502
Transferência de ativos circulante para não-circulante	-	-	16.673	100.912
Redução do passivo não-circulante	-	-	60.628	118.163
Dividendos e juros sobre o capital próprio	665.041	150.000	793.539	273.819
Outras aplicações	-	402	10.702	12.496
TOTAL DAS APLICAÇÕES	666.709	374.763	2.897.571	3.052.741
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	(233.001)	136.176	98.921	454.093
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE				
ATIVO CIRCULANTE				
No início do período	293.043	153.620	2.912.405	3.058.441
No fim do período	325.597	293.043	3.439.521	2.912.405
	32.554	139.423	527.116	(146.036)
PASSIVO CIRCULANTE				
No início do período	4.274	1.027	2.283.947	2.884.076
No fim do período	269.829	4.274	2.712.142	2.283.947
	265.555	3.247	428.195	(600.129)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	(233.001)	136.176	98.921	454.093

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Endesa Brasil S.A. (“Endesa Brasil” ou “Sociedade”) tem como objetivo social a participação acionária em outras companhias e sociedades que atuam ou venham a atuar, direta ou indiretamente, em qualquer segmento no setor elétrico, prestação de serviços de transmissão, distribuição, geração ou comercialização de energia elétrica e atividades afins.

A Endesa implementou uma reorganização societária em 2005 de forma a:

- tornar a Endesa Brasil responsável por projetar e implementar sua estratégia de crescimento no Brasil;
- otimizar a alocação de recursos nas companhias que fazem parte da Endesa no Brasil para reduzir os custos de financiamento;
- obter vantagens das sinergias presentes entre suas operações de distribuição, geração e comércio em atividades relacionadas a compras e regulamentação, para melhorar o retorno sobre o capital investido;
- reestruturar a organização vertical de suas operações para cumprir as exigências da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico;
- criar um relacionamento e diálogo mais coeso com o órgão regulador do setor de energia elétrica brasileiro, a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel; e
- criar um veículo de financiamento mais atrativo.

A Sociedade possui participações nas seguintes subsidiárias operacionais por segmento:

a) Atividade de Distribuição

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Ampla”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cuja concessão é válida até 9 de dezembro de 2026, prorrogável por até 30 anos. Este contrato definiu as áreas de distribuição de energia a serem atendidas. A área de concessão da Ampla contempla 66 municípios e aproximadamente 2,4 milhões de consumidores. A Endesa Brasil possui uma participação direta de 46,9% da Ampla. Outros 45,04% pertencem a empresas controladas direta ou indiretamente pela Endesa na Espanha.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ S.A. (“Coelce”)

É uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, cujo contrato de concessão é válido até 13 de Maio de 2028, prorrogável por até 30 anos. A área de concessão da Coelce abrange todo o Estado do Ceará (187 municípios) e atinge aproximadamente 2,5 milhões de consumidores. A Endesa Brasil possui, entre participações diretas e indiretas, 48,0% do capital votante da Coelce.

b) Atividade de Geração

CENTRAIS ELÉTRICAS CACHOEIRA DOURADA S.A.

A Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (“Endesa Cachoeira”) é uma sociedade por ações de capital fechado, cuja concessão de geração de energia elétrica é válida até 12 de setembro de 2027.

A Endesa Cachoeira possui uma hidrelétrica no Estado de Goiás, com 658 MW anual de potência instalada, fruto de cisão da Companhia Energética de Goiás – CELG, na qual foram transferidos, em 31 de outubro de 1996, os bens patrimoniais do sistema de geração da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada para a nova sociedade constituída. A Endesa Brasil detém uma participação direta de 99,6% na Endesa Cachoeira.

COMPANHIA GERADORA TÉRMICA FORTALEZA S.A.

A Companhia Geradora Térmica Fortaleza (“Endesa Fortaleza”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em agosto de 2001. A companhia possui uma Termoelétrica no Estado do Ceará com capacidade instalada anual de 347 MW, e está incluída no Programa Prioritário de Termoeletricidade (“PPT”) do Governo Federal. A energia produzida pela Endesa Fortaleza é totalmente vendida à Coelce, com base em um contrato de “take or pay” de 20 anos, aprovado pela Aneel em agosto de 2001. A Endesa Fortaleza é controlada integral da Endesa Brasil, pois esta possui uma participação direta de 100% nesta companhia.

c) Atividades de Transmissão e Comercialização

COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA S.A.

A Companhia de Interconexão Energética S.A. (“Endesa CIEN”) é uma sociedade por ações de capital fechado, e possui 996 Km de linhas de transmissão de energia entre a Argentina e Estados localizados no Sul do Brasil, com potência instalada anual de transmissão de 2.050 MW. Em julho de 1997, a Endesa CIEN foi a vencedora de uma licitação internacional promovida pela Eletrobrás e suas subsidiárias Eletrosul e Furnas, para a construção de 507 Km de linhas de

transmissão para a importação de 1.000 MW de energia elétrica da Argentina pelo prazo de 20 anos. Em Dezembro de 1999, a Endesa CIEN assinou um contrato adicional para a construção de mais 489 Km de linhas de transmissão com a potência instalada anual de 1.050 MW. A Endesa CIEN foi considerada vencedora de uma concorrência internacional referente à Interligação Brasil-Argentina - compra de potência firme com energia associada importada da Argentina, instituída pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, através de suas subsidiárias Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - Eletrosul e Furnas Centrais Elétricas S.A.

Em virtude disso, a Endesa CIEN foi autorizada a construir um sistema de interconexão de energia elétrica entre o Brasil e a Argentina, com capacidade de 1.100 MW e linha de transmissão de energia elétrica entre a subestação de Rincón de Santa Maria (Argentina) e Itá (Brasil), perfazendo aproximadamente 500 km de extensão e importar 1.000 MW de energia elétrica procedente da Argentina, por um período de 20 anos.

Em 5 de maio de 1998, a Endesa CIEN firmou contratos para venda de potência firme com energia associada a Eletrosul, atual Tractebel Energia S.A. (300 MW) e Furnas (700 MW), pelo prazo de 20 anos, com início de suprimento a partir da entrada em operação comercial, que ocorreu em junho de 2000. Em 13 de dezembro de 1999, foi firmado um contrato para a venda de energia elétrica de 800 MW com a COPEL e, em consequência, iniciou-se a construção de um segundo sistema de interconexão de energia elétrica, com as mesmas características e capacidade do primeiro sistema, iniciando suas operações em maio de 2002. Em 31 de dezembro de 2002, a Endesa CIEN firmou contrato de venda de energia elétrica de 200 MW junto à Ampla, por um prazo de 20 anos, tendo iniciado o suprimento a partir de janeiro de 2003.

Posteriormente, em julho de 2003 foi firmado também com a Ampla um contrato de fornecimento de energia elétrica de 84MW por 15 anos, com início de suprimento em janeiro de 2004. Em 10 de dezembro de 2003, foi firmado aditivo ao contrato com a COPEL, alterando o contrato de venda de potência firme de 800 MW para 400 MW de energia contratada ao fator de carga 1:1, com prazo de suprimento até 2015, conforme as opções já exercidas pelas empresas em 2005.

Já em março de 2005, o Ministério das Minas e Energia – MME emitiu portaria específica, no que foi acompanhada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, através de uma nova resolução, reduzindo temporariamente os limites de disponibilização de geração e garantia física de energia, assim como de potência associada para 400 MW. Em junho de 2006, a Aneel emitiu a Resolução Normativa nº 224/2006 reduzindo a “zero” os limites de disponibilidade e geração e garantia física de energia. Para possibilitar o respaldo a estes contratos, a Endesa CIEN mantém contratos de compra de potência e energia associada na Argentina com as empresas relacionadas CEMSA (1.306

MW) e com a Central Costanera (500 MW), por um prazo de 20 anos, através das suas controladas integrais CTM – Compañía de Transmisión del Mercosur S.A. e TESA – Transportadora de Energia S.A., constituídas para suportar sua operação de transmissão de energia elétrica na Argentina.

A Endesa CIEN é controlada integral da Endesa Brasil, pois esta detém uma participação direta de 100% nesta companhia. A Endesa CIEN administra uma carteira de clientes livres com a comercialização de aproximadamente 343.934 MW/h anual.

Em 2005, o mercado de energia na Argentina apresentou problemas na oferta devido à falta de combustível (gás). Isto gerou preocupação às autoridades no Brasil, que começaram a questionar a capacidade da CEMSA e COSTANERA, fornecedores de energia argentinos da Endesa CIEN, para fazer frente à quantidade demandada de energia contratada pela Endesa CIEN.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel submeteu a Endesa CIEN a um teste, cuja validade é questionada pela mesma. Nesta convocação, CEMSA e COSTANERA não conseguiram exportar a energia prevista nos contratos. Por esse problema, as autoridades no Brasil reduziram os limites de disponibilidade de geração e garantia física de energia e potência associada para a Endesa CIEN. Tal redução foi questionada pela Endesa CIEN através de um recurso administrativo, ainda pendente de decisão na Aneel. Por razões contratuais e conjunturais, a Endesa CIEN é obrigada a importar energia do mercado argentino, significando isto que não existe a possibilidade de comprar energia no mercado brasileiro para compensar a falta de entrega da CEMSA e Costanera para atender a demanda de energia de Furnas e Tractebel, clientes da Endesa CIEN, a quem está destinada à energia em questão.

CEMSA e COSTANERA alegam razões de força maior decorrentes de mudanças na regulamentação da Argentina que obrigam os mesmos a abastecer o mercado argentino em detrimento do brasileiro. É importante ressaltar que a ocorrência de força maior, embora exima a Endesa CIEN da responsabilidade pelo não cumprimento das obrigações, permite a rescisão do contrato entre a CEMSA e Costanera e a Endesa CIEN. Por outro lado, o contrato que a Endesa CIEN assinou com Furnas e Tractebel permite que, em caso de rescisão por força maior, referidas revendedoras possam exercer o direito de adquirir a Linha I de transmissão, ressarcindo a companhia pelo valor do custo total desta linha em 240 pagamentos mensais.

A falta de cumprimento do contrato por parte de CEMSA e COSTANERA expõe a Endesa CIEN a eventuais ações judiciais por parte de Furnas e Tractebel. Todavia, com base na opinião de sua assessoria jurídica interna e de advogados especialistas nesta matéria, contratados para opinar sobre esta contingência específica, a companhia considera ter razoável possibilidade de êxito, no caso de Furnas e Tractebel iniciarem litígios para cobrança de penalidades devido aos fatores que se seguem:

- Foram tomadas precauções razoáveis para garantir o cumprimento deste contrato sem que tenha havido participação da companhia para a ocorrência dos eventos que conduziram ao não cumprimento;
- Foi firmado um acordo de entendimentos entre os governos do Brasil e da Argentina, no qual foi reconhecida a existência de uma crise no sistema de energia elétrica argentino, bem como estabelecido um prazo transitório até o ano de 2008 para a solução da situação do contrato entre Endesa CIEN e CEMSA e Costanera;
- Em 27 de junho de 2006, a Aneel emitiu o Ofício nº 056/2006 à Câmara de Comércio de Energia Elétrica do Brasil - CCEE para que não fosse emitida nenhuma notificação de penalidade à companhia, enquanto estiverem pendentes de decisão os dois recursos administrativos apresentados.
- Os advogados da Aneel prepararam parecer eximindo a companhia de qualquer responsabilidade pelo não cumprimento do contrato.
- Em 28 de novembro de 2006, o MME emitiu a Portaria nº 294/2006, a qual reconheceu a incapacidade de CIEN efetuar as importações de energia da Argentina por razões extraordinárias e imprevisíveis.
- 10 de abril de 2007, a Aneel emitiu Despacho 1.085 o qual eliminou as penalidades por falta de garantia física de energia que pudesse ser imputada à controlada Endesa CIEN e estendeu a referida isenção de penalidade a Furnas e Tractbel.

Com a redução do limite de disponibilidade de geração e garantia física de energia e de potência associada para “zero”, a controlada Endesa CIEN vem buscando com a Aneel e o MME reestruturar seu negócio de forma a obter uma remuneração permanente baseada na disponibilização de suas instalações para os intercâmbios de energia entre países e não mais baseada na comercialização dessa energia. Neste sentido, a companhia vem renegociando os contratos existentes de venda de energia elétrica e, ao mesmo tempo, vem buscando uma forma de remuneração compatível com sua realidade de transmissora internacional. A expectativa da companhia é ter esta nova estrutura de negócio definida ao longo do exercício de 2008.

d) “Holdings”

AMPLA INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A.

A Ampla Investimentos e Serviços S.A. (“Ampla Investimentos”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 29 de dezembro de 2005, com o intuito de receber a parcela cindida do patrimônio líquido da Ampla não oriunda de sua atividade de distribuição de energia elétrica estabelecida em seu contrato de concessão pública, por conta das determinações da Lei nº 10.848/04 que estabeleceu a obrigatoriedade de segregação das atividades de distribuição daquelas de geração, transmissão e outras.

A Endesa Brasil possui participação direta de 46,9% da Ampla Investimentos. Outros 45,04% pertencem a empresas controladas direta ou indiretamente pela Endesa na Espanha. A Ampla Investimentos atua como uma empresa *holding*, possuindo basicamente a participação societária de 36,4% no capital da Investluz S.A., transferida da Ampla na supracitada data. A Investluz S.A., por sua vez, possui 56,6% do capital da Companhia Energética do Ceará S.A. (“Coelce”).

INVESTLUZ S.A.

A Investluz S.A. (“Investluz”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 5 de março de 1999 e que tem como objeto social participar do capital da Coelce e em outras sociedades, no Brasil e no exterior. Atualmente, a Investluz detém participação no capital da Coelce em percentual de 56,6%. A Endesa Brasil possui participação direta na Investluz em percentual de 63,6%.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com as normas específicas, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e do Instituto dos Auditores Independentes – IBRACON.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Aplicações financeiras

Os fundos de investimento e demais aplicações financeiras estão registradas ao custo, possuem liquidez diária e estão acrescidas as respectivas remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até cada data-base de apresentação das demonstrações financeiras, não excedendo o seu valor de mercado.

b) Consumidores, concessionárias e permissionárias

Incluem os créditos faturados e a energia consumida e não faturada a consumidores finais e concessionárias revendedoras e os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, contabilizados de acordo com o regime de competência e apresentados nas demonstrações financeiras.

c) Provisão para devedores duvidosos

A provisão para devedores duvidosos é calculada em valor considerado pela Administração das companhias como suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber de consumidores, concessionários ou permissionários, assim como para os demais títulos a receber.

A provisão para devedores duvidosos das controladas Ampla e Coelce, é constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e para os saldos dos clientes das demais classes vencidos há mais de 360 dias (tais como entidades do setor público), bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes, conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A provisão para devedores duvidosos, registrada contabilmente pelas demais controladas da Endesa Brasil representa montante considerado pela Administração dessas companhias como suficiente para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

d) Estoques

Os materiais em estoques de operação e manutenção, classificados no ativo circulante assim como aqueles destinados a projetos contabilizados no ativo imobilizado do consolidado, estão avaliados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perda por obsolescência, quando aplicável.

e) Ativos e passivos regulatórios

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão das distribuidoras de energia elétrica e, ainda das geradoras, por conta das perdas no período do racionamento de energia elétrica, imposto pelo Governo Federal em 2001, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico-financeiro de cada concessão. Nas demonstrações financeiras consolidadas, são compostas, principalmente, por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos e incluem a Conta de Compensação da Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA e respectivos encargos, que serão apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente for faturada aos consumidores. Registra ainda os saldos a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias relativas à Recomposição da Receita (Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE).

f) Investimentos - controladora

Estão registrados aos seus respectivos custos de aquisição, deduzidos de provisões para redução aos seus valores de mercado, quando aplicável. Incluem também os ágios e os deságios registrados na transferência de ações para a Endesa Brasil, oriundos da diferença entre os valores em dólares históricos aportados na Sociedade pelos acionistas e o valor do patrimônio líquido contábil das referidas empresas, nas datas-

base da referida transferência. Os ágios serão amortizados pelo período de 10 anos, e os deságios na Endesa CIEN e Endesa Fortaleza, somente serão realizados quando da alienação dos respectivos investimentos.

g) Imobilizado

Está composto pelo custo de aquisição e/ou construção de suas controladas, deduzido da respectiva depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear em conformidade com as taxas de depreciação determinadas pela Aneel.

Os juros e demais encargos financeiros, como variações monetárias e cambiais, relacionados aos financiamentos obtidos de terceiros, aplicados nas imobilizações em curso das controladas Coelce, Endesa Cachoeira, Endesa CIEN e Endesa Fortaleza, estão capitalizados no consolidado como custo, de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade do Setor de Energia Elétrica. A controlada Ampla optou por capitalizar juros e demais encargos financeiros no ativo imobilizado até 30 de junho de 2003.

Adicionalmente, foram capitalizados pelas controladas Ampla e Coelce gastos administrativos às imobilizações e demais ordens em curso, por meio de rateio de 10% dos gastos com pessoal e serviços de terceiros a estas atribuíveis, conforme definido pela Aneel.

h) Diferido

Registra majoritariamente os gastos incorridos por suas controladas, durante o período pré-operacional dos projetos de expansão ou implantação de seus negócios em suas respectivas áreas de atuação.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido

São calculados e registrados individualmente pela Endesa Brasil e por suas controladas com base nas alíquotas vigentes de Imposto de Renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240) e Contribuição Social sobre o lucro líquido (9%) e consideram a absorção de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30%, para fins de determinação das exigibilidades, na data de elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

A controlada Endesa Cachoeira, em 2001, com o ingresso no programa REFIS da Secretaria da Receita Federal, optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para fins de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Os impostos diferidos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social são registrados no ativo e passivo e ajustados ao seu valor estimado com base nas projeções de resultados fiscais.

Os saldos de impostos diferidos em 31 de dezembro de 2007 incluem ainda um IR Diferido ativo (crédito fiscal) oriundo do ágio auferido na operação de incorporação pela controlada Coelce, da Distriluz Energia Elétrica S.A.. A realização deste crédito fiscal ocorrerá seguindo a sua projeção de rentabilidade futura até 2027.

j) Obrigações com benefícios pós-emprego

Consistem no passivo atuarial relativo aos planos de previdência complementar e planos médicos dos empregados da Ampla e da Coelce, registrados em regime de competência, com base em avaliação efetuada por atuário independente, em conformidade com a Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, que estabeleceu as normas para contabilização de benefícios pós-emprego concedidos a empregados.

k) Provisão para contingências

São reconhecidas mediante avaliação dos riscos em processo cuja probabilidade de perda é provável e quantificadas com base em pareceres jurídicos sobre o processo existentes na data do balanço.

l) Obrigações vinculadas à concessão

Em atendimento à instrução Contábil nº 6.3.23 do referido manual, as obrigações especiais vinculadas à concessão, correspondentes às contribuições recebidas dos governos (federal, estadual ou municipal), bem como dos consumidores em geral para investimentos realizado em instalações do sistema elétrico, são registrados nos livros em subgrupo específico do passivo não-circulante e apresentadas como conta redutora do ativo imobilizado.

m) Atualizações monetárias de direitos e obrigações

Os direitos e obrigações sujeitos a variações monetária e cambial, por força contratual ou dispositivo legal, estão atualizados até as datas dos balanços. Os passivos em moeda estrangeira são convertidos para reais de acordo com a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central, em cada data-base apresentada.

n) Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para devedores duvidosos;
- Provisão para crédito de recebimento da recuperação da recomposição tarifária extraordinária no prazo estabelecido pela Aneel;
- Provisão para contingências e obrigações com benefícios pós-emprego;
- Recuperação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos;

- Ativo Regulatório – Reposicionamento Tarifário;
- Amortização do ágio.

o) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não-circulantes estão atualizados até as datas dos balanços, quando legal ou contratualmente exigidos.

p) Participação dos acionistas não-controladores

Reflete a participação acionária de outros acionistas não pertencentes à Endesa Brasil, exceto pela participação acionária de 45,05% no capital da Ampla e da Ampla Investimentos, pertencente à Endesa, ainda não transferidos para a Endesa Brasil. Estas participações estão refletidas em linha específica no balanço patrimonial e na demonstração do resultado para as datas-base apresentadas.

q) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores da Ampla e da Coelce é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. Engloba ainda as receitas provenientes de energia faturada e não faturada das demais companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando-se a metodologia de somatório dos saldos integrais de ativos, passivos, receitas e custos e despesas, para cada data-base apresentada e para este somatório, foram aplicados os procedimentos abaixo descritos:

- Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das investidas da Endesa Brasil em contrapartida ao seu investimento societário;
- Eliminação das reavaliações do ativo imobilizado, das controladas Ampla e Endesa Cachoeira, a fim de harmonizar os princípios contábeis das investidas com aqueles adotados pela controladora;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- Destaque do valor da participação dos acionistas não-controladores nas demonstrações

financeiras consolidadas. Neste caso, foram destacadas as participações dos acionistas não-controladores já existentes em cada empresa consolidada, assim como os acionistas não-controladores da Ampla e da Endesa Cachoeira, nos percentuais de 8,1% e 0,4%, respectivamente, não pertencentes à Endesa.

A demonstração do resultado para os exercícios de 2007 e de 2006 está representada pela consolidação dos resultados integrais dos respectivos exercícios sociais da Endesa Brasil com aqueles auferidos por suas controladas.

Para todos os períodos apresentados, foi destacada a parcela de acionistas não-controladores existentes em cada companhia integrante dos mencionados consolidados, assim como a parcela de acionistas não-controladores oriunda da Ampla e da Endesa Cachoeira, mencionada acima.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as da controladora Endesa Brasil S.A. e os ativos, passivos e resultados das seguintes controladas:

CONTROLADA	Percentual de participação (%) (*)	Direta		Indireta
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.-Endesa Fortaleza	100,0	100,0	-	-
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.-Endesa Cachoeira	99,6	99,6	-	-
Ampla Energia e Serviços S.A. - Ampla	91,9	46,9	45,0	-
Companhia de Interconexão Energética S.A.-Endesa Cien	100,0	100,0	-	-
Compania de Transmisión del Mercosur S.A. - CTM	100,0	-	100,0	-
Transportadora de Energia S.A. - TESA	100,0	-	100,0	-
Investluz S.A. - INVESTLUZ	80,7	63,6	17,1	-
Companhia Energética do Ceará S.A.-Coelce	48,0	2,3	45,7	-
Ampla Investimentos e Serviços S.A.- Ampla Investimentos	91,9	46,9	45,0	-

A Investluz possui participação societária direta no capital da Coelce, em percentual de 56,6%.

Por sua vez a Ampla Investimentos possui participação acionária de 36,4% na Investluz, pois exerce o controle desta em conjunto com a sua investidora, a Endesa Brasil.

Apresentamos abaixo a nota de conciliação do patrimônio líquido e do resultado para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006:

	2007	2006
Lucro do Exercício - Controladora	470.676	376.044
Participação da Endesa, em controladas, ainda não contribuídas à Endesa Brasil S.A. (*)	102.401	106.858
Lucro do Exercício - Consolidado	573.077	482.902
Patrimônio Líquido - Controladora	3.853.117	4.047.505
Participação da Endesa, em controladas, ainda não contribuídas à Endesa Brasil S.A. (*)	699.744	620.252
Patrimônio Líquido - sob controle da Endesa	4.552.861	4.667.757

(*) Participação de 45,05% no capital da Ampla e Ampla Investimentos, pertencente à Endesa, ainda não transferidos para a Endesa Brasil nas datas-bases apresentadas. Participação considerada com o intuito de refletir a essência das operações da Endesa.

5. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Consolidado			
	Circulante		Não-circulante	
	2007	2006	2007	2006
ATIVOS				
Consumidores, Concessionários e Permissionários				
Recomposição Tarifária Extraordinária (a)	198.252	183.402	23.843	128.688
Energia Livre (b)	99.912	59.700	9.788	70.487
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - RTE (a)	(102.562)	(40.600)	-	(16.917)
Reposicionamento revisão tarifária	-	13.131	-	-
Encargo de Capacidade Emergencial	4.586	7.418	-	-
Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (c)	51.209	55.625	-	2.897
Despesas Antecipadas - Parcela A/CVA/CDE (d)	142.459	166.126	191.310	252.292
Ativo regulatório transmissoras	22.505	-	6.879	-
Total	416.361	444.802	231.820	437.447
PASSIVOS				
Fornecedores				
Energia Livre (b)	94.597	84.957	45.822	86.131
Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (c)	51.182	51.235	-	-
Encargo de Capacidade Emergencial	1.105	4.492	-	-
Despesas Antecipadas - Parcela A/CVA/CDE (d)	92.924	92.980	2.562	9.180
Racionamento e reposição tarifária	9.333	-	-	-
Passivo regulatório transmissoras	22.505	-	6.879	-
Outras Obrigações				
Reserva Global de Reversão - RGR	634	810	-	-
Compensação financeira por utilização de recursos hídricos - CFRH	2.591	2.443	-	-
Total	274.871	236.917	55.263	95.311

a) Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE

Em dezembro de 2001, o governo e as empresas de energia elétrica firmaram o Acordo Geral do Setor Elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas, relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

Com base nos acordos firmados e disposições regulamentares, todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica, incluindo a Ampla e a Coelce efetuaram um levantamento do montante da receita decorrente da redução de consumo de energia elétrica no período do racionamento (Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE) que foi reconhecida com o objetivo de retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

A referida recomposição tarifária extraordinária passou a ser aplicada às tarifas vigentes em 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela Aneel, da seguinte forma:

- 2,9% para os clientes residenciais (exceto baixa renda), rurais e iluminação pública;
- 7,9% para os demais clientes.

A receita auferida a partir de janeiro de 2002, por meio dos reajustes de tarifa mencionados anteriormente (2,9% e 7,9%), vem sendo alocada integralmente como recuperação das perdas de receita do racionamento (ativo regulatório) e de energia livre registrado no contas a receber. As movimentações das perdas com racionamento, para o período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, apuradas pela Ampla e pela Coelce e reconhecidas como "Parcela da recomposição tarifária extraordinária - RTE" no contas a receber, estão descritas abaixo, para a data-base de 31 de dezembro de 2007 e 2006:

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	2007	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	2006
PERDAS COM RACIONAMENTO:								
Saldo total de perdas homologado pela Aneel	245.515	210.861	526	456.902	252.836	210.861	3.749	467.446
Atualização monetária - Selic	215.708	212.323	-	428.031	199.716	193.920	-	393.636
(-) Recuperação	(360.206)	(302.632)	-	(662.838)	(302.046)	(246.946)	-	(548.992)
Saldo de recomposição tarifária extraordinária Em 31 de dezembro	101.017	120.552	526	222.095	150.506	157.835	3.749	312.090
Circulante				198.252				183.402
Não-Circulante				23.843				128.688

A ANEEL estabeleceu para a Ampla o prazo máximo de 114 meses e para a Coelce de 76 meses, para a vigência da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, a partir de janeiro de 2002. As projeções feitas pela Administração da Ampla apontam a plena recuperação destes ativos dentro do prazo estipulado, razão pela qual não foram constituídas provisões para perdas.

Contudo, as projeções de realização da Coelce, estimam que o valor referente à suas perdas não será recuperado dentro do prazo estabelecido. Desta forma, foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 102.562 (R\$ 57.517 em 2006).

Para ter direito a essa compensação as referidas companhias renunciaram a qualquer pleito judicial ou extrajudicial relativo a fatos e normas concernentes ao Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e à recomposição tarifária extraordinária, bem como aderiram aos acordos firmados entre os agentes do setor elétrico, conforme previsto na legislação vigente.

Atualização Monetária

Até 31 de dezembro de 2007 o saldo apurado de ativo regulatório foi atualizado monetariamente pela taxa Selic acrescido por juros de 1% ao ano, limitado ao montante do financiamento correlato liberado pelo BNDES.

A Resolução Aneel nº 31, de 24 de janeiro de 2002 e o Ofício Circular Aneel nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005, determinaram que o saldo remanescente da Recomposição Tarifária Extraordinária seja remunerado pela taxa de juros equivalente à cobrada, de cada concessionária, nas operações de financiamento de que trata o art. 5º da Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, decorrente do programa de financiamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e, na ausência dessa operação financeira, seja utilizada a taxa Selic.

b) Energia Livre

	2007	Consolidado 2006
Energia Livre		
Saldo homologado pela Aneel	171.326	171.326
Atualização Monetária - Selic	154.686	126.081
(-) Recuperação	(216.312)	(167.220)
Saldo de Energia Livre em 31 de dezembro	109.700	130.187
Circulante	99.912	59.700
Não-Circulante	9.788	70.487

O montante relacionado à energia livre (energia elétrica gerada e não-vinculada a contratos iniciais ou equivalentes) apurado de junho de 2001 a fevereiro de 2002 será recuperado dos consumidores e repassado como ressarcimento aos geradores.	CAES Tietê	6.707
	Centrais Elétricas de Santa Catarina	2.369
	Centrais Elétricas do Norte do Brasil	4.892
	Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	27.721
	Companhia Energética de São Paulo	20.623
	Companhia Estadual de Energia Elétrica	5.136
	Companhia Hidro Elétrica de São Francisco	30.361
	Companhia Paranaense de Energia Elétrica	1.165
	Duke Energy Brasil - Geração Paranapanema	5.621
	ELETRONORTE	3.979
	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A	2.263
O quadro analítico do passivo de Energia Livre a pagar da Ampla e Coelce, por geradora, é o seguinte, em 31 de Dezembro de 2007:	Furnas Centrais Elétricas	22.409
	Tractebel Energia S.A	1.994
	Outras geradoras	5.179
		140.419
	Circulante	94.597
	Não-Circulante	45.822

c) Programa Emergencial de Consumo de Energia Elétrica

	2007	Consolidado 2006
ATIVO CIRCULANTE		
Bônus concedidos	51.209	55.625
	51.209	55.625
Ativo Não-Circulante:		
Custos a recuperar	-	2.897
	-	2.897
Passivo circulante:		
Ressarcimento recebido	29.078	29.078
Sobretaxas arrecadadas	22.104	22.157
	51.182	51.235

Refere-se ao saldo de sobretaxas cobradas e bônus pagos aos consumidores durante o programa de racionamento implantado pelo Governo Federal entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002.

Como definido pela Aneel, os valores de sobretaxas faturadas e os bônus concedidos em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica são controlados separadamente, sem afetar os resultados das sociedades.

Foi recebido, até 31 de dezembro de 2007, o ressarcimento do valor líquido de bônus concedidos e sobretaxas arrecadadas, no montante de R\$ 29.078 (31 de dezembro de 2007 e de 2006), já auditadas pela Aneel. Tendo em vista não existência de previsão para a contabilização da liquidação das contas relacionadas, foi registrado o montante recebido no passivo circulante. Estando para futura análise da Aneel, o valor de bônus concedidos de R\$ 51.209 em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 55.625 em 31 de dezembro de 2006) e sobretaxas arrecadadas de R\$ 22.104 em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 22.157 em 31 de dezembro de 2006).

d) Despesas Antecipadas – Parcela A/CVA

	2007	2007
	Ativo	Passivo
Cota Consumo de Combustível - CCC	31.979	33.961
Parcela A	142.123	-
CVA - Rede de energia	735	28.182
CVA - Sobrecontratação	6.309	12.028
CVA - Uso da Rede Elétrica	-	18.945
Ativo Regulatório - Compra de energia	134.397	-
CVA - PIS/Cofins	7.850	-
Outras	10.376	2.370
Total	333.769	95.486
Circulante	142.459	92.924
Não-Circulante	191.310	2.562

	Ativo	2006 Passivo
Encargos de Serviço do Sistema	13.073	1.037
Cota Consumo de Combustível - CCC	25.468	21.589
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	8.780	1.543
Parcela A	127.037	-
CVA - Econômica	14.231	-
CUSD Light	38.982	-
CVA - Rede de energia	(14.959)	38.805
CVA-Uso da Rede Elétrica	(2.907)	37.699
Ativo Regulatório - Compra de energia	163.839	-
CVA - PIS/Cofins	34.869	-
Outras	10.005	1.487
Total	418.418	102.160
Circulante	166.126	92.980
Não-Circulante	252.292	9.180

Parcela A

Baseada na Portaria Interministerial nº 296 de 25 de outubro de 2001 e na Lei 10.438 de 26 de abril de 2002, a Ampla e a Coelce registraram como despesas antecipadas os incrementos de seus custos incorridos em 2001 e 2002 que estão relacionados aos custos sobre os quais não tem gerenciamento (Parcela A).

O montante de R\$ 142.123 (R \$127.037 em 31 de dezembro de 2006) refere-se ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, atualizado pela variação da Selic e classificados na rubrica Parcela A, conforme Resolução Aneel nº 482 de 29 de agosto de 2002 e será recuperado após a recuperação do ativo regulatório. A Resolução Aneel nº 1, de 12 de janeiro de 2004 definiu que no caso da Parcela A não existe limitação de prazo para sua recuperação, através da recomposição tarifária extraordinária.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos de aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário vinculados ao CDI e também a fundos mútuos de renda fixa – FIF, pactuados com instituições financeiras de primeira linha e com remuneração diária não existindo restrições para seu resgate imediato, excetuando aquelas aplicações financeiras em fundos de investimento, renda fixa e fundos cambiais no montante total de R\$ 105.623 (R\$ 61.040 em 31 de dezembro de 2006) contratadas pela controlada Endesa CIEN, que estão vinculadas a pagamentos de encargos de dívidas com instituições financeiras. Estas aplicações financeiras estão vinculadas às seguintes instituições:

INSTITUIÇÃO	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
BANCO BRADESCO S.A.				
Fundo de Investimento	-	132.793	241.642	249.870
Renda fixa - CDB	-	-	5.290	1.151
BANCO REAL				
Renda fixa - CDB	-	-	-	7.893
MELON BRASCAN BANK				
Fundo de Investimento	-	-	-	16.545
BANCO DO BRASIL S.A.				
Renda fixa - CDB	-	-	-	12.884
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.				
Fundo de Investimento	-	-	61.140	20.674
Renda fixa - CDB	-	-	53.719	17.146
HSBC - BANK BRASIL S.A.				
Fundo de Investimento	-	-	148.936	19.911
Renda fixa - CDB	-	-	12.259	-
BANCO VOTORANTIN S.A.				
Renda fixa - CDB	-	-	63.042	59.866
Fundo de Investimento	-	-	25.793	5.037
BANCO SANTANDER BRASIL S.A.				
Fundo de Investimento	3.249	-	3.377	19.211
Renda fixa -CDB	-	-	27.810	-
BANCO ITAÚ				
Fundo de Investimento	-	12.155	19.141	54.435
Fundo Cambial	-	-	19.691	5.615
Renda fixa -CDB	-	-	503	268
BANCO ITAÚ CORP. PLUS				
Fundo de Investimento	-	-	170.299	-
BANCO ALFA				
Fundo de Investimento	-	-	-	10.068
BNY				
Fundo Cambial	-	-	-	25.067
CITI LARGE CORPORATE				
Fundo de Investimento	-	-	6.011	8.409
BANCO RIO DE LA PLATA S/A				
Renda fixa - CDB	-	-	33.459	1.927
BANCO PACTUAL S.A.				
Fundo de Investimento	-	-	5.388	-
Outros	-	-	10.883	14.001
Total de Aplicações	3.249	144.948	908.383	549.978

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

	Vincendos e Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2007
CIRCULANTE			
Classe de consumidores:			
Residencial	251.362	120.832	372.194
Industrial	53.580	29.872	83.452
Comercial	92.302	70.238	162.540
Rural	23.905	27.416	51.321
Poder Público	52.591	81.801	134.392
Iluminação Pública	29.868	31.804	61.672
Serviço Público	12.913	15.689	28.602
Subtotal	516.521	377.652	894.173
Re venda			615.041
Renda não faturada			133.949
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE			15.264
Parcelamento de débitos			45.898
Participação financeira			57.945
Consumidores livres			11.800
Baixa Renda			7.683
Outros créditos			5.959
Créditos juntos a clientes com ações judiciais			80.570
(-) Arrecadação em processo			(109.555)
Total do curto prazo			1.758.727
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa(PCLD)			(510.883)
Total Líquido			1.247.844
Realizável a Longo Prazo			
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE			13.575
Parcelamento de débitos			22.932
Total do Realizável a Longo Prazo			36.507

	Vincendos e Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2006
CIRCULANTE			
Classe de consumidores:			
Residencial	230.786	145.144	375.930
Industrial	60.800	23.653	84.453
Comercial	84.319	61.551	145.870
Rural	23.687	22.765	46.452
Poder Público	46.977	77.741	124.718
Iluminação Pública	25.705	23.186	48.891
Serviço Público	19.700	7.623	27.323
Subtotal	491.974	361.663	853.637
Re venda			510.441
Renda não faturada			202.416
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE			25.034
Parcelamento de débitos			32.891
Participação financeira			31.977
Consumidores livres			7.605
Baixa Renda			(52.307)
Outros créditos			9.032
Créditos juntos a clientes com ações judiciais			74.707
(-) Arrecadação em processo			(91.869)
Total do curto prazo			1.603.564
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa(PCLD)			(560.546)
Total Líquido			1.043.018
Realizável a Longo Prazo			
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE			13.575
Parcelamento de débitos			14.864
Total do Realizável a Longo Prazo			28.439

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores referentes ao ano de 2007 foram registrados com base na contabilização oficial disponibilizada pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (instituição que sucedeu o MAE). Esses valores foram liquidados regularmente nas datas previstas pela CCEE. Esta obteve de Auditores Independentes os certificados de conformidade dos valores decorrentes da liquidação financeira, que consistem em verificar a regularidade do processo quanto à correção dos valores efetivamente liquidados entre os agentes de mercado no âmbito da CCEE e quanto à adequação dos procedimentos empregados na liquidação financeira às disposições legais, regulamentares e determinações judiciais aplicáveis na data da liquidação. Do saldo total a receber em 31 de dezembro de 2007, R\$ 14.892 (R\$ 14.833 em 31 de dezembro de 2006) estão relacionados aos agentes que ingressaram com medidas judiciais (liminares) para discussão dos valores firmados pela CCEE e, conseqüentemente para suspensão de pagamento nas datas previstas de liquidação financeira das transações no âmbito da CCEE.

Créditos entre clientes com ações judiciais

A Coelce possui o montante de R\$ 80.570 (R\$ 74.707 em 31 de dezembro de 2006), registrado neste componente referente a créditos entre clientes com ações judiciais. Este montante refere-se às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado.

Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A Coelce constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a esses processos.

CELG

Em 11 de agosto de 2004, a Endesa Cachoeira firmou um Termo de Acordo com a CELG para solucionar todas as divergências que resultaram em ações judiciais entre as duas empresas, relacionadas ao contrato firmado em 12 de setembro de 1997, consolidando no valor de R\$170.027. Conforme tal instrumento, o valor acordado deveria ser liquidado da seguinte forma:

- R\$ 135.000 em parcelas até novembro de 2004; ou até quando a CELG obtivesse um financiamento pelo BNDES ou outra instituição financeira;
- R\$ 35.027 amortizados em 84 parcelas mensais, devidamente atualizados pelo IGP-M.

A efetividade deste acordo previa a execução de determinadas etapas:

- Homologação por parte da Aneel de tarifa de energia efetiva a partir de setembro de 2004, através da Resolução Homologatória 224/04;

- Uma recomposição tarifária extraordinária (RTE), que foi aprovada pela Aneel à CELG através da Resolução Homologatória 225 de 9 setembro de 2004, para permitir liquidar a dívida com a Endesa Cachoeira, bem como um financiamento a ser conseguido com este fim específico;
- Principalmente, a extinção de todos os processos judiciais existentes, por parte das companhias.

Em 21 de dezembro de 2004, Endesa Cachoeira e a CELG firmaram um aditivo contratual determinando que, enquanto a CELG não obtiver financiamento, os valores recebidos por esta através de RTE (aproximadamente 4,8% de seu faturamento mensal) sejam repassados à Endesa Cachoeira. Até o momento, a CELG não obteve dito financiamento.

Em 6 de junho de 2006, outro aditivo foi firmado entre as companhias, no qual a CELG reconhece uma dívida de R\$ 61.117, decorrente do atraso no pagamento da energia vendida no período de outubro de 2005 até fevereiro de 2006, a qual deverá ser amortizada em 33 parcelas mensais de R\$1.132 e em 3 parcelas mensais de R\$ 7.923, atualizadas pela variação do IGP-M mais 1% a.m. Em 21 de setembro de 2006, as Companhias firmaram um aditivo ao contrato de venda de energia para a redução gradual da quantidade de energia a ser vendida culminando com o término de dito contrato em 2008.

Em 6 de junho de 2007, houve uma carta do presidente da CELG reconhecendo a dívida de R\$ 155,29 milhões e informando que esta companhia está buscando um empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES Brasil para saldar a dívida com a Endesa Cachoeira. Além disso, há o compromisso por parte da CELG de não atrasar os pagamentos a partir de maio de 2007 e os pagamentos estão sendo efetuados nos prazos corretos. Em 21 de dezembro de 2007 o presidente da CELG emitiu uma nova carta reafirmando e reiterando o compromisso de eliminar as pendências financeiras.

O saldo em aberto com a CELG em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 176.469 (R\$ 129.358 em 31 de dezembro de 2006).

Consumidores Baixa Renda

O Decreto n° 4.336, de 15 de agosto de 2002, permitiu ao Governo Federal ampliar o enquadramento na subclasse Residencial Baixa Renda, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 KWh, o qual havia sido inicialmente definido como unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80KWh, em consonância com a Lei n° 10.438 de 26 de abril de 2002.

Este subsídio está sendo custeado com recursos financeiros oriundos do adicional de dividendos devidos à União pela ELETROBRAS, associado às receitas adicionais auferidas pelas concessionárias geradoras, sob controle federal e na insuficiência dos referidos dividendos da ELETROBRAS, com recursos da RGR - Reserva Global de Reversão.

A controlada Ampla sofreu, em setembro de 2006, uma fiscalização da Aneel que gerou um ajuste de R\$ 51.000 em seu ativo. Por conta disso, o seu saldo individual de Consumidores de Baixa Renda ficou negativo em R\$ 18.348 em 31 de dezembro de 2007.

Em decorrência da nova classificação, a controlada Coelce procedeu ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado um total de R\$ 139.602 durante o exercício.

Foi constituída uma provisão de R\$ 25.788 para cobrir diferenças de valores homologados em períodos anteriores em virtude de reclassificações de consumidores beneficiados com o subsídio. Adicionalmente, constituiu provisão no valor de R\$ 15.982 referente aos valores complementares da diferença mensal de subvenção (valores faturados e homologados) no período de março a setembro de 2007 durante o exercício.

8. RENDAS A RECEBER

	Consolidado	
	2007	2006
Alienação em curso	6.507	21.005
Consumidores - serviços prestados	8.252	7.607
Desativações em curso	5.325	-
Serviço em curso	10.197	10.876
Gastos a reembolsar - consumidores	6.580	6.776
Gastos a reembolsar - iluminação pública	11.995	9.198
Provisão para devedores duvidosos	(28.471)	-
Depósitos a serem liberados à concessionária	14.351	-
Luz para Todos	76.234	-
Outros	8.708	7.620
	119.678	63.082

A rubrica Consumidores – serviços prestados destina-se aos registros de créditos perante terceiros na execução de serviços solicitados, provenientes da alienação de bens e direitos de propriedade do concessionário e de outros créditos recebidos em caráter excepcional, como promessas de pagamento, parcelados ou não, incluindo novação de dívidas a receber.

A rubrica Serviços em curso registra, basicamente, os gastos de pessoal, material e serviços na execução de obras prestadas a terceiros, tais como: remoção de rede e/ou poste, instalação de linha ou rede provisória, instalação provisória de transformadores, instalação de padrão, isolamento e afastamento de redes, aluguel e substituição de equipamentos.

9. DEVEDORES DIVERSOS

	Consolidado	
	2007	2006
Venda de materiais	387	-
Adiantamentos a empregados	3.879	5.758
Assistência médica aposentados	8.238	3.971
Aluguel	261	1.454
Adiantamento a fornecedores	7.561	14.998
Serviços em curso	1.257	-
Aluguel de equipamentos	700	-
Outros devedores	3.792	3.403
	26.075	29.584

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Consolidado			
	2007		2006	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prejuízo fiscal	87.949	-	119.208	-
Base negativa	30.433	-	32.181	-
Provisão para contingências	237.552	-	264.276	-
Provisão para devedores duvidosos	218.885	-	202.304	-
Perda de receita - racionamento	-	40.988	-	53.641
Baixa renda	17.563	811	25.950	1.888
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	-	4.550	-	5.216
Recomposição tarifária	-	12.431	-	5.700
CVA - compra de energia	-	50.593	-	74.095
Variações cambiais	15.346	35.872	16.143	22.051
IR e CS sobre despesas PIS/Cofins diferidas	5.770	-	5.728	-
Amortização de ágio	146.233	-	161.453	-
Lucros diferidos	-	-	-	50.076
Passivo atuarial Deliberação CVM n.º 371	52.673	-	56.539	-
Outros	2.372	6.578	8.893	18.322
Total	814.776	151.823	892.675	230.989
Circulante	170.241	69.402	99.480	58.742
Não-circulante	644.535	82.421	793.195	172.247

Ágio de Incorporação da Distriluz

A controlada Coelce constituiu, em abril de 2005, uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da Reserva de Ágio (Reserva de Capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Coelce, conforme determina a Instrução CVM nº 349/2001.

O ágio oriundo da operação de incorporação da Distriluz Energia Elétrica S.A. por parte da Coelce, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999, está sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução nº 269, de 15 de setembro de 1999, da Aneel.

Tal amortização poderá ser revisada anualmente, a critério da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Aneel, em função dos resultados realizados comparativamente aos dados projetados. O saldo em 31 de dezembro de 2007 é R\$ 146.233 (R\$ 161.453 em 31 de dezembro de 2006).

A reconciliação da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferida), calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	2007	Consolidado 2006
Lucro antes do IR & CSLL e das participações	940.257	752.162
Efeitos fiscais à alíquota nominal (34%)	(319.687)	(255.735)
Efeito fiscal sobre a amortização de ágio na incorporação	(10.045)	(9.922)
Constituição de IR Diferido sobre prejuízo fiscal	-	57.300
Constituição de CS Diferida sobre base negativa	-	15.112
Realização do lucro COPEL (*)	24.597	-
Redução do Imposto de Renda e adicionais - incentivo fiscal (**)	70.473	56.825
Diferença na apuração pelo lucro presumido - Endesa Cachoeira	55.890	40.035
Amortização ágio	(43.648)	(43.648)
Outros	11.435	127
Imposto de Renda e Contribuição Social	(210.985)	(139.906)

(*) Este montante refere-se ao perdão da dívida da empresa COPEL (companhia de economia mista), cujo valor foi registrado como passivo diferido até jun/07, e devido ao acordo firmado entre a controlada Endesa CIEN e Copel o montante recebido da dívida ajustado pela alíquota foi excluído da apuração do imposto da controlada CIEN.

(**) Refere-se a um incentivo de redução do Imposto de Renda obtido pela controlada Coelce por estar situada na área de atuação da ADENE (Agência de Desenvolvimento do Nordeste). O reconhecimento do benefício fiscal foi aprovado pela ADENE em agosto de 2007 conforme laudo constitutivo nº. 0170/2007. O incentivo consiste na redução do Imposto de Renda devido em 75% do Imposto de Renda apurado a partir da receita líquida.

A composição de sua realização futura está demonstrada a seguir:

Ano de realização	Consolidado 2007 Montante a realizar
L2008	170.241
2009	67.499
2010	77.645
2011	64.241
2012	37.141
2013	28.857
2014	28.857
2015	170.667
2016 em diante	169.628
	814.776

11. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
IR e CSLL a compensar	6.767	2.509	128.431	146.973
ICMS a compensar	-	-	246.460	234.522
PIS e Cofins a compensar	-	-	4.870	27.589
Outros tributos a compensar	-	-	25.127	31.252
	6.767	2.509	404.888	440.336
Circulante	6.767	2.509	289.894	314.154
Não-circulante	-	-	114.994	126.182

O montante de Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar refere-se principalmente a antecipações mensais efetuadas ao longo do exercício de 2007, ao saldo de Imposto de Renda retido na fonte – IRRF sobre juros sobre o capital próprio e sobre aplicações financeiras, a Contribuição Social a compensar advinda da Coelce por conta da mudança na sistemática de tributação do ativo regulatório dos anos de 2001 e 2002.

Os valores na rubrica de ICMS a compensar referem-se a créditos referentes aos pagamentos em acordo com o Decreto nº 31.632/02, apurados através de estimativa com base no imposto calculado nos meses anteriores. Referem-se ainda a créditos provenientes do ICMS vinculado ao ativo imobilizado, referentes à Lei Complementar nº 102/00.

O montante classificado no não-circulante refere-se, principalmente, à Lei Complementar 102/00, que determina que o crédito do imposto, quando se referir à aquisição de bens para o ativo imobilizado seja compensado em 48 meses.

12. INVESTIMENTOS

Controladas	% de participação direta	Patrimônio Líquido	Resultado	2007						
				Controladora					Consolidado	
				Investimento	Deságio	Ágio	Equivalência	Amortização de ágio	Dividendos	Investimento
Ampla Investimentos	46,89%	194.275	60.639	91.095	-	94.694	28.434	(12.218)	(6.753)	-
Endesa Cien (1)	100,00%	561.076	16.560	561.076	(235.980)	-	16.560	-	-	-
Endesa Fortaleza (1)	100,00%	637.955	112.897	637.955	(281.287)	-	140.314	-	(80.000)	-
Endesa Cachoeira (1) e (2)	99,61%	804.938	221.378	641.082	-	668.467	224.613	(86.254)	(224.614)	-
Ampla (2)	46,89%	1.582.037	153.331	637.390	-	206.673	78.173	(26.668)	(17.076)	-
Investluz	63,57%	970.464	134.370	616.924	-	23.850	85.419	(3.078)	(81.148)	-
Coelce	2,27%	850.449	244.751	19.305	-	1.227	7.145	(158)	(5.556)	-
Total investimentos por equivalência patrimonial				3.204.827	(517.267)	994.911	580.658	(128.376)	(415.147)	-
Outros investimentos (3)				117						1.857
Total dos investimentos				3.204.944	477.644					1.857

Controladas	% de participação direta	Patrimônio Líquido	Resultado	2006						
				Controladora					Consolidado	
				Investimento	Deságio	Ágio	Equivalência	Amortização de ágio	Dividendos	Investimento
Ampla Investimentos	46,89%	148.038	46.130	69.414	-	106.912	21.630	(12.218)	-	-
Endesa Cien (1)	100,00%	544.516	(127.181)	544.516	(235.980)	-	(127.181)	-	-	-
Endesa Fortaleza (1)	100,00%	577.642	176.639	577.642	(281.287)	-	176.639	-	-	-
Endesa Cachoeira (1) e (2)	99,61%	807.614	167.104	641.084	-	754.721	223.277	(86.254)	-	-
Ampla (2)	46,89%	1.465.168	256.427	576.314	-	233.341	118.625	(26.668)	-	-
Investluz	63,57%	963.745	134.239	612.653	-	26.928	85.336	(3.078)	-	-
Coelce	2,27%	780.464	298.258	17.716	-	1.385	7.488	(158)	-	-
Total investimentos por equivalência patrimonial				3.039.339	(517.267)	1.123.287	505.814	(128.376)	-	-
Outros investimentos (3)				10						1.741
Total dos investimentos				3.039.349	606.020					1.741

O saldo do ágio nas demonstrações financeiras consolidadas inclui ainda o montante de R\$ 410.149 relativo ao ágio contabilizado nos livros da Investluz S.A..

(1) Demonstrações Financeiras examinadas por Auditores Independentes que não os da companhia. (2) O principal ajuste do Patrimônio Líquido refere-se ao efeito de reavaliação do ativo imobilizado, a fim de uniformizar as práticas contábeis adotadas pelas investidas com aquelas adotadas pela Controladora. (3) Investimentos avaliados ao custo de aquisição.

13. IMOBILIZADO

Taxas anuais médias de depreciação %	Controladora			Controladora	
	2007			2006	
	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido	
EM SERVIÇO					
Administração	10				
Máquinas e Equipamentos		352	(61)	291	316
Veículos		380	(104)	276	117
Móveis e Utensílios		1.986	(109)	1.877	617
Imobilizado Líquido		2.718	(274)	2.444	1.050

	Taxas anuais médias de depreciação %	Consolidado			
		Custo	Depreciação	2007	2006
				Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO					
Distribuição	5,02	5.649.883	(1.783.186)	3.866.697	3.083.110
Terrenos		8.958	-	8.958	8.966
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		67.594	(40.058)	27.536	27.638
Máquinas e Equipamentos		5.563.757	(1.736.750)	3.827.007	3.043.281
Veículos		3.640	(3.640)	-	-
Móveis e Utensílios		5.934	(2.738)	3.196	3.225
Geração	3,64	1.519.642	(520.319)	999.323	1.074.832
Terrenos		1.746	-	1.746	1.746
Reservatório, Barragens e Adutoras		207.647	(93.753)	113.894	122.427
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		108.151	(45.581)	62.570	41.624
Máquinas e Equipamentos		1.189.444	(375.691)	813.753	900.458
Veículos		1.163	(634)	529	619
Móveis e Utensílios		11.491	(4.660)	6.831	7.958
Comercialização	4,69	39.178	(10.859)	28.319	47.104
Terrenos		1.454	-	1.454	1.454
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		10.367	(7.596)	2.771	3.052
Máquinas e Equipamentos		25.517	(2.827)	22.690	41.118
Móveis e Utensílios		1.840	(436)	1.404	1.480
Transmissão	5	1.626.077	(304.006)	1.322.071	1.407.047
Terrenos		1.101	-	1.101	1.101
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		83.715	(20.920)	62.795	95.818
Máquinas e Equipamentos		1.538.025	(280.803)	1.257.222	1.308.888
Veículos		1.620	(1.190)	430	601
Móveis e Utensílios		1.616	(1.093)	523	639
Administração	11,07	92.563	(56.716)	35.847	30.279
Terrenos		1.310	-	1.310	1.310
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		23.517	(13.460)	10.057	8.102
Máquinas e Equipamentos		44.650	(27.518)	17.132	15.698
Veículos		2.512	(1.423)	1.089	907
Móveis e Utensílios		20.574	(14.315)	6.259	4.262
Total do Imobilizado em Serviço		8.927.343	(2.675.086)	6.252.257	5.642.372
EM CURSO					
Distribuição		461.213	-	461.213	657.835
Geração		29.715	-	29.715	28.754
Comercialização		10.061	-	10.061	15.291
Transmissão		4.081	-	4.081	4.947
Administração		10.759	-	10.759	5.185
Total do Imobilizado em Curso		515.829	-	515.829	712.012
Total do Imobilizado		9.443.172	(2.675.086)	6.768.086	6.354.384
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão					
Distribuição		(856.944)	13.668	(843.276)	(681.198)
Imobilizado Líquido				5.924.810	5.673.186

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações das controladas Ampla e Coelce, reversíveis utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do Órgão do Poder Concedente, a Aneel. A Resolução Aneel nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

De acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução Aneel nº 444, de 26 de outubro de 2001 e pelas Instruções Gerais nº 35 e 36 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica foram transferidos para o ativo imobilizado os juros e demais encargos financeiros e variações monetárias de empréstimos de terceiros vinculados ao ativo imobilizado em curso.

a) Imobilizado em Curso

O ativo imobilizado em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de geração e distribuição de energia elétrica e de ampliação das instalações administrativas e comerciais das companhias que compõem o consolidado Endesa Brasil.

b) Obrigações Especiais vinculadas à concessão

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais vinculados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão. As obrigações especiais não são passivos onerosos e não são créditos dos acionistas. São atualizadas com os mesmos critérios e índices utilizados para corrigir os bens registrados no ativo imobilizado dos agentes. O prazo esperado para liquidação dessas obrigações era a data de término da concessão.

c) Programa de Universalização (Distribuidoras)

Em 26 de abril de 2002, foi Sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe sobre a Universalização do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica e estabelece que seu atendimento será regulamentado por Resoluções editadas pela Aneel.

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução Aneel nº 223 estabelecendo as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, as controladas Coelce e Ampla tem, respectivamente, até os anos de 2013 e 2014 para atenderem todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município.

Em dezembro de 2005, com a Resolução Aneel nº 175, foi antecipada a Universalização do serviço de energia para o ano de 2008, tanto da área rural como urbana.

d) Programa Luz para Todos

No dia 11 de novembro de 2003, foi publicado o Decreto Federal nº 4.873, que instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica denominado "Programa Luz para Todos".

O Programa tem por objetivo propiciar a antecipação das metas de Universalização das Unidades habitacionais localizadas na área rural, até o ano de 2008, com o atendimento com rede de energia elétrica a parcela da população que não possui acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia e operacionalizado com a participação da Eletrobrás e das Concessionárias de Energia. Para realização do programa, a Ampla e a Coelce contam com recursos do Governo Federal (75%), Governo Estadual (10%) e próprios (15%).

A seguir apresentamos a composição do intangível em 31 de dezembro:

	Consolidado			Consolidado		
	2007			2006		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Software	119.547	(92.924)	26.623	100.242	(83.366)	16.876
Marcas e patentes	21.521	(611)	20.910	10.655	(611)	10.044
Servidão	41.019	(1.293)	39.726	45.223	(2.626)	42.597
Outros	637	(592)	45	638	(592)	46
	182.724	(95.420)	87.304	156.758	(87.195)	69.563

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Consolidado			
		Taxa Média Anual de encargos, ajustados por "swap" quando aplicável	Encargos Circulante	Circulante	Principal Não-Circulante
		2007			
MOEDA ESTRANGEIRA					
Coelce	União Federal-DMPL (Ag. Financ. Banco do Brasil)	US\$	115	669	7.311
Coelce	Banco Europeu de Investimentos-BEI	US\$+5,5% a.a.	2.195	14.761	59.043
Coelce	Banco BNDES-Subcrédito A	UMBND+5,5% a.a	19	4.089	-
Coelce	Banco do Brasil res. 2770	IENE+2,47% a.a	205	22.454	-
Coelce	Unibanco USD x DI	US\$+2% a.a	469	71.588	-
CGTF	International Finance Corporation-IFC-A	7,89% a.a.	266	6.394	80.793
CGTF	International Finance Corporation-IFC-B	7,37% a.a.	274	7.780	93.983
CGTF	International Finance Corporation-IFC-C	11,96% a.a.	58	-	12.399
	Total		3.601	127.735	253.529
MOEDA NACIONAL					
CIEN	Banco Santander S.A.	CDI+1,7% a.a.	291	-	600.000
Ampla	BNDES (Ativo Regulatório)	Selic+1% a.a.	155	41.701	-
Ampla	BNDES (Finame)	TJLP+6% a.a.	44	4.168	6.073
Ampla	BNDES (Finem)	TJLP+6% a.a.	754	48.794	121.983
Ampla	Bradesco S.A.	CDI+1% a.a.	3.849	-	79.535
Ampla	Eletrobrás	5% a.a.	-	2.742	9.900
Ampla	Banco Pactual S.A.	IGPM+11,3% a.a.	1.862	-	33.472
Ampla	União dos Bancos Brasileiros S.A.	CDI+1,1% a.a.	3.070	-	92.131
Coelce	União dos Bancos Brasileiros S.A.	109% CDI	422	10.101	-
Coelce	BNDES (Finem)	US\$+5,5% a.a.	119	28.089	-
CDSA	BNDES	Selic+ 1% a.a.	-	2.192	-
Ampla	BNDES (CAPEX)	TJLP+5,2% a.a.	580	-	107.167
Coelce	Eletrobrás	Finel+6,5% a.a./RGR+6% a.a.	273	8.891	55.919
Coelce	Banco do Nordeste Brasileiro-PROINFA II	11,5% a.a.	121	14.039	156.809
Coelce	Banco do Brasil	TJLP+4,5% a.a.	26	-	15.847
Coelce	União Federal-Lei 8.727 (Agente Financ. Banco do Brasil)	IGPM+10,03% a.a.	327	6.632	34.821
Ampla	Banco Alfa S.A.	CDI+ 1,10%	1.185	-	70.000
Ampla	Banco Votorantim S.A.	CDI+ 1,38%	12.870	-	100.000
Ampla	Banco do Brasil S.A.	CDI+0,97%	825	-	100.000
Ampla	HSBC Bank Brasil S.A.- Banco Múltiplo	CDI+0,85%	979	-	120.000
Ampla	HSBC Bank Brasil S.A.- Banco Múltiplo	CDI+0,95%	247	-	30.000
Ampla	Banco Itaú S.A.	CDI+1,13%	-	-	13.350
	Total		27.999	167.349	1.747.007
	TOTAL GERAL		31.600	295.084	2.000.536

		Consolidado			
		Taxa Média Anual de encargos, ajustados por "swap" quando aplicável	Encargos Circulante	Circulante	Principal Não-Circulante
		2006			
MOEDA ESTRANGEIRA					
	Caixa Geral de Depósitos S.A. União Federal - DMPL (Ag. Financ. Banco do Brasil)	EURO+LIBOR+0,85%	8	3.300	-
	Banco Europeu de Investimentos - BEI	US\$	142	731	9.707
	Banco BNDES - Subcrédito A	US\$+5,5% a.a.	3.179	17.817	89.083
	International Finance Corporation - IFC - A	UMBND+5,5% a.a.	49	5.896	4.914
	International Finance Corporation - IFC-B	7,89% a.a.	393	6.951	105.237
	International Finance Corporation - IFC-B	7,37% a.a.	438	11.113	122.830
	International Finance Corporation - IFC-C	11,96% a.a.	81	-	14.966
	Total		4.290	45.808	346.737
MOEDA NACIONAL					
	Banco Santander S.A.	CDI+1,7% a.a.	335	-	600.000
	BNDES (Ativo Regulatório)	Selic+1% a.a	151	6.202	97.027
	BNDES (Finame)	TJLP+6% a.a.	62	4.157	10.199
	BNDES (Finem)	TJLP+6% a.a.	464	-	105.021
	Bradesco S.A.	CDI+1% a.a.	115	-	42.852
	Eletrobrás	5% a.a.	-	11.078	13.469
	Banco Pactual S.A.	IGPM+11,3% a.a.	1.696	-	31.016
	União dos Bancos Brasileiros S.A.	CDI+1,1% a.a.	155	-	32.164
	BNDES (Ativo Regulatório)	Selic+1% a.a.	354	10.844	53.256
	BNDES (Finem)	US\$+5,5% a.a.	261	33.583	27.986
	BNDES	Selic+1% a.a.	-	12.358	2.235
	BNDES (CAPEX)	TJLP+5,2% a.a.	221	-	53.364
	Eletrobrás	De 5,5% a 6,5% a.a.	-	8.123	50.584
	Banco do Nordeste Brasileiro - PROINFA II	14% a.a.	26	-	101.765
	Banco do Brasil	TR+12,20% a.a.	704	10.125	-
	União Federal-Lei 8.727 (Agente Financ. Banco do Brasil)	IGPM+10,03% a.a.	320	6.052	37.318
	Total		4.864	102.522	1.258.256
	TOTAL GERAL		9.154	148.330	1.604.993

O principal dos empréstimos e financiamentos em longo prazo tem sua curva de amortização distribuída como segue:

	Consolidado 2007
2009	340.724
2010	478.326
2011	436.964
2012	464.523
Após 2012	279.999
	2.000.536

Com as instituições BNDES e Eletrobrás, além de notas promissórias há como garantias recebíveis de clientes que representam aproximadamente 7% do faturamento mensal consolidado da Ampla e da Coelce.

A Ampla e a Coelce receberam recursos do BNDES destinados a suprir parte das insuficiências de recursos durante o período do racionamento de energia elétrica imposto pelo Governo Federal no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002. Estes empréstimos possuem vencimentos a partir de junho de 2009, e tiveram a primeira parcela de amortização em abril de 2002. Os encargos incidentes sobre o principal correspondem a 1% ao ano acrescido da variação da taxa Selic. As amortizações de principal e juros têm vencimentos mensais. A operação tem como garantia recebíveis tarifários.

A controlada Ampla mantém um empréstimo junto ao BNDES, de acordo com o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica – CVA, visando suprir a insuficiência de recursos decorrentes do adiamento da aplicação dos reajustes e revisões tarifárias anuais referentes ao período compreendido entre 08 de abril de 2003 e 07 de abril de 2004, tendo sua atualização pela taxa Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia acrescido de juros de 1% ao ano, totalizando um saldo de R\$ 41.856 (R\$ 103.380 até 31 de dezembro de 2006). A operação tem como garantia recebíveis de clientes.

No dia 18 de agosto de 2005, foi assinado um financiamento na modalidade FINEM junto ao BNDES para investimentos na Rede Ampla (tecnologia de combate ao furto de energia) nos anos de 2005 a 2007, totalizando um saldo devedor atualizado no montante de R\$ 171.531 (R\$ 105.485 até 31 de dezembro de 2006).

No dia 3 de novembro de 2006, a controlada Ampla assinou outro financiamento na modalidade FINEM junto ao BNDES (CAPEX) para financiamento dos projetos de investimentos relacionados à expansão, modernização e adequação do sistema de distribuição de energia elétrica, no período de 2006 a 2008. Até 31 de dezembro de 2007 seu montante atualizado é de R\$ 107.747 (R\$ 53.585 até 31 de dezembro de 2006).

Adicionalmente a controlada Ampla captou empréstimos durante o período de 2007, com a finalidade de pagamento do principal e juros de parte da dívida de debêntures da controlada e necessidade de caixa de curto prazo, ocasionada pela queda da liminar de compensação de

Imposto de Renda, totalizando o montante captado de R\$ 530.000, até 31 de dezembro de 2007 o saldo atualizado é de R\$ 550.336 aberto por banco conforme ao lado:

	2007
Banco Alfa S.A	71.185
Banco Votorantim S.A.	112.870
HSBC Bank Brasil S.A.	151.226
Bradesco S.A.	38.037
União dos Bancos Brasileiros S.A.	62.843
Banco do Brasil S.A.	100.825
Banco Itaú S.A.	13.350
	550.336

A controlada Coelce obteve junto ao BNDES um Financiamento para o seu plano de investimento 2003/2004, em abril de 2004 junto ao consórcio liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES, dentro do programa do FINEM. Sobre 20% do valor contratado (subcrédito A) incidem juros capitalizados trimestralmente de 5,5% ao ano, mais UMBND (cesta de moedas), com vencimentos mensais a partir do início do período de amortização, 16/05/2005. Para minimizar a exposição à variação cambial desta parcela, foi realizada operação de swap (parcial) da variação de US\$ mais 5,5% ao ano para 103,8% do CDI. Já sobre 80% do financiamento (subcréditos B e C), providos com recursos ordinários do BNDES, incidem juros capitalizados trimestralmente de 5,5% ao ano mais TJLP, também com vencimentos mensais a partir de 16/05/2005. A amortização do empréstimo é realizada mensalmente em parcelas, desde 16/05/2005 até 15/10/2008. As garantias constituídas para a operação incluem recebíveis tarifários, conta-reserva e nota promissória.

A controlada Coelce contratou financiamento junto ao Banco Europeu de Investimentos – BEI, através de Acordo de Cooperação Decreto-Lei nº 1609/95, com vencimento em 15 de junho de 2012 e encargos com base na variação cambial (dólares norte-americanos), acrescido de juros de 5,5% ao ano, para o plano de investimentos da controlada. A operação tem como garantia fianças bancárias do Banco Bilbao Vizcaia Argentina (BBVA) e Banco Santander Central Hispano, além de notas promissórias. Este contrato possui previsão de pagamento de juros e amortização anual, tendo sua 1ª amortização prevista para 15 de junho de 2007 e a última em 15 de junho de 2012.

A Ampla e a Coelce obtiveram empréstimo por conta do programa “Eletrobrás – Luz no Campo” para cobertura financeira dos custos diretos do Programa de Eletrificação Rural – Luz no Campo, do Ministério das Minas e Energia, com recursos oriundos da RGR. A operação tem como garantia recebíveis tarifários.

A Ampla e a Coelce obtiveram empréstimo “Eletrobrás – Luz para Todos” para cobertura financeira dos custos diretos das obras do Programa de Eletrificação Rural, que integra o Programa de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e Nota Promissória.

Destacam-se ainda os seguintes empréstimos pactuados pela controlada Coelce:

- União Federal (Agente Financeiro do Banco do Brasil) – Eletrobrás: Cessão de crédito, que fez com a Eletrobrás, em 30 de março de 1994, com vencimentos mensais consecutivos de juros e principal e data final de amortização prevista para 01 de março de 2014. Os encargos da operação são baseados na variação do IGP-M acrescidos de juros de 10,03% ao ano. A operação possui como garantia recebíveis tarifários. O saldo em 31 de dezembro de 2007 era de R\$ 41.780 (R\$ 43.690 em 31 de dezembro de 2006).
- Banco do Nordeste (PROINFA II): O contrato foi celebrado em 25 de setembro de 2006, com o Banco do Nordeste do Brasil, para o financiamento de inversões fixas, no valor total de R\$ 216.695, sendo R\$ 130.000 financiadas com recursos do FNE/PROINFA e R\$ 86.695 com recursos próprios da controlada Coelce. A operação tem duração de 8 anos com 35 meses de carência, com uma taxa de 14% ao ano, sendo amortizado em 60 parcelas mensais a partir da primeira amortização em 25 de outubro de 2009 e a última em 25 de setembro de 2014. O financiamento é garantido por Carta de Fiança Bancária em favor do Banco do Nordeste. Restam ainda R\$ 29.348 para a controlada Coelce receber referente a este contrato de empréstimo. O saldo em 31 de dezembro de 2007 era de R\$ 170.969 (R\$ 101.791 em 31 de dezembro de 2006).

A controlada Coelce comprometeu-se a manter determinados índices para algumas de suas obrigações, durante a vigência dos contratos, os quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2007:

Obrigações Especiais Financeiras	Banco	Índice
Dívida) com swap e fornecedores) / Ativo total (máximo)	BEI	0.7
EBITDA / Encargos da dívida (em 12 meses - mínima)	BEI	3.0
EBITDA / Despesa financeira líquida desembolsada (em 12 meses - mínima)	BNDES/Finem	4.5
Dívida bancária líquida / EBITDA (máximo)	BNDES/Finem	1.7
Dívida bancária líquida / Patrimônio líquido (máximo)	BNDES/Finem	0.6
Endividamento financeiro líquido / EBITDA (máximo)	BNDES/Finem	2.5
Endividamento financeiro líquido / (Endividamento financeiro líquido/ Patrimônio líquido) (máximo)	BNDES/Finem	0.6
DSRC (EBITDA / Serviço de dívida ajustado (*) mínimo)	BNDES/Finem	1.3

A controlada Endesa Fortaleza celebrou contrato de financiamento de longo prazo no valor de US\$ 130.000, estruturado na modalidade project finance e sem garantias pelos acionistas, com o International Finance Corporation – IFC, membro do World Bank Group, que promove o crescimento sustentável do setor privado em países em desenvolvimento. O referido montante captado pela referida controlada foi utilizado principalmente na liquidação do empréstimo bridge loan em aberto junto ao Banco Bilbao Vizcaya – BBVA.

No ano de 2006, a controlada Endesa CIEN realizou uma reestruturação de sua dívida financeira de longo prazo, através da contratação de um novo empréstimo e com a liquidação dos empréstimos mantidos junto ao BID, Santander Central Hispano, KFW, CALYON (ex CAI).

A negociação desse empréstimo foi concluída em 28 de dezembro de 2006 por meio da assinatura do contrato e da liberação do montante do empréstimo, instrumentado através de 40 CCB's - Cédulas de Crédito Bancário com valor unitário de R\$15 milhões.

Este empréstimo conta com a garantia da sua controladora Endesa Brasil S.A. e foi contratado em reais (R\$) junto ao Banco Santander Brasil na qualidade de coordenador líder de um grupo de bancos formados por Unibanco, Itaú e Bradesco.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006:

Moeda/ Indexador	2007	2006
Selic	11,87%	15,08%
CDI	11,81%	15,03%
TR	1,45%	2,04%
Dólar	-17,15%	-8,66%
Euro	-8,00%	1,64%
Libor	5,38%	5,42%
IGP-M	7,75%	3,83%
TJLP	6,42%	7,87%

15. DEBÊNTURES

	2007	Consolidado 2006
PASSIVO CIRCULANTE		
Principal	290.000	-
Juros	39.986	45.465
	329.986	45.465
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		
Principal atualizado	493.598	774.785
	493.598	774.785

AMPLA

Características das emissões:

Série	3ª emissão		4ª emissão
	1ª série	2ª série	série única
Forma e espécie	Nominativa/sem Garantia nem preferência (quirografária)	Nominativa/sem Garantia nem preferência (quirografária)	Nominativas e escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografária)
Quantidade de títulos	29.000 debêntures simples, referentes a 3ª emissão, 1ª série	11.000 debêntures simples, referentes a 3ª emissão, 2ª série	37.000 debêntures simples, referentes a 4ª emissão, série única
Valor nominal	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00
Data de emissão	01 de março de 2005	01 de março de 2005	01 de agosto de 2006
Vencimento final	01 de março de 2008	01 de março de 2008	01 de agosto de 2012
Remuneração	Taxa média DI + 1,2% a.a.	Taxa média IGP-M + 11,4% a.a.	Taxa média DI + 0,85% a.a.
Pagamento dos juros	Semestral, a partir da data de emissão	Anualmente, a partir da data de emissão	Semestral, a partir da data da emissão
Amortização programada	No vencimento	No vencimento	No vencimento

3ª EMISSÃO – Volume total da operação: MR\$ 400.000

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 20 de janeiro de 2005, foi aprovada a 3ª emissão de debêntures que teve como destinação de recursos o resgate parcial final da 2ª emissão de debêntures (realizado em 31 de março de 2005), o financiamento de parte dos programas de investimentos previstos para o ano de 2005, o pagamento de dívidas de curto prazo e o eventual saldo remanescente, utilizado para o reforço de capital de giro. A 1ª série desta emissão, no valor de R\$ 290 milhões, tem seu vencimento final em 1º de março de 2008.

4ª EMISSÃO – Volume total da operação: MR\$ 370.000

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures cujos recursos foram destinados a alongar prazos e reduzir custos de dívida da companhia, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

De acordo com as escrituras das 3ª e 4ª emissões de debêntures, a Sociedade está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Demonstrações Financeiras. Até 31 de dezembro de 2007 os referidos índices foram mantidos, na avaliação de sua Administração.

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

	2010	2011	2012	Total
2ª série - 3ª emissão	123.598	-	-	123.598
1ª série - 4ª emissão	-	185.000	185.000	370.000
	123.598	185.000	185.000	493.598

16. FORNECEDORES

PASSIVO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Furnas Centrais Elétricas	-	-	32.223	16.300
Itaipú (Eletrobrás)	-	-	27.743	37.173
Rede Básica	-	-	12.064	13.025
CCEAR	-	-	32.376	40.089
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	57.088	57.383
Custo pelo uso do sistema de transmissão	-	-	18.182	18.945
ABB Ltda	-	-	4.504	5.993
COPEL	-	-	11.505	-
Dona Francisca Energética S.A.	-	-	5.234	3.617
Cia do São Francisco - CHESF	-	-	11.266	10.603
CESP	-	-	1.789	10.048
COPEN	-	-	6.814	6.096
Banco Santander Brasil	-	-	-	3.001
COMERC	-	-	4.547	2.790
PETROBRÁS Distribuidora	-	-	4.986	1.294
Outros	-	-	27.274	46.934
Materiais	-	-	179.244	126.199
Serviços	1.413	394	26.155	26.607
Total Circulante	1.413	394	462.994	426.097

17. CONTAS A PAGAR DE OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

As controladas Coelce e Endesa Fortaleza mantém contratos de “swap” com o objetivo de proteção (“hedge”) ao risco cambial e taxas de juros dos passivos denominados em dólares norte-americanos. Os saldos desses contratos nas datas dos balanços estão registrados no balanço patrimonial em contrapartida do resultado do período.

Em março de 2007 a controlada Endesa Fortaleza celebrou um contrato de “swap” com o Citibank no valor de aproximadamente US\$ 24.000, que corresponde à parte da dívida situada na faixa IFC-B, com a finalidade de referenciar em reais 20% do total da dívida.

No exercício de 2007, o dólar americano apresentou uma desvalorização de 17,15% em relação ao real (8,66% em 2006).

18. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006 (reclassificado)
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	129.211	121.387
PIS/Cofins	187	-	56.984	138.685
Instituto nacional de seguro social - INSS	788	-	817	1.933
Imposto de Renda - IR	27	-	35.276	314.435
Contribuição Social	69	-	31.395	40.085
Imposto sobre serviços - ISS	354	-	2.320	-
Outros	21	148	6.843	7.774
	1.446	148	262.846	624.299
Curto Prazo	1.446	148	254.404	615.635
Não-circulante	-	-	8.442	8.664

a) PIS e Cofins

Os saldos de PIS e Cofins incluem o provisionamento desses tributos oriundos de decisão desfavorável à controlada Coelce em relação ao seu pedido de compensação de valores de multas pagas espontaneamente com valores de PIS, Cofins e IRPJ no ano de 1999.

A partir dessa decisão desfavorável a Coelce optou por parcelar o valor devido, R\$ 15.416, em 60 vezes, pagas mensalmente e atualizadas pela taxa Selic.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2007 e 2006 são apresentados a seguir:

	2007					
	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
ENERGIS INTERNACIONAL						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	448.059	493.671	14.462
Diversos	-	-	-	298	2.826	596
CAM-COMPANHIA AMERICANA DE MULTISERVIÇOS						
Fornecedores	-	-	-	-	7.253	(16.432)
Adiantamentos	-	-	-	1.536	-	(528)
SYNOPSIS BRASIL S.A.						
Fornecedores	-	-	-	-	6.149	(39.486)
Diversos	-	-	-	-	-	(3.761)
CIEN-COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA						
Empréstimos e financiamentos	224.022	-	31.005	-	-	-
Diversos	24	142	5.961	-	-	-
ENDESA FORTALEZA						
Diversos	-	540	-	-	-	-
ENDESA CACHOEIRA						
Diversos	-	185	-	-	-	-
AMPLA						
Diversos	-	1.461	-	-	-	-
ENERTRADE COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A						
Compra de energia	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	4.502	-	(26.166)
ENDESA INTERNACIONAL ENERGIA LTDA.						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	38.433	(3.868)
ENDESA COSTANERA S.A						
Compra/transporte de energia / multa	-	-	-	13.655	47.817	3.614
INGENDESA BRASIL S.A						
Prestação de Serviços	-	-	-	-	3	-
CEMSA						
Compra/transporte de energia / multa	-	-	-	27.230	63.411	26.160
LUZ DE RIO LTDA.						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	34.250	(4.971)
Diversos	-	1	-	684	1	-
Outras	-	-	-	-	72	4
Total	224.046	2.329	36.966	491.462	698.388	(50.376)
Circulante	704	2.329	-	42.421	172.796	-
Não-Circulante	223.342	-	-	449.041	525.592	-

	2006					
	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
ENERSIS INTERNACIONAL						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	494.597	554.683	10.492
Diversos	-	-	-	313	3.411	(2.812)
CAM-COMPANHIA AMERICANA DE MULTISERVIÇOS						
Fornecedores	-	-	-	-	9.775	(21.290)
Adiantamentos	-	-	-	2.206	-	(2.085)
SYNOPSIS BRASIL S.A.						
Fornecedores	-	-	-	-	3.985	(47.526)
Diversos	-	2	-	-	2	-
CIEN-COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA						
Empréstimos e financiamentos	225.932	-	11.557			
Diversos	-	142	-	-	-	-
ENDESA FORTALEZA						
Diversos	-	540	-	-	-	-
ENDESA CACHOEIRA						
Diversos	-	185	-	-	-	-
AMPLA						
Diversos	-	1.256	-	-	-	-
ENERTRADE COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A						
Compra de energia -	-	-	-	9.950	(31.919)	
ENDESA INTERNACIONAL ENERGIA LTDA.	4.502	(26.166)				
Empréstimos e financiamentos -	-	-	-	56.504	(16.978)	
ENDESA COSTANERA S.A						
Compra/transporte de energia / multa	-	-	-	8.895	48.608	5.578
INGENDESA BRASIL S.A						
Prestação de Serviços	-	-	-	121	-	-
CEMSA						
Compra/transporte de energia / multa	-	-	-	20.421	98.805	(31.024)
LUZ DE RIO LTDA.						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	29.281	(3.628)
Diversos	-	-	-	684	1	-
Outras	-	-	-	6	180	579
Total	225.932	2.125	11.557	527.243	815.185	(140.613)
Circulante	2.590	2.125		30.393	211.910	
Não-Circulante	223.342	-		496.850	603.275	

A Endesa Brasil concedeu um empréstimo a sua controlada Endesa CIEN, em novembro de 2006, no montante total de R\$ 220.000, como ferramenta de refinanciamento dos empréstimos de sua mencionada controlada para a quitação de obrigações de curto prazo. Este financiamento, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 224.022 (R\$ 225.932 em 31 de dezembro de 2006) possui prazo final em 20 de dezembro de 2012, prevê amortizações semestrais de juros auferidos e está indexado pela variação do CDI, acrescido de juros de 2,5% ao ano.

A controlada Endesa CIEN contratou empréstimos com a Endesa Internacional S.A. para aquisição de máquinas e equipamentos e finalização da construção da linha de transmissão II. Estas operações foram pactuadas em condições normais de mercado, com uma taxa média anual de 6,70%, com vencimentos para 30 de maio de 2012.

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições usuais de mercado, na avaliação da Administração das companhias integrantes da Endesa Brasil, conforme abaixo discriminadas:

O empréstimo com a Enersis Internacional, transferido da Luz de Panamá para Investluz através de "Credit Assignment Agreement" assinado em 27 de outubro de 2004, no montante de US\$ 62.268 mil, possui taxa de juros de 10,5% ao ano acrescido de variação cambial e tem vencimento em maio de 2006.

Com a venda da CERJ Overseas, antiga controlada da Ampla, os contratos de mútuo que a Ampla possuía com esta companhia, foram transferidos para à Enersis Internacional, acionista da Endesa Brasil e tem suas respectivas datas de vencimento em 06 de outubro de 2008.

A Ampla possui um contrato de compra de energia com início em 31 de dezembro de 2002 e término em 30 de dezembro de 2022 e reajuste anual com base em 100% da variação do IGP-M, tendo a Aneel autorizado preço menor do que o pactuado no contrato. A Enertrade pertence ao grupo EDP (Eletricidade de Portugal Intern SGPS S.A) que, à época da assinatura do contrato era parte do grupo de controle da Ampla através de Acordo de Acionistas, e, por isso, considerada parte relacionada da companhia.

As operações realizadas com a Synopsis Brasil S.A referem-se, basicamente, à prestação de serviços de informática e manutenção dos sistemas das controladas.

Os saldos com a CAM Brasil Multiserviços Ltda. advém, basicamente, de contratação desta para fiscalização de obras para a Ampla e a Coelce com aplicação direta no investimento dessas controladas. A CAM Brasil Multiserviços Ltda. também prestou serviços de fiscalização de cortes e aparelhos queimados, sendo estes classificados como despesa.

20. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	2007	Consolidado 2006
CIRCULANTE		
Provisão de férias	20.047	19.249
Outras	492	2.088
	20.539	21.337

21. PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição e geração de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e somente as companhias de distribuição devem incluir nesta destinação o programa de Eficiência Energética com sua distribuição de acordo com os percentuais determinados pela Aneel.

De acordo com a resolução Aneel nº 176, de 28 de novembro de 2005, as controladas Ampla e Coelce passaram a contabilizar as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores provisionados e corrigidos pela Taxa Selic até a efetiva realização.

	2007	Consolidado 2006
PASSIVO CIRCULANTE		
Programa de Eficiência Energética - PEE	63.619	58.683
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	2.563	13.613
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	44.049	38.019
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	11.166	12.072
	121.397	122.387

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2007	Consolidado 2006
CIRCULANTE		
Taxa Regulamentar	110	105
Arrecadação de Terceiros	9.651	3.589
Adiantamentos de Clientes	1.159	1.082
Empréstimos Compulsórios	462	176
Projetos de extensão de redes	2.421	1.921
Instalação de rede provisória	2.257	1.757
Provisão - Multa Interconexão	-	2.021
Taxa de iluminação pública arrecadada	28.653	27.459
Provisão devolução baixa renda	25.788	-
Diversos	14.430	11.023
	84.931	49.133
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Diversos	1.643	4.205
	1.643	4.205

23. PARCELAMENTO ESPECIAL (CONSOLIDADO)

	2007	2006
REFIS	65.636	70.850
REFERJ	76.907	86.598
	142.543	157.448
Circulante	21.519	21.782
Não-circulante	121.024	135.666

No primeiro trimestre de 2001, com base na Resolução nº 7/2000, do Comitê Gestor do REFIS, a controlada Endesa Cachoeira formalizou a opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, mediante apresentação da “Declaração REFIS” na qual foi contemplado o Imposto de Renda diferido sobre depreciação acelerada, no montante de R\$ 24.661, mais encargos de multa e juros correspondentes.

O pagamento está sendo realizado em prestações mensais equivalentes a 1,2% da receita bruta mais juros mensais de acordo com a variação da TJLP. O montante da dívida em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 32.290 (R\$ 35.927 em 2006).

A Endesa Cachoeira mantém uma carta de fiança bancária no valor total devido como garantia deste programa.

Em 29 de agosto de 2003, a controlada Ampla aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal/Parcelamento Especial – PAES, também conhecido como REFIS II, instituído pela Lei nº 10.684/2003. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos, em 120 (cento e vinte) meses, oriundos de notificações fiscais de lançamentos de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS emitidos contra a Ampla, no período de outubro/96 a julho/2000, cujos valores se referiam, preponderantemente, a responsabilidade solidária sobre contratações de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da Ampla, quanto ao risco de perda das impugnações efetuadas se mostrava provável. O saldo remanescente desta dívida em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 33.346 (R\$ 34.923 em 2006).

REFERJ

A REFERJ representa o valor do ICMS incidente sobre as importações efetuados no Estado do Rio de Janeiro de equipamentos através do regime de Drawback do sistema de interconexão, o qual vem sendo pago pela controlada Endesa CIEN através do Programa de Refinanciamento de dívidas com a Fazenda deste Estado, amortizável em um período de 10 anos (restando 6 anos em 31 de dezembro de 2007). A controlada Endesa CIEN foi fiscalizada em dezembro de 2004 pela Fazenda estadual que homologou o valor devido declarado.

24. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

GRI

EC3

	Consolidado		
	2007		
	Passivo circulante	Passivo não-circulante	Total
Obrigações por benefícios pós emprego	33.454	185.384	218.838
Total	33.454	185.384	218.838

	Consolidado		
	2006		
	Passivo circulante	Passivo não-circulante	Total
Contribuições parceladas	-	56.599	56.599
Obrigações por benefícios pós emprego	39.651	130.732	170.383
Saldo negociado contribuições em atraso	930	352	1.282
Programa de Incentivo à pré aposentadoria	20	-	20
Total	40.601	187.683	228.284

AMPLA

A companhia é patrocinadora da Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal a complementação dos benefícios previdenciários aos empregados da Ampla. A Brasileiros adota dois tipos de Planos de Benefícios: Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA (Benefício Definido) e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV (Contribuição Variável) – antigo Plano de Complementação de Aposentadoria – PACD, alterado com base na Resolução MPS/CGPC nº16 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, para o cálculo e acumulação dos recursos necessários ao seu plano previdenciário.

Os Planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados.

Foi adotado o método de crédito unitário projetado que reflete os benefícios de aposentadoria baseados nos serviços tanto prestados como a prestar pelos empregados na data da avaliação atuarial. Este método aloca o custo dos benefícios de aposentadoria dos empregados uniformemente (em valores absolutos ou como porcentagem de salários) durante todo o período de emprego.

O custeio dos planos é feito com base em contribuição da patrocinadora e dos participantes, conforme os percentuais, definidos no regulamento e no custeio dos planos, abaixo descritos:

I) Plano de complementação de aposentadoria (PCA)

Patrocinadora

Contribui com 5,62% da folha de salários, dos quais 1,35% são destinados à cobertura dos benefícios e 4,27% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Em 2007 a Ampla contribuiu com o montante de R\$ 3.338 (R\$ 14.000 em 2006) referentes a fundos de complementação de aposentadoria.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

II) Plano de aposentadoria de contribuição variável (PACV)

Patrocinadora

Contribui com 4,28% em média, da folha de salários dos participantes ativos com base na posição de 31 de dezembro de 2007, 4,27% utilizados para cobertura das despesas administrativas e 0,01% são destinados à cobertura dos benefícios.

Em 2007 a Ampla contribuiu com o montante de R\$ 14.768 (R\$ 48.086 em 2006) referentes a fundos de contribuição variável.

Participantes Ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 4,48% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

Os participantes dos planos estão posicionados em 31 de dezembro, conforme quadro abaixo:

	2007	2006
Participantes ativos	1.389	1.367
Assistidos	2.017	2.051
Pensionista	659	653
Vinculados contribuintes	8	15
Vinculados não contribuintes	36	28
Total	4.109	4.114

O passivo atuarial apurado e registrado pela controlada Ampla, em 31 de dezembro de 2007 e também em 2006, reflete o cálculo efetuado por atuário independente em conformidade com a deliberação CVM nº 371.

Coelce

A controlada Coelce é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da companhia, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

No 1º semestre de 2007 foi contabilizado uma reversão de R\$ 16.289 decorrente dos efeitos esperados na migração de aproximadamente 50% dos empregados da companhia, participantes do Plano BD para o Plano CD.

O cálculo das reservas matemáticas relativas aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o regime financeiro de capitalização.

Para a Plano BD a controlada Coelce contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha

de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas do programa previdencial da referida entidade. Para o Plano CD a controlada Coelce contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante contribui. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas "em cascata". O passivo atuarial apurado em 31 de dezembro de 2007 e 2006 reflete o cálculo efetuado por atuário independente em conformidade com a deliberação CVM nº 371.

A composição da obrigação atuarial consolidada, em 31 de dezembro, é como segue:

CONCILIAÇÃO DOS (ATIVOS) PASSIVOS	2007
Valor Presente das obrigações atuarias totalmente descobertas	1.289.375
Valor justo dos ativos	(1.080.877)
Ativos dos participantes	10.340
Passivo atuarial Reconhecido	218.838
Circulante	33.454
Não-circulante	185.384
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL LÍQUIDO EM 2007 E 2006	
Passivo reconhecido no início do ano	228.284
Despesas no exercício	5.227
Contribuições anuais dos patrocinadores	(24.791)
Ganhos(Perdas) atuarias reconhecidos	(2.258)
Superávit pendente de reconhecimento	5.237
Acordos liquidados	(3.201)
Ativos dos participantes	10.340
	218.838
VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO	
Valor justo dos ativos no início do exercício	966.810
Rendimento real dos ativos no exercício	189.130
Contribuições pagas no exercício	37.436
Benefícios pagos no exercícios	(85.660)
Acordos liquidados	(26.839)
Valor justo dos ativos do plano final do exercício	1.080.877
VALOR DO PASSIVO ATUARIAL	
Valor do passivo atuarial no início do exercício	1.179.138
Custos dos serviços correntes	8.029
Custos dos juros	127.135
Benefícios pagos	(92.345)
Ganho (Perda) atuarial não reconhecido	32.242
Superavit pendente de reconhecimento	5.237
Acordos liquidados	(26.839)
Impactos decorrentes de alteração do desenho do Plano	(3.829)
Impactos decorrentes de alterações nas hipóteses atuariais	60.607
Valor do passivo atuarial no final do exercício	1.289.375

Despesas previstas para o ano de 2008:	Custo do serviço corrente	9.541
	Custo dos juros	134.955
	Retorno dos investimentos	(119.390)
	Contribuição esperada dos empregados	(2.407)
	Total de despesas previstas	22.699

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo, no exercício de 2007 e 2006, foram os seguintes para cada companhia:

AMPLA

Premissas	Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	Plano de Assistência Médica
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	12,14%	12,14%	112,14%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos	12,14%	12,14%	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,05%	6,05%	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,00%	5,00%	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT83 sem agravamentos	AT83 sem agravamentos	AT83 sem agravamentos
Tábua de mortalidade de inválidos	AT49 com 6 anos de agravamento	AT49 com 6 anos de agravamento	N/A
Taxa de rotatividade esperada	0% ao ano	3% ao ano	N/A
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade a um benefício integral pelo plano.	100% na primeira elegibilidade a um benefício integral pelo plano.	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para determinação das taxas nominais acima)	5,00%	5,00%	5,00%

Principais premissas atuariais	2007	2006
Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total	9,20% inflação anual+ desconto 5%a.a	10,24% inflação anual+ desconto 6%a.a
Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano	10,24% inflação anual+ Juro real 6%a.a	10,24% inflação anual+ Juro real 6%a.a
Taxa do crescimento salarial	5,18% (empregados participantes) 4% (participantes não empregados)	5,18% (empregados participantes) 4% (participantes não empregados)
Taxa de inflação esperada	4%	4%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4%	4%
Fator de capacidade do benefício/salário	98%	98%
Taxa de rotatividade	Nula	0,74% a.a (próximos 12 meses) 0,27% a.a (anos remanescentes)
Tábua geral de mortalidade (qx)	AT-83	AT-83
Tábua de entrada em invalidez (ix)	LIGHT-MÉDIA	LIGHT-MÉDIA
Tábua de mortalidade de inválidos (q ix)	qx da AT-49	qx da AT-49
Tábua de mortalidade de ativos	método de Hamza	método de Hamza

25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS (CONSOLIDADO)

Contingências	2007			2006		
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Líquido	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Líquido
Trabalhistas (a)	298.089	22.657	275.432	281.572	19.241	262.331
Cíveis (b)	290.845	62.949	227.896	246.109	91.033	155.076
Fiscais (c)	146.205	121.965	24.240	232.497	94.810	137.687
Outros	1.871	16.570	(14.699)	2.340	16.360	(14.020)
	737.010	224.141	512.869	762.518	221.444	541.074
Circulante	1.884	-	1.884	1.615	-	1.615
Longo Prazo	735.126	224.141	510.985	760.903	221.444	539.459

As Administrações das controladas da Sociedade entendem que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos assessores jurídicos destas companhias, foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Existem ainda processos de naturezas cível, trabalhista e juizado especial em andamento em 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 677.062 (R\$ 831.950 em 31 de dezembro de 2006), cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores legais das controladas e da Sociedade como possível não estando, portanto, nenhuma provisão registrada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Contingências trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa, entre outros.

b) Contingências cíveis

A situação jurídica das controladas da Endesa Brasil engloba processos de natureza cível, nos quais as controladas são réis, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

c) Contingências fiscais

Os litígios fiscais de maior relevância são referentes à:

AMPLA

- **CMS**

Autos de Infração de ICMS, correspondentes a fiscalização ocorrida no período de junho de 2000 a janeiro de 2002, que foram contestados pela Ampla e estão em fase de julgamento pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro;

Em 26 de setembro de 2005, a controlada Ampla sofreu autuação através de dois autos de infração lavrados pela Secretaria de Estado da Receita, que atualizados montam a R\$ 119.689, alegando ter a Sociedade efetuado os recolhimentos do ICMS e do Adicional do Fundo de Combate à Pobreza fora do prazo de pagamento instituído pelo Decreto Estadual nº 31.632/2002, sem os respectivos acréscimos legais. Os consultores legais que patrocinam esse processo, ainda em esfera administrativa, entendem que as chances de êxito são possíveis, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão para contingências relacionada a estes autos.

- **IRRF – Juros de FRN**

Em julho de 2005, a controlada Ampla recebeu da Secretaria da Receita Federal auto de infração no valor original de R\$ 480.782 (processo administrativo nº 10730003110200555). O auto de infração foi lavrado em razão da SRF entender que

houve a perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do Imposto de Renda na fonte incidente sobre os juros dos Fixed Rate Notes emitidos pela Ampla em 1998. Em 06 de dezembro de 2007, o Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda julgou procedente o recurso voluntário apresentado pela Ampla, declarando a insubsistência do referido auto de infração. Essa decisão do Conselho de Contribuintes pode, ainda, ser objeto de recurso por parte da Fazenda Nacional a Câmara Superior de Recursos Fiscais. Conforme parecer dos advogados externos, a probabilidade de êxito na esfera administrativa é possível, motivo pelo qual a administração não contabilizou provisão para contingência em conexão com este assunto.

- **Cofins**

A controlada Ampla possui decisão judicial transitada em julgado contra a incidência da Cofins sobre as operações de energia elétrica, tendo como argumento a imunidade tributária definida no § 3º do art. 155 da Constituição Federal. Com o advento da Emenda Constitucional 33/01 de 11/12/01 que modificou o texto do dispositivo constitucional citado, a Ampla passou a recolher os valores dessa contribuição, de acordo com o que dispõe a Lei 9.718/98 e a partir de fevereiro de 2004, pela alíquota de 7,6%, segundo as normas da não cumulatividade, determinadas pela Lei nº 10.833/03.

A Ação Rescisória ingressada pela União Federal contra a controlada Ampla, pelo não pagamento da Cofins do período de julho de 1996 a dezembro de 2001, teve no final de dezembro de 2003 mais uma decisão favorável à controlada Ampla pelo Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Após essa decisão favorável, a União ainda ingressou com outros recursos, sendo que todos foram julgados em favor da Ampla. No final do ano de 2007, a União apresentou recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, o qual ainda está em análise de admissibilidade. Devido aos êxitos anteriores e à opinião dos assessores jurídicos da controlada Ampla da causa ter êxito possível, até 31 de dezembro de 2007 o montante apurado é de R\$ 370.106 e a Administração não constituiu provisão para contingências relacionadas a este processo judicial.

COELCE

A controlada Coelce possui processo administrativo pendente de julgamento, protocolado junto à Receita Federal, em que solicita a compensação dos valores recolhidos a maior a título de PASEP, em face da inconstitucionalidade dos Decretos nºs 2.445/88 e 2.448/88, declarada pelo Supremo Tribunal Federal e ratificada por meio de resolução do Senado Federal. Sustentada na opinião dos consultores legais, a controlada Coelce decidiu compensar os valores envolvidos com os impostos e contribuições vincendos (PIS, Cofins, IRPJ e CSLL). Conservadoramente, a controlada Coelce manteve provisionado o valor dos referidos tributos e contribuições compensadas, no montante de R\$ 9.075. Em junho de 2007, apoiada em carta conforto de seus assessores legais, a controlada Coelce procedeu à reversão de R\$ 9.000.

ENDESA FORTALEZA

- **II e IPI - Grupo Eletrogêneo**

Em 31 de janeiro de 2006, a Endesa Fortaleza recebeu Auto de Infração da Secretaria da Receita Federal - SRF, notificando a cobrança do imposto de importação – II e do imposto sobre produtos industrializados – IPI incidentes nas importações das máquinas e equipamentos, utilizadas na construção da Usina Termelétrica, sendo esta composta por unidades turbogeradoras a gás e a vapor.

O objetivo primordial do referido Auto de Infração foi prevenir a decadência do direito da cobrança de tais impostos por parte da SRF. O argumento utilizado pela SRF encontra-se respaldado na interpretação de que a Endesa Fortaleza teria se beneficiado de forma incorreta das alíquotas de 0% de II e IPI, uma vez que as máquinas e os equipamentos importados não atendem ao conceito de Grupo Eletrogêneo e que, assim, teriam classificações fiscais próprias sujeitas à tributação por ditos impostos. Os tributos considerados neste Auto de Infração já são objetos de ações judiciais existentes para discussão da aplicabilidade do conceito de “Grupo Eletrogêneo”, razão pela qual, a própria SRF reconheceu a suspensão da exigibilidade do II e do IPI por conta da tutela antecipada deferida, mediante apresentação de garantia do juízo por meio de depósito judicial.

O montante total (multa e juros) do referido Auto de Infração é de R\$ 104.606, sendo: principal de R\$ 44.224; multa de ofício de R\$ 33.168; juros de mora de R\$ 18.834; e multa isolada de R\$ 8.380. Com base em pareceres de consultores jurídicos, foi constituída provisão para contingências no montante de R\$ 33.737, sendo este montante suficiente para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. Em 24 de fevereiro de 2006, a controlada Endesa Fortaleza apresentou impugnação ao referido Auto de Infração.

Em 8 de Junho de 2007, a companhia tomou ciência da decisão que declarou a nulidade do Auto de Infração, por unanimidade de votos, da Segunda Turma da Fazenda Pública Federal, declarando que o auto foi aplicado sem analisar a classificação fiscal das equipes de forma individual.

No dia 26 de Outubro de 2007, a Endesa Fortaleza recebeu novo parecer dos advogados, o qual classifica como Remota a probabilidade de perda neste processo. Diante da referida opinião, houve a reversão do montante provisionado.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 o capital social da Endesa Brasil é de R\$ 916.878 e sua composição acionária tem a seguinte distribuição:

ACIONISTA	Quantidade de ações	% de Participação no Capital
Companhia Eléctrica Cono Sur S.A.	60.299.607	35,29
Endesa Internacional S.A.	47.354.669	27,71
Enersis S.A. Ag. Ilhas Cayman	19.460.714	11,39
Enersis S.A.	14.702.746	8,60
Chilectra S.A.	7.735.702	4,53
Edegel S.A.	6.957.053	4,07
Luz de Rio Ltda.	5.809.529	3,40
Chilectra Inversud S.A.	3.939.013	2,31
Chilectra S.A. Ag. Ilhas Cayman	40	0,00
International Finance Corporation - IFC	4.618.298	2,70
Outros	7	0,00
Total	170.877.378	100,0

Em fevereiro de 2006, a Sociedade emitiu bônus de subscrição, que permitem às empresas Enersis Internacional, Chilectra S.A. e Chilectra Inversud integralizar capital na Sociedade a qualquer tempo, dentro do prazo de quatro anos, a partir de outubro de 2008, com a transferência da participação acionária que detêm na Ampla Energia e Serviços S.A. e na Ampla Investimentos e Serviços S.A.

Em 27 de junho de 2006, a Endesa Brasil, através de Reunião do Conselho de Administração, deliberou pelo aumento de capital social da companhia mediante a emissão de 4.618.298 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, em razão da subscrição realizada pelo International Finance Corporation – IFC, cujo valor total equivalente aportado como aumento de capital foi de R\$ 111.025.

Foi firmado um instrumento entre a Sociedade e o IFC, denominado “Put Option Agreement”, que possui cláusulas de:

- opção de venda das ações adquiridas pelo IFC para a companhia ou para os acionistas (“sponsors”);
- garantia do retorno do capital investido;
- datas-limite em 3 anos contados de agosto de 2006, para a abertura de capitais da companhia onde o não cumprimento obriga a Endesa Brasil a devolver o capital investido atualizado monetariamente e em conformidade com cálculo específico demonstrado no referido instrumento.

Por conta do acordo firmado e das obrigações legais da Sociedade com o IFC, o registro contábil deste aporte de capital foi efetuado inicialmente como um aumento de capital, creditando-se a conta de capital e, em seguida, foi constituída uma conta redutora desta (Ações resgatáveis no futuro), em contrapartida a uma obrigação não circulante, refletindo a obrigação da Sociedade ao final do prazo do acordo.

b) Dividendos

De acordo com o estabelecido pelo estatuto social da Endesa Brasil, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações

Durante o ano de 2007, através de seu Conselho e Administração, a Endesa Brasil pagou e antecipou dividendos a seus acionistas, decorrentes dos lucros retidos em 2006 e resultados preliminares auferidos no ano de 2007, no montante total de R\$ 403.000 (sendo R\$ 217.922 referente a lucros retidos anteriormente e R\$ 185.078 referente ao lucros preliminares auferidos durante o período de 2007), suportados pelos termos do artigo n° 33 do seu Estatuto Social. Deste montante, R\$ 401.563 já foram pagos a seus acionistas até 31 de dezembro de 2007.

De acordo com a política da Sociedade de distribuição total do lucro ajustado como dividendos foram provisionados o montante de R\$ 262.041 referente aos lucros remanescentes do ano de 2007. Esta proposta de distribuição deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração da Sociedade e apresentada na próxima Assembléia Geral de Acionistas.

c) Reserva Legal

A Sociedade constituiu reserva legal em 2007, no montante de R\$ 23.534 (R\$ 18.803 em 2006), equivalente ao percentual de 5% de seu lucro líquido do exercício em questão nos termos da legislação societária em vigor, limitado a 20% de seu capital social.

27. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

			2007
	Nº de consumidores (Não-auditado)	MWh (Não-auditado)	Valor
FORNECIMENTO FATURADO			
Residencial	4.170.737	5.795.647	2.436.782
Industrial	11.941	2.084.529	723.753
Comércio, serviços e outros	313.029	3.002.083	1.392.858
Rural	326.382	879.970	180.156
Poder público	39.792	753.198	285.373
Iluminação pública	4.974	748.578	200.582
Serviços públicos	1.725	521.076	141.240
	4.868.580	13.785.081	5.360.744
Suprimento de energia elétrica			1.245.379
Fornecimento não faturado			(308)
Receita de uso da rede elétrica			197.644
Baixa Renda			266.912
Ativo Regulatório - Reposicionamento tarifário			(115.731)
Recuperação do Ativo Regulatório			(77.044)
Outras Receitas			134.247
ICMS			(1.369.410)
ISS			(3.308)
PIS			(46.166)
Cofins			(309.987)
Cota para Reserva Global de Reversão			(62.585)
Encargo de capacidade emergencial			(4)
Subvenções CCC/CDE			(220.595)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética			(35.398)
Total			4.964.390

28. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

A composição do saldo é como segue:

	2006 (reclassificado)		
	Nº de consumidores (Não-auditado)	MWh (Não-auditado)	Valor
FORNECIMENTO FATURADO			
Residencial	3.966.769	5.544.847	2.396.772
Industrial	11.683	2.074.635	729.299
Comércio, serviços e outros	281.782	2.874.383	1.386.263
Rural	263.964	803.616	178.499
Poder público	36.776	729.988	279.247
Iluminação pública	2.908	704.615	197.504
Serviços públicos	2.428	514.501	142.170
	4.566.310	13.246.585	5.309.754
Suprimento de energia elétrica			687.933
Fornecimento não faturado			39.545
Receita de uso da rede elétrica			264.603
Baixa Renda			154.001
Ativo Regulatório - Reposicionamento tarifário			(126.899)
Recuperação do Ativo Regulatório			(118.459)
Outras Receitas			51.133
ICMS			(1.320.799)
ISS			(2.550)
PIS			(81.613)
Cofins			(353.177)
Cota para Reserva Global de Reversão			(62.147)
Encargo de Capacidade Emergencial			(1.044)
Subvenções CCC/CDE			(306.205)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética			(27.584)
Total			4.106.492

	2007	Consolidado 2006
Centrais Elétricas Furnas	(116.454)	(114.155)
Itaipu Binacional	(176.065)	(164.839)
Rede Básica	(115.620)	(118.111)
Enertrade Comercialização de Energia S.A.	(26.166)	(31.919)
Encargos de conexão	(12.801)	(13.546)
CCEARs - Contratos Comerc. Energia Ambiente Regulado	(388.330)	(329.420)
Companhia Energética de São Paulo - CESP	(40.991)	(153.980)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	(237.486)	(320.907)
Encargos de uso do sistema da rede de transmissão	(103.506)	(111.866)
Cemsa - Comercializadora del Mercosul	-	(47.024)
Central Costanera	-	(9.106)
Light S.A.	(104.776)	(112.814)
CVA Econômica	(27.286)	11.896
CVA - Compra de Energia	22.279	96.992
CVA Financeira Sobrecontratação	(3.506)	(2.125)
Companhia do São Francisco - CHESF	(75.070)	(68.832)
CEMIG - Geração e Transmissão S.A.	(84.483)	-
Programa de inc. as fontes alternativas - PROINFA	(14.538)	-
Amortização CVA	(44.885)	-
COPEL	(27.146)	(25.248)
Eletronorte	(33.649)	(36.503)
União Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	(51.173)	-
Escelsa	-	(22.576)
CEMIG	-	(20.545)
COPEN	(101.037)	-
TRACTEBEL	(117.811)	-
ELETROBOLT	(35.519)	-
PETROBRÁS	(172.597)	-
TERMORIO	(48.116)	-
CAMMESA	(58.744)	-
Outros	(69.056)	(93.569)
	(2.264.532)	(1.688.197)

29. RESULTADO OPERACIONAL

	Custo de Operação	Despesas de vendas e outras	Despesas Gerais Administrativas e Operacionais	2007	2006 (reclassificado)
Receita Operacional Líquida				4.964.390	4.106.492
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL					
Pessoal (inclui Entidade de previdência privada)	(161.418)	(12.002)	(81.538)	(254.958)	(236.572)
Administradores	-	(1.122)	(3.306)	(4.428)	(4.326)
Material	(14.776)	(8.651)	(13.066)	(36.493)	(14.953)
Matéria-Prima e insumos p/produção de energia	(24.022)	-	-	(24.022)	(10.527)
Serviços de terceiros	(230.693)	(58.921)	(73.566)	(363.180)	(345.968)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.161.026)	-	-	(2.161.026)	(1.576.331)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(103.506)	-	-	(103.506)	(111.866)
Encargo de Serviços do Sistema	-	-	(15.463)	(15.463)	(40.408)
Depreciação e amortização	(314.407)	(2.390)	(7.414)	(324.211)	(329.374)
Amortização do ágio oriundo da incorporação	-	(15.220)	-	(15.220)	(15.033)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa /perda com títulos incobráveis - castigo de dívida	-	(99.865)	-	(99.865)	(148.564)
Provisão Perda de Receita - racionamento	-	(45.045)	-	(45.045)	(1.184)
Provisão para contingências	-	(6.136)	(24.921)	(31.057)	(75.726)
Compensação financeira por utilização de recursos hídricos	-	-	(15.470)	(15.470)	(16.031)
Taxa de fiscalização Aneel	-	(4.408)	(8.876)	(13.284)	(10.138)
Custo do serviço prestado a terceiros	(11.716)	-	-	(11.716)	(7.580)
Outras despesas	(19.474)	(7.281)	(27.992)	(54.747)	(78.937)
Total	(3.041.038)	(261.041)	(271.612)	(3.573.691)	(3.023.518)
Resultado do serviço				1.390.699	1.082.974
Resultado Financeiro				(276.591)	(210.313)
Amortização do Ágio				(167.532)	(167.050)
Resultado Operacional				946.576	705.611

30. RESULTADO NÃO-OPERACIONAL

	2007	Consolidado 2006
RECEITAS NÃO-OPERACIONAIS		
Aluguel	812	567
Atualização atuarial	16.289	5.649
Ganho na alienação de bens e direitos intangíveis	8.211	59.866
Sobra no inventário de estoques	1.856	5.329
Venda de sucata	1.959	-
Outras	303	10.678
Total	29.430	82.089
DESPESAS NÃO-OPERACIONAIS		
Perda na alienação/desativação de bens, líquido	(9.402)	(26.176)
Perda no inventário de estoques	(1.573)	(2.611)
Atualização atuarial	(4.869)	-
Quanta Geração	(1.362)	-
Ajuste baixa de adiantamentos	(8.195)	-
Outras	(10.348)	(6.751)
Total	(35.749)	(35.538)
Total	(6.319)	46.551

31. SEGUROS (NÃO-AUDITADO)

Em 31 de Dezembro de 2007, as companhias integrantes do consolidado Endesa Brasil possuíam cobertura de seguros contra danos materiais para os bens do ativo imobilizado, por valores considerados pela administração dessas companhias como suficientes para cobrir perdas significativas.

A Endesa Brasil após reavaliação e visando redução de custos decidiu não incluir a modalidade de lucros cessantes para o ano de 2008.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CVM, por meio da Instrução nº 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu a divulgação, em nota explicativa às demonstrações financeiras, do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nas demonstrações financeiras.

O negócio da Endesa Brasil, através de suas controladas, compreende a geração, distribuição e transporte de energia elétrica para grandes empresas consumidoras e os consumidores das áreas de concessão da Ampla e Coelce, portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

- Os saldos de contas a receber e a pagar a longo prazo estão relacionados à recomposição tarifária extraordinária e, portanto, não estão sujeitos a ajuste a valor de mercado.
- Aplicações em fundos de curto prazo e/ou aplicações de renda fixa, se aproximam do valor de mercado.
- Os empréstimos concentrados no curto prazo, para atendimento de capital de giro, aproximam-se do valor de mercado na data de balanço. Para os empréstimos e debêntures de longo prazo, por se tratarem, em sua maioria, de fontes de financiamentos específicas, o valor de mercado não foi calculado de forma a obter o valor de negociação a taxas vigentes no mercado para contratos em condições e prazos similares. A Endesa Brasil adota a prática de celebrar, sempre que necessário, contratos de “swap” com instituições financeiras, a fim de reduzir os riscos de taxa de câmbio e de taxa de juros, conforme comentado a seguir. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio das companhias que integram a Endesa Brasil podem ser assim enumerados:

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Endesa Brasil vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e as correspondentes despesas financeiras.

Para reduzir esse tipo de risco, a Endesa Brasil celebra contratos de “swap” junto a instituições financeiras. Os ganhos ou perdas dessas operações estão registrados na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2007, a Endesa Brasil consolidado possui registrado no passivo circulante – Contas a Pagar de Operações com Derivativos o montante referente a perdas não realizadas com contratos de “swap”, resultante dos efeitos das variações entre taxas de câmbio efetiva e contratada.

GRI

1.2

b) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade das empresas integrantes da Endesa Brasil vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures.

Outro risco que a Endesa Brasil enfrenta é a não-correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifas de energia elétrica, montantes de venda de energia e dos serviços de transporte de energia elétrica não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros locais que afetam as dívidas da companhia.

c) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade das controladas da Endesa Brasil virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Endesa Brasil tem o direito de interromper o fornecimento ou transporte de energia elétrica, conforme o caso, em situações em que o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas ou contratos pactuados entre as partes envolvidas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Endesa Brasil e individualmente por cada uma de suas controladas, para refletir possíveis riscos de realização das contas a receber.

d) Valor de mercado

O valor de mercado dos contratos de “swap” em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os quais estão relacionados aos contratos de empréstimos em moeda estrangeira (vide nota 17), representam um passivo, que foi calculado através da expectativa de taxas futuras, diferindo assim, do valor contábil.

O valor de mercado dos contratos de “swaps” foi determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxas de juros disponíveis.

Os valores de mercado são calculados em um momento específico com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias, portanto as estimativas indicadas não representam necessariamente valores de realização a mercado. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

33. QUESTÕES AMBIENTAIS

ENDESA CACHOEIRA, ENDESA CIEN E ENDESA FORTALEZA

As controladas Endesa Cachoeira, Endesa CIEN e Endesa Fortaleza obtiveram as certificações do Sistema de Gestão Ambiental, em conformidade com a norma ISO 14001, e do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho em conformidade com a norma OHSAS 18001.

AMPLA

Em 2007, a controlada Ampla registrou o seu melhor resultado em Taxas de Gravidade e Taxas de frequência dos últimos 3 anos. A taxa de frequência de acidentes teve uma redução de aproximadamente 23% em relação ao ano anterior. Quanto à Taxa de Gravidade de Acidentes, a empresa obteve uma redução de 46% em relação a 2006.

Para reforçar o compromisso de nossa controlada Ampla com um ambiente de trabalho seguro e saudável com o seu colaborador, foi iniciado em 2007 o processo de certificação da controlada Ampla baseada nos requisitos da norma de Segurança e Saúde ocupacional OHSAS 18001 que será concluído e validado por uma certificadora externa em 2008.

COELCE

A controlada Coelce desenvolve campanhas, realiza pesquisas e estabelece metas e indicadores de desempenho relacionados às condições de trabalho, para assegurar as melhores condições de saúde e segurança para os seus colaboradores. Como resultado, foi obtido a menor taxa de gravidade em acidentes da Endesa na América Latina.

Em 2007, a controlada Coelce ampliou o escopo da certificação do seu Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no trabalho atendendo aos requisitos da norma Occupational Health and Safety Assessment Series – OSHAS 18001.

Adicionalmente a controlada Coelce mantém um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) certificado pela norma ISO 14001:2004 nos processos referentes à construção, operação, manutenção do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica e suas atividades de apoio focado nas unidades de negócio espalhadas pelo Estado do Ceará.

34. ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. O objetivo desta lei é atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As principais modificações que poderão afetar a companhia podem ser sumariadas como segue:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Inclusão da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).
- Possibilidade da escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
- Criação de dois novos subgrupos de contas: (i) Intangível e (ii) Ajustes de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle.
- Obrigatoriedade de a companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido.
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.

Os requerimentos da Lei aplicam-se às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2008. No momento a Endesa Brasil está estudando os possíveis efeitos por conta da aplicação da lei, tais registros ainda dependem da regulamentação por parte dos órgãos reguladores para serem aplicados em suas respectivas controladas.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores
da Endesa Brasil S.A.
Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual e consolidado, da Endesa Brasil S.A. e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras das controladas CIEN – Companhia de Interconexão Energética S.A., CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. e Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, foram examinados por outros auditores independentes, e nossa opinião, no que diz respeito aos saldos dos investimentos e ao resultado de equivalência patrimonial nessas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, que totalizavam na controladora, respectivamente, R\$1.840.113 mil (R\$1.763.242 mil em 2006) e R\$381.487 mil (R\$272.735 mil em 2006), bem como sobre os seus totais de ativos e receita bruta que totalizavam no consolidado, naquela mesma data, R\$4.039.307 mil (R\$4.109.561 mil em 2006) e R\$2.001.354 mil (R\$1.419.127 mil em 2006), respectivamente, está baseada exclusivamente nos pareceres desses auditores independentes.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto..
3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres dos outros auditores independente, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Endesa Brasil S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2008.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/0-8 “F” RJ “S” RJ

José Carlos Monteiro
Contador
CRC 1SP 100.597/0-2

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mario Fernando de Melo Santos – Presidente
José Maria Calvo-Sotelo Ibáñez-Martin – Vice-presidente
Antonio Basílio Pires de Carvalho e Albuquerque
Rafael Lopez Rueda
Rafael Mateo Alcalá
Ignácio Antoñanzas Alvear

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Andrés Llévienes Rebolledo – Presidente
Francisco Javier Bugallo Sánchez – Diretor vice-presidente
Antônio Basílio Pires e Albuquerque – Diretor Jurídico
Luiz Carlos Laurens Ortins de Bettencourt – Diretor
Financeiro e de Relação com Investidores
Enrique de Las Morenas – Diretor de Desenvolvimento e
Planejamento Estratégico
José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação
Aurélio Ricardo Bustillo de Oliveira – Diretor de
Planejamento e Controle
Eugênio Cabañes Duran – Diretor de Relações Institucionais
Carlos Ewandro Naegele Moreira – Diretor de Recursos
Humanos

ENDEREÇO:

Sede
Praça Leoni Ramos, 1
São Domingos – Niterói – RJ
CEP 24210-200
Tel.: 55 21 2109-7000

A Endesa Brasil agradece, especialmente, a seus colaboradores que contribuíram com o fornecimento de informações para este Relatório:

Aline Dias Cordeiro
Ana Paula Vergetti Diniz
Antonio Augusto Carneiro
Carolina Farinas Pinheiro
Cláudia Regina de Paula
David Augusto de Abreu
Franklin Natanael da Silva
Heverdan Machado Barcellos
Hugo de Barros Nascimento
Jorge de Oliveira
Marcelo de Araújo Gondim Crocchi
Maria Eduarda Fischer
Nelson Visconti
Oscar Campos
Ricardo Marcotti
Silvio Antonio Soares

EQUIPES DAS EMPRESAS:

Ampla
Coelce
Endesa Cachoeira
Endesa Cien
Endesa Fortaleza

CRÉDITOS

COORDENAÇÃO GERAL

Diretoria de Relações Institucionais, Responsabilidade Social e Meio Ambiente

COORDENAÇÃO DE CONTEÚDO E EDITORIAL

Bonança Maria da Silveira Mouteira
Fernanda Amaral

CONTEÚDO E REDAÇÃO

Editora Contadino

PROJETO GRÁFICO

fmcom

FOTOS

Antônio Pinheiro

ILUSTRAÇÃO

Félix Reiners

IMPRESSÃO

Laborgraf

CONTATO

Bonança Mouteira, da Diretoria de Relações Institucionais, Responsabilidade Social e Meio Ambiente da Endesa Brasil, pelos telefones (21) 2613-7954 / 3607-9500 ou e-mail bmouteira@endesabr.com.br.

